



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

ANO LXX Nº 13 QUINTA-FEIRA, 9 DE JULHO DE 2015



BRASÍLIA - DF

COMPOSIÇÃO DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL

Presidente

Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)

1º Vice-Presidente

Deputado Waldir Maranhão (PP-MA)

2º Vice-Presidente

Senador Romero Jucá (PMDB-RR)

1º Secretário

Deputado Beto Mansur (PRB-SP)

2º Secretário

Senador Zeze Perrella (PDT-MG)

3ª Secretária

Deputada Mara Gabrilli (PSDB-SP)

4ª Secretária

Senadora Angela Portela (PT-RR)

Mesa do Senado Federal

Presidente

Renan Calheiros (PMDB-AL)

1º Vice-Presidente

Jorge Viana (PT-AC)

2º Vice-Presidente

Romero Jucá (PMDB-RR)

1º Secretário

Vicentinho Alves (PR-TO)

2º Secretário

Zeze Perrella (PDT-MG)

3º Secretário

Gladson Cameli (PP-AC)

4ª Secretária

Angela Portela (PT-RR)

Suplentes de Secretário

1º Sérgio Petecão (PSD-AC)

2º João Alberto Souza (PMDB-MA)

3º Elmano Férrer (PTB-PI)

4º Douglas Cintra (PTB-PE)

Mesa da Câmara dos Deputados

Presidente

Eduardo Cunha (PMDB-RJ)

1º Vice-Presidente

Waldir Maranhão (PP-MA)

2º Vice-Presidente

Giacobo (PR-PR)

1º Secretário

Beto Mansur (PRB-SP)

2º Secretário

Felipe Bornier (PSD-RJ)

3ª Secretária

Mara Gabrilli (PSDB-SP)

4º Secretário

Alex Canziani (PTB-PR)

Suplentes de Secretário

1º Mandetta (DEM-MS)

2º Gilberto Nascimento (PSC-SP)

3ª Luiza Erundina (PSB-SP)

4º Ricardo Izar (PSD-SP)

EXPEDIENTE

Ilana Trombka

Diretora-Geral do Senado Federal

Florian Augusto Coutinho Madruga

Diretor da Secretaria de Editoração e Publicações

José Farias Maranhão

Coordenador Industrial

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho

Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Rogério de Castro Pastori

Diretor da Secretaria de Atas e Diários

Quésia de Farias Cunha

Diretora da Secretaria de
Registro e Redação Parlamentar

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 14ª SESSÃO CONJUNTA, EM 8 DE JULHO DE 2015	5
1.1 – ABERTURA.....	5
1.2 – EXPEDIENTE.....	5
1.2.1 – Expediente encaminhado à publicação	
1.2.1.1 – Parecer	
Nº 29/2015-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre o Projeto de Lei nº 4, de 2015-CN, que altera a Lei nº 13.080, de 2 de janeiro de 2015, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2015	18
1.2.1.2 – Comunicação	
Da Deputada Tereza Cristina, justificando a não participação de S. Exª na presente sessão (Ofício nº 52/2015)...	21
1.2.2 – Questão de Ordem	
Suscitada pelo Senador José Pimentel e contraditada pelo Deputado Pauderney Avelino	23
1.2.3 – Oradores	
DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY – Críticas à ingovernabilidade do Governo; e outros assuntos.	24
DEPUTADO SILAS CÂMARA – Apelo em favor dos servidores da Suframa	25
SENADORA VANESSA GRAZZIOTIN – Posicionamento favorável à revisão do plano de cargos e salários dos servidores da Suframa	26
DEPUTADO CLÁUDIO CAJADO – Questionamento quanto ao motivo de o Líder do Governo querer obstruir a sessão de votação dos vetos da Presidente da República; e outro assunto.	27
1.2.4 – Comunicações da Presidência	
Constatação de inexistência material nos autógrafos do Projeto de Lei nº 13/2014-CN (Ofício nº 107/2015-CMO).....	28
Eleição do Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional.....	36
1.2.5 – Projetos de Resolução	
Nº 3/2015-CN, de iniciativa das Mesas do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, que altera a Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional para ampliar o número de relatorias setoriais do projeto de lei orçamentária anual e dá outras providências.....	37
Nº 4/2015-CN, de autoria da Senadora Lúcia Vânia e outros Senadores, que altera o art. 137 da Resolução nº 1, de 22 de dezembro de 2006-CN, que dispõe sobre a Comissão Mista Permanente a que se refere o § 1º do art. 166 da Constituição, bem como a tramitação das matérias a que se refere o mesmo artigo, para prever a votação nominal nas matérias orçamentárias submetidas à apreciação do Plenário do Congresso Nacional.....	39
Nº 5/2015-CN, de autoria do Senador Davi Alcolumbre e outros Senadores, que altera a Resolução nº 1, de 2006-CN, que Dispõe sobre Comissão Permanente a que se refere o § 1º do art. 166 da Constituição, para disciplinar a escolha do Coordenador de Bancada Estadual.	43
Nº 6/2015-CN, de autoria do Senador Walter Pinheiro e outros Senadores, que altera a Resolução nº 1, de 2002, do Congresso Nacional, que dispõe sobre a apreciação, pelo Congresso Nacional, das Medidas Provisórias a que refere o art. 62 da Constituição Federal, para disciplinar a apresentação de emendas e sua apreciação.	47
1.2.6 – Oradores (continuação)	
DEPUTADO RUBENS BUENO, como Líder – Defesa da aprovação do PLN nº 2 de 2015 na sessão conjunta do Congresso Nacional de hoje ; e outro assunto.	52
DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO, como Líder – Destaque à irresponsabilidade fiscal do Governo que está apontando para a necessidade de impeachment da Presidente Dilma; e outros assuntos.	53
SENADOR TELMÁRIO MOTA – Relato do histórico da situação extremamente delicada dos servidores dos Estados de Roraima, de Rondônia e do Amapá; e outro assunto.	54
1.2.7 – Questão de Ordem	
Suscitada pelo Deputado Pauderney Avelino, que será respondida oportunamente.....	55
1.2.8 – Oradores (continuação)	
DEPUTADO MAURO PEREIRA – Necessidade de o BNDES ser financiador da indústria nacional.....	55

DEPUTADO POMPEO DE MATTOS – Defesa da derrubada do fator previdenciário para conseguir acompanhar o ajuste da aposentadoria de acordo com o reajuste do salário mínimo.....	56
DEPUTADO MORONI TORGAN – Destaque à necessidade de vontade política por parte do Governo Federal para que o País saia da recessão.	56
DEPUTADO HERÁCLITO FORTES – Críticas à Presidente Dilma por envolver-se em debates na imprensa sobre fatos políticos relativos à crise; e outro assunto.....	57
DEPUTADA RAQUEL MUNIZ – Alegria com a comenda recebida da Câmara de Vereadores de Montes Claros-MG no último dia 3 de julho.	58
DEPUTADO ABEL MESQUITA JR. – Críticas aos vetos feitos à Medida Provisória nº 660/2014, com ênfase nos impactos sobre a economia de Roraima.	58
DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE – Considerações sobre a corrupção envolvendo a Petrobras; e outro assunto.	59
DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO – Destaque à necessidade de se combater o atual governo e a corrupção a ele vinculada.	59
DEPUTADO JOÃO CASTELO – Alegria com a aprovação, no Congresso Nacional, do Estatuto da Pessoa com Deficiência.....	61
DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY – Críticas ao Senador Lindbergh Farias por sugerir à Presidente Dilma reorientar a política econômica inspirando-se no caso grego.	62
DEPUTADO ALFREDO KAEFER – Manifestação favorável à rejeição do veto apostado à Medida Provisória nº 660/2014 para que se tenha acesso a informações relativas a financiamentos do BNDES.....	63
DEPUTADO ARNALDO JARDIM – Registro da participação de S. Exª hoje em reunião da Frente Parlamentar Ambientalista; e outros assuntos	64
DEPUTADO IVAN VALENTE – Homenagem a Plínio de Arruda Sampaio, falecido há um ano	66
1.2.9 – A Presidência indefere a questão de ordem suscitada anteriormente pelo Deputado Pauderney Avelino	67
1.3 – ENCERRAMENTO.....	78
<u>CONGRESSO NACIONAL</u>	
2 – COMISSÕES MISTAS.....	79
3 – CONSELHOS E ÓRGÃO	92

Ata da 14ª Sessão Conjunta, em 8 de julho de 2015

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura

Presidência do Sr. Waldir Maranhão

(Inicia-se a sessão às 12 horas e 14 minutos e encerra-se às 14 horas e 2 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Waldir Maranhão. Bloco/PP-MA) - As listas de presença acusam o comparecimento de 41 Senhores Senadores e de 413 Senhores Deputados.

Há número regimental. Declaro aberta a sessão.

É o seguinte o reastro de comparecimento no Senado Federal:



Senado Federal 55ª Legislatura 1ª Sessão Legislativa Ordinária

REGISTRO DE COMPARECIMENTO

14ª Sessão do Congresso Nacional

Período: 08/07/2015 07:00:00 até 08/07/2015 12:13:00

Partido	UF	Nome Senador	Presença
PSDB	SP	Aloysio Nunes	X
PP	RS	Ana Amélia	X
PT	RR	Ângela Portela	X
PSB	SE	Antônio C Valadares	X
PR	MT	Blairo Maggi	X
PSDB	PB	Cássio Cunha Lima	X
PT	MS	Delcídio do Amaral	X
PT	TO	Donizeti Nogueira	X
PSDB	PA	Flexa Ribeiro	X
PSD	DF	Hélio José	X
PT	PE	Humberto Costa	X
PP	RO	Ivo Cassol	X
PMDB	MA	João Alberto Souza	X
PT	AC	Jorge Viana	X
DEM	RN	José Agripino	X
PMDB	PB	José Maranhão	X
PPS	MT	José Medeiros	X
PT	CE	José Pimentel	X
PDT	RS	Lasier Martins	X
PT	RJ	Lindbergh Farias	X
-	GO	Lúcia Vânia	X
PR	ES	Magno Malta	X
PRB	RJ	Marcelo Crivella	X
DEM	SE	Maria do C Alves	X
-	SP	Marta Suplicy	X
PSD	AM	Omar Aziz	X
PSD	BA	Otto Alencar	X
PSDB	SC	Paulo Bauer	X
PT	RS	Paulo Paim	X
PT	PA	Paulo Rocha	X
PMDB	PR	Roberto Requião	X
PSB	MA	Roberto Rocha	X
PSB	RJ	Romário	X
PMDB	MS	Simone Tebet	X
PSDB	CE	Tasso Jereissati	X
PDT	RR	Telmário Mota	X
PMDB	RO	Valdir Raupp	X
PCdoB	AM	Vanessa Grazziotin	X
PR	TO	Vicentinho Alves	X
PMDB	MS	Waldemir Moka	X
PT	BA	Walter Pinheiro	X

Compareceram 41 senadores.

É o seguinte o registro de comparecimento na Câmara dos Deputados:



Câmara dos Deputados
Secretaria Geral da Mesa
Relação de Presença na Casa em 08/07/2015

Data: 14/07/2015
 Hora: 18:29

55ª Legislatura

Presidente da Casa : Eduardo Cunha - PMDB / RJ

PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA

Apuração de Presença: 08/07/2015 07:07:16 às 08/07/2015 21:42:54

Total de Presentes: 480

	Partido	Bloco
RORAIMA		
Abel Mesquita Jr.	PDT	
Carlos Andrade	PHS	PmdbPpPtBPscPhsPen
Edio Lopes	PMDB	PmdbPpPtBPscPhsPen
Hiran Gonçalves	PMN	PrbPtnPmnPrpPsdcPrtbPtcPsiPtdoB
Jhonatan de Jesus	PRB	PrbPtnPmnPrpPsdcPrtbPtcPsiPtdoB
Maria Helena	PSB	
Remídio Monai	PR	
Shéridan	PSDB	
Presentes de Roraima: 8		
AMAPÁ		
André Abdon	PRB	PrbPtnPmnPrpPsdcPrtbPtcPsiPtdoB
Cabuçu Borges	PMDB	PmdbPpPtBPscPhsPen
Jozí Rocha	PTB	PmdbPpPtBPscPhsPen
Professora Marcivania	PT	
Roberto Góes	PDT	
Vinicius Gurgel	PR	
Presentes de Amapá: 6		
PARÁ		
Arnaldo Jordy	PPS	
Beto Faro	PT	
Beto Salame	PROS	
Delegado Éder Mauro	PSD	
Edmilson Rodrigues	PSOL	
Elcione Barbalho	PMDB	PmdbPpPtBPscPhsPen
Francisco Chapadinha	PSD	
Hélio Leite	DEM	
Joaquim Passarinho	PSD	
José Priante	PMDB	PmdbPpPtBPscPhsPen
Josué Bengtson	PTB	PmdbPpPtBPscPhsPen
Júlia Marinho	PSC	PmdbPpPtBPscPhsPen
Lúcio Vale	PR	
Nilson Pinto	PSDB	
Simone Morgado	PMDB	PmdbPpPtBPscPhsPen
Zé Geraldo	PT	
Presentes de Pará: 16		
AMAZONAS		
Alfredo Nascimento	PR	
Arthur Virgílio Bisneto	PSDB	
Átila Lins	PSD	
Conceição Sampaio	PP	PmdbPpPtBPscPhsPen
Hissa Abrahão	PPS	
Marcos Rotta	PMDB	PmdbPpPtBPscPhsPen
Pauderney Avelino	DEM	
Silas Câmara	PSD	
Presentes de Amazonas: 8		



Câmara dos Deputados
Secretaria Geral da Mesa
Relação de Presença na Casa em 08/07/2015

Data: 14/07/2015
 Hora: 18:29

	Partido	Bloco
RONDONIA		
Expedito Netto	Solidaried	
Lindomar Garçon	PMDB	PmdbPpPtBpscPhsPen
Lucio Mosquini	PMDB	PmdbPpPtBpscPhsPen
Luiz Cláudio	PR	
Marcos Rogério	PDT	
Mariana Carvalho	PSDB	
Marinha Raupp	PMDB	PmdbPpPtBpscPhsPen
Nilton Capixaba	PTB	PmdbPpPtBpscPhsPen
Presentes de Rondonia: 8		
ACRE		
Alan Rick	PRB	PrbPtnPmnPrpPsdcPrtbPtcPslPtdoB
Angelim	PT	
César Messias	PSB	
Flaviano Melo	PMDB	PmdbPpPtBpscPhsPen
Jéssica Sales	PMDB	PmdbPpPtBpscPhsPen
Leo de Brito	PT	
Rocha	PSDB	
Presentes de Acre: 7		
TOCANTINS		
Carlos Henrique Gaguim	PMDB	PmdbPpPtBpscPhsPen
César Halum	PRB	PrbPtnPmnPrpPsdcPrtbPtcPslPtdoB
Dulce Miranda	PMDB	PmdbPpPtBpscPhsPen
Josi Nunes	PMDB	PmdbPpPtBpscPhsPen
Lázaro Botelho	PP	PmdbPpPtBpscPhsPen
Professora Dorinha Seabra Rezende	DEM	
Vicentinho Júnior	PSB	
Presentes de Tocantins: 7		
MARANHÃO		
Alberto Filho	PMDB	PmdbPpPtBpscPhsPen
Aluisio Mendes	PSDC	PrbPtnPmnPrpPsdcPrtbPtcPslPtdoB
André Fufuca	PEN	PmdbPpPtBpscPhsPen
Cleber Verde	PRB	PrbPtnPmnPrpPsdcPrtbPtcPslPtdoB
Eliziane Gama	PPS	
Hildo Rocha	PMDB	PmdbPpPtBpscPhsPen
João Castelo	PSDB	
João Marcelo Souza	PMDB	PmdbPpPtBpscPhsPen
José Reinaldo	PSB	
Junior Marreca	PEN	PmdbPpPtBpscPhsPen
Juscelino Filho	PRP	PrbPtnPmnPrpPsdcPrtbPtcPslPtdoB
Pedro Fernandes	PTB	PmdbPpPtBpscPhsPen
Rubens Pereira Júnior	PCdoB	
Sarney Filho	PV	
Victor Mendes	PV	
Waldir Maranhão	PP	PmdbPpPtBpscPhsPen
Weverton Rocha	PDT	
Zé Carlos	PT	
Presentes de Maranhão: 18		



Câmara dos Deputados
Secretaria Geral da Mesa
Relação de Presença na Casa em 08/07/2015

Data: 14/07/2015
 Hora: 18:29

	Partido	Bloco
CEARÁ		
Adail Carneiro	PHS	PmdbPpPtbPscPhsPen
André Figueiredo	PDT	
Aníbal Gomes	PMDB	PmdbPpPtbPscPhsPen
Antonio Balhmann	PROS	
Arnon Bezerra	PTB	PmdbPpPtbPscPhsPen
Cabo Sabino	PR	
Chico Lopes	PCdoB	
Danilo Forte	PMDB	PmdbPpPtbPscPhsPen
Domingos Neto	PROS	
Genecias Noronha	Solidaried	
Gorete Pereira	PR	
José Airton Cirilo	PT	
José Guimarães	PT	
Leônidas Cristino	PROS	
Luizianne Lins	PT	
Macedo	PSL	PrbPtnPmnPrpPsdcPrtbPtcPsiPtdoB
Moroni Torgan	DEM	
Moses Rodrigues	PPS	
Odorico Monteiro	PT	
Raimundo Gomes de Matos	PSDB	
Ronaldo Martins	PRB	PrbPtnPmnPrpPsdcPrtbPtcPsiPtdoB
Vitor Valim	PMDB	PmdbPpPtbPscPhsPen
Presentes de Ceará: 22		
PIAUI		
Átila Lira	PSB	
Heráclito Fortes	PSB	
Iracema Portella	PP	PmdbPpPtbPscPhsPen
José Maia Filho	Solidaried	
Júlio Cesar	PSD	
Marcelo Castro	PMDB	PmdbPpPtbPscPhsPen
Paes Landim	PTB	PmdbPpPtbPscPhsPen
Rodrigo Martins	PSB	
Silas Freire	PR	
Presentes de Piauí: 9		
RIO GRANDE DO NORTE		
Antônio Jácome	PMN	PrbPtnPmnPrpPsdcPrtbPtcPsiPtdoB
Beto Rosado	PP	PmdbPpPtbPscPhsPen
Fábio Faria	PSD	
Felipe Maia	DEM	
Rafael Motta	PROS	
Rogério Marinho	PSDB	
Walter Alves	PMDB	PmdbPpPtbPscPhsPen
Zenaide Maia	PR	
Presentes de Rio Grande do Norte: 8		



Câmara dos Deputados
Secretaria Geral da Mesa
Relação de Presença na Casa em 08/07/2015

Data: 14/07/2015
 Hora: 18:29

	Partido	Bloco
PARAÍBA		
Aguinaldo Ribeiro	PP	PmdbPpPtBPscPhsPen
Benjamin Maranhão	Solidaried	
Damião Feliciano	PDT	
Efraim Filho	DEM	
Hugo Motta	PMDB	PmdbPpPtBPscPhsPen
Luiz Couto	PT	
Manoel Junior	PMDB	PmdbPpPtBPscPhsPen
Pedro Cunha Lima	PSDB	
Rômulo Gouveia	PSD	
Veneziano Vital do Rêgo	PMDB	PmdbPpPtBPscPhsPen
Wellington Roberto	PR	
Wilson Filho	PTB	PmdbPpPtBPscPhsPen
Presentes de Paraíba: 12		
PERNAMBUCO		
Augusto Coutinho	Solidaried	
Betinho Gomes	PSDB	
Bruno Araújo	PSDB	
Carlos Eduardo Cadoca	PCdoB	
Daniel Coelho	PSDB	
Eduardo da Fonte	PP	PmdbPpPtBPscPhsPen
Fernando Coelho Filho	PSB	
Fernando Monteiro	PP	PmdbPpPtBPscPhsPen
Gonzaga Patriota	PSB	
Jarbas Vasconcelos	PMDB	PmdbPpPtBPscPhsPen
João Fernando Coutinho	PSB	
Jorge Côrte Real	PTB	PmdbPpPtBPscPhsPen
Kaio Maniçoba	PHS	PmdbPpPtBPscPhsPen
Luciana Santos	PCdoB	
Marinaldo Rosendo	PSB	
Mendonça Filho	DEM	
Pastor Eurico	PSB	
Raul Jungmann	PPS	
Ricardo Teobaldo	PTB	PmdbPpPtBPscPhsPen
Silvio Costa	PSC	PmdbPpPtBPscPhsPen
Tadeu Alencar	PSB	
Wolney Queiroz	PDT	
Zeca Cavalcanti	PTB	PmdbPpPtBPscPhsPen
Presentes de Pernambuco: 23		
ALAGOAS		
Arthur Lira	PP	PmdbPpPtBPscPhsPen
Cícero Almeida	PRTB	PrbPtnPmnPrpPsdcPrtbPtcPsiPtdoB
Givaldo Carimbão	PROS	
JHC	Solidaried	
Marx Beltrão	PMDB	PmdbPpPtBPscPhsPen
Maurício Quintella Lessa	PR	
Paulão	PT	
Pedro Vilela	PSDB	
Ronaldo Lessa	PDT	
Presentes de Alagoas: 9		



Câmara dos Deputados
Secretaria Geral da Mesa
Relação de Presença na Casa em 08/07/2015

Data: 14/07/2015
 Hora: 18:29

	Partido	Bloco
SERGIPE		
Adelson Barreto	PTB	PmdbPpPtbpScPhsPen
Andre Moura	PSC	PmdbPpPtbpScPhsPen
Fábio Mitidieri	PSD	
Fabio Reis	PMDB	PmdbPpPtbpScPhsPen
João Daniel	PT	
Jony Marcos	PRB	PrbPtnPmnPrpPsdcPrtbPtcPsiPtdoB
Laercio Oliveira	Solidaried	
Valadares Filho	PSB	
Presentes de Sergipe: 8		
BAHIA		
Afonso Florence	PT	
Alice Portugal	PCdoB	
Antonio Brito	PTB	PmdbPpPtbpScPhsPen
Antonio Imbassahy	PSDB	
Arthur Oliveira Maia	Solidaried	
Bebeto	PSB	
Benito Gama	PTB	PmdbPpPtbpScPhsPen
Cacá Leão	PP	PmdbPpPtbpScPhsPen
Caetano	PT	
Claudio Cajado	DEM	
Daniel Almeida	PCdoB	
Elmar Nascimento	DEM	
Erivelton Santana	PSC	PmdbPpPtbpScPhsPen
Félix Mendonça Júnior	PDT	
Irmão Lazaro	PSC	PmdbPpPtbpScPhsPen
João Carlos Bacelar	PR	
João Gualberto	PSDB	
Jorge Solla	PT	
José Carlos Aleluia	DEM	
José Carlos Araújo	PSD	
José Nunes	PSD	
José Rocha	PR	
Jutahy Junior	PSDB	
Mário Negromonte Jr.	PP	PmdbPpPtbpScPhsPen
Moema Gramacho	PT	
Paulo Azi	DEM	
Paulo Magalhães	PSD	
Roberto Britto	PP	PmdbPpPtbpScPhsPen
Ronaldo Carletto	PP	PmdbPpPtbpScPhsPen
Sérgio Brito	PSD	
Tia Eron	PRB	PrbPtnPmnPrpPsdcPrtbPtcPsiPtdoB
Uldurico Junior	PTC	PrbPtnPmnPrpPsdcPrtbPtcPsiPtdoB
Valmir Assunção	PT	
Waldenor Pereira	PT	
Presentes de Bahia: 34		



Câmara dos Deputados
Secretaria Geral da Mesa
Relação de Presença na Casa em 08/07/2015

Data: 14/07/2015
 Hora: 18:29

	Partido	Bloco
MINAS GERAIS		
Adelmo Carneiro Leão	PT	
Ademir Camilo	PROS	
Aelton Freitas	PR	
Bilac Pinto	PR	
Bonifácio de Andrada	PSDB	
Brunny	PTC	PrbPtnPmnPrpPsdcPrtbPtcPsiPtdoB
Caio Narcio	PSDB	
Carlos Melles	DEM	
Dâmina Pereira	PMN	PrbPtnPmnPrpPsdcPrtbPtcPsiPtdoB
Delegado Edson Moreira	PTN	PrbPtnPmnPrpPsdcPrtbPtcPsiPtdoB
Diego Andrade	PSD	
Dimas Fabiano	PP	PmdbPpPtbPscPhsPen
Domingos Sávio	PSDB	
Eduardo Barbosa	PSDB	
Eros Biondini	PTB	PmdbPpPtbPscPhsPen
Fábio Ramalho	PV	
Gabriel Guimarães	PT	
Jaime Martins	PSD	
Jô Moraes	PCdoB	
Júlio Delgado	PSB	
Laudivio Carvalho	PMDB	PmdbPpPtbPscPhsPen
Leonardo Monteiro	PT	
Leonardo Quintão	PMDB	PmdbPpPtbPscPhsPen
Lincoln Portela	PR	
Luis Tibé	PTdoB	PrbPtnPmnPrpPsdcPrtbPtcPsiPtdoB
Luiz Fernando Faria	PP	PmdbPpPtbPscPhsPen
Marcelo Álvaro Antônio	PRP	PrbPtnPmnPrpPsdcPrtbPtcPsiPtdoB
Marcelo Aro	PHS	PmdbPpPtbPscPhsPen
Marcus Pestana	PSDB	
Margarida Salomão	PT	
Mário Heringer	PDT	
Mauro Lopes	PMDB	PmdbPpPtbPscPhsPen
Miguel Corrêa	PT	
Misael Varella	DEM	
Odelmo Leão	PP	PmdbPpPtbPscPhsPen
Padre João	PT	
Pastor Franklin	PTdoB	PrbPtnPmnPrpPsdcPrtbPtcPsiPtdoB
Paulo Abi-Ackel	PSDB	
Raquel Muniz	PSC	PmdbPpPtbPscPhsPen
Reginaldo Lopes	PT	
Renzo Braz	PP	PmdbPpPtbPscPhsPen
Rodrigo de Castro	PSDB	
Rodrigo Pacheco	PMDB	PmdbPpPtbPscPhsPen
Saraiva Felipe	PMDB	PmdbPpPtbPscPhsPen
Silas Brasileiro	PMDB	PmdbPpPtbPscPhsPen
Subtenente Gonzaga	PDT	
Tenente Lúcio	PSB	
Toninho Pinheiro	PP	PmdbPpPtbPscPhsPen
Wadson Ribeiro	PCdoB	
Weliton Prado	PT	
Zé Silva	Solidaried	
Presentes de Minas Gerais: 51		



Câmara dos Deputados
Secretaria Geral da Mesa
Relação de Presença na Casa em 08/07/2015

Data: 14/07/2015
Hora: 18:29

	Partido	Bloco
ESPÍRITO SANTO		
Carlos Manato	Solidaried	
Dr. Jorge Silva	PROS	
Evair de Melo	PV	
Givaldo Vieira	PT	
Helder Salomão	PT	
Lelo Coimbra	PMDB	PmdbPpPtbpScPhsPen
Marcus Vicente	PP	PmdbPpPtbpScPhsPen
Max Filho	PSDB	
Paulo Foletto	PSB	
Sergio Vidigal	PDT	
Presentes de Espírito Santo: 10		



Câmara dos Deputados
Secretaria Geral da Mesa
Relação de Presença na Casa em 08/07/2015

Data: 14/07/2015
 Hora: 18:29

	Partido	Bloco
RIO DE JANEIRO		
Alessandro Molon	PT	
Alexandre Serfiotis	PSD	
Altineu Côrtes	PR	
Aureo	Solidaried	
Cabo Daciolo	S.Part.	
Celso Jacob	PMDB	PmdbPpPtbPscPhsPen
Celso Pansera	PMDB	PmdbPpPtbPscPhsPen
Chico Alencar	PSOL	
Chico D Angelo	PT	
Clarissa Garotinho	PR	
Cristiane Brasil	PTB	PmdbPpPtbPscPhsPen
Deley	PTB	PmdbPpPtbPscPhsPen
Dr. João	PR	
Eduardo Cunha	PMDB	PmdbPpPtbPscPhsPen
Felipe Bornier	PSD	
Fernando Jordão	PMDB	PmdbPpPtbPscPhsPen
Francisco Floriano	PR	
Glauber Braga	PSB	
Hugo Leal	PROS	
Indio da Costa	PSD	
Jair Bolsonaro	PP	PmdbPpPtbPscPhsPen
Jandira Feghali	PCdoB	
Jean Wyllys	PSOL	
Julio Lopes	PP	PmdbPpPtbPscPhsPen
Leonardo Picciani	PMDB	PmdbPpPtbPscPhsPen
Luiz Carlos Ramos	PSDC	PrbPtnPmnPrpPsdCPrtbPtcPsiPtdoB
Luiz Sérgio	PT	
Marcelo Matos	PDT	
Marcos Soares	PR	
Marquinho Mendes	PMDB	PmdbPpPtbPscPhsPen
Miro Teixeira	PROS	
Otávio Leite	PSDB	
Paulo Feijó	PR	
Roberto Sales	PRB	PrbPtnPmnPrpPsdCPrtbPtcPsiPtdoB
Rodrigo Maia	DEM	
Rosângela Gomes	PRB	PrbPtnPmnPrpPsdCPrtbPtcPsiPtdoB
Simão Sessim	PP	PmdbPpPtbPscPhsPen
Soraya Santos	PMDB	PmdbPpPtbPscPhsPen
Sóstenes Cavalcante	PSD	
Wadih Damous	PT	
Walney Rocha	PTB	PmdbPpPtbPscPhsPen
Washington Reis	PMDB	PmdbPpPtbPscPhsPen
Presentes de Rio de Janeiro: 42		



Câmara dos Deputados
Secretaria Geral da Mesa
Relação de Presença na Casa em 08/07/2015

Data: 14/07/2015
 Hora: 18:29

	Partido	Bloco
SÃO PAULO		
Alex Manente	PPS	
Alexandre Leite	DEM	
Andres Sanchez	PT	
Antonio Bulhões	PRB	PrbPtnPmnPrpPsdCPrtbPtcPsiPtdoB
Arlindo Chinaglia	PT	
Arnaldo Faria de Sá	PTB	PmdbPpPtBpscPhsPen
Arnaldo Jardim	PPS	
Baleia Rossi	PMDB	PmdbPpPtBpscPhsPen
Beto Mansur	PRB	PrbPtnPmnPrpPsdCPrtbPtcPsiPtdoB
Bruna Furlan	PSDB	
Bruno Covas	PSDB	
Capitão Augusto	PR	
Carlos Sampaio	PSDB	
Carlos Zarattini	PT	
Celso Russomanno	PRB	PrbPtnPmnPrpPsdCPrtbPtcPsiPtdoB
Dr. Sinval Malheiros	PV	
Duarte Nogueira	PSDB	
Eduardo Bolsonaro	PSC	PmdbPpPtBpscPhsPen
Eduardo Cury	PSDB	
Eli Corrêa Filho	DEM	
Evandro Gussi	PV	
Fausto Pinato	PRB	PrbPtnPmnPrpPsdCPrtbPtcPsiPtdoB
Flavinho	PSB	
Florian Pesaro	PSDB	
Gilberto Nascimento	PSC	PmdbPpPtBpscPhsPen
Goulart	PSD	
Guilherme Mussi	PP	PmdbPpPtBpscPhsPen
Herculano Passos	PSD	
Ivan Valente	PSOL	
Jefferson Campos	PSD	
João Paulo Papa	PSDB	
Jorge Tadeu Mudalen	DEM	
José Mentor	PT	
Keiko Ota	PSB	
Luiz Lauro Filho	PSB	
Luiza Erundina	PSB	
Major Olimpio	PDT	
Mara Gabrilli	PSDB	
Marcelo Squassoni	PRB	PrbPtnPmnPrpPsdCPrtbPtcPsiPtdoB
Marcio Alvino	PR	
Miguel Haddad	PSDB	
Miguel Lombardi	PR	
Milton Monti	PR	
Missionário José Olimpio	PP	PmdbPpPtBpscPhsPen
Nelson Marquezelli	PTB	PmdbPpPtBpscPhsPen
Nilto Tatto	PT	
Orlando Silva	PCdoB	
Paulo Freire	PR	
Paulo Pereira da Silva	Solidaried	
Paulo Teixeira	PT	
Penna	PV	
Pr. Marco Feliciano	PSC	PmdbPpPtBpscPhsPen
Renata Abreu	PTN	PrbPtnPmnPrpPsdCPrtbPtcPsiPtdoB
Ricardo Izar	PSD	
Ricardo Tripoli	PSDB	



Câmara dos Deputados
Secretaria Geral da Mesa
Relação de Presença na Casa em 08/07/2015

Data: 14/07/2015
 Hora: 18:29

	Partido	Bloco
SÃO PAULO		
Roberto Alves	PRB	PrbPtnPmnPrpPscdPrtbPtcPsiPtdoB
Rodrigo Garcia	DEM	
Samuel Moreira	PSDB	PrbPtnPmnPrpPscdPrtbPtcPsiPtdoB
Sérgio Reis	PRB	
Silvio Torres	PSDB	
Tiririca	PR	
Valmir Prascidelli	PT	PrbPtnPmnPrpPscdPrtbPtcPsiPtdoB
Vicente Candido	PT	
Vicentinho	PT	
Vinicius Carvalho	PRB	
Vitor Lippi	PSDB	
Walter Ihoshi	PSD	
Presentes de São Paulo: 67		
MATO GROSSO		
Carlos Bezerra	PMDB	PmdbPpPtbPscPhsPen
Ezequiel Fonseca	PP	PmdbPpPtbPscPhsPen
Fabio Garcia	PSB	PmdbPpPtbPscPhsPen
Nilson Leitão	PSDB	
Professor Victório Galli	PSC	
Ságuas Moraes	PT	
Valtenir Pereira	PROS	
Presentes de Mato Grosso: 7		
DISTRITO FEDERAL		
Alberto Fraga	DEM	PmdbPpPtbPscPhsPen
Augusto Carvalho	Solidaried	
Erika Kokay	PT	
Izalci	PSDB	
Laerte Bessa	PR	
Rogério Rosso	PSD	
Ronaldo Fonseca	PROS	
Roney Nemer	PMDB	
Presentes de Distrito Federal: 8		
GOIÁS		
Alexandre Baldy	PSDB	PmdbPpPtbPscPhsPen
Daniel Vilela	PMDB	
Delegado Waldir	PSDB	
Fábio Sousa	PSDB	
Flávia Moraes	PDT	PmdbPpPtbPscPhsPen
Heuler Cruvinel	PSD	
João Campos	PSDB	
Jovair Arantes	PTB	
Lucas Vergílio	Solidaried	PmdbPpPtbPscPhsPen
Magda Mofatto	PR	
Marcos Abrão	PPS	
Pedro Chaves	PMDB	
Roberto Balestra	PP	PmdbPpPtbPscPhsPen
Rubens Otoni	PT	PmdbPpPtbPscPhsPen
Sandes Júnior	PP	
Presentes de Goiás: 15		



Câmara dos Deputados
Secretaria Geral da Mesa
Relação de Presença na Casa em 08/07/2015

Data: 14/07/2015
 Hora: 18:29

	Partido	Bloco
MATO GROSSO DO SUL		
Carlos Marun	PMDB	PmdbPpPtBpscPhsPen
Dagoberto	PDT	
Elizeu Dionizio	Solidaried	
Geraldo Resende	PMDB	PmdbPpPtBpscPhsPen
Mandetta	DEM	
Vander Loubet	PT	
Presentes de Mato Grosso do Sul: 6		
PARANÁ		
Alex Canziani	PTB	PmdbPpPtBpscPhsPen
Alfredo Kaefer	PSDB	
Aliel Machado	PCdoB	
Assis do Couto	PT	
Christiane de Souza Yared	PTN	PrbPtnPmnPrpPsdCPrtbPtcPsiPtDoB
Diego Garcia	PHS	PmdbPpPtBpscPhsPen
Dilceu Sperafico	PP	PmdbPpPtBpscPhsPen
Enio Verri	PT	
Fernando Francischini	Solidaried	
Giacobo	PR	
Hermes Parcianello	PMDB	PmdbPpPtBpscPhsPen
João Arruda	PMDB	PmdbPpPtBpscPhsPen
Leandre	PV	
Leopoldo Meyer	PSB	
Luciano Ducci	PSB	
Luiz Carlos Haully	PSDB	
Marcelo Belinati	PP	PmdbPpPtBpscPhsPen
Nelson Meurer	PP	PmdbPpPtBpscPhsPen
Osmar Serraglio	PMDB	PmdbPpPtBpscPhsPen
Ricardo Barros	PP	PmdbPpPtBpscPhsPen
Rossoni	PSDB	
Rubens Bueno	PPS	
Sandro Alex	PPS	
Sergio Souza	PMDB	PmdbPpPtBpscPhsPen
Takayama	PSC	PmdbPpPtBpscPhsPen
Toninho Wandscheer	PT	
Zeca Dirceu	PT	
Presentes de Paraná: 27		
SANTA CATARINA		
Carmen Zanotto	PPS	
Celso Maldaner	PMDB	PmdbPpPtBpscPhsPen
Cesar Souza	PSD	
Décio Lima	PT	
Edinho Bez	PMDB	PmdbPpPtBpscPhsPen
Esperidião Amin	PP	PmdbPpPtBpscPhsPen
Fabricio Oliveira	PSB	
Geovania de Sá	PSDB	
João Rodrigues	PSD	
Jorginho Mello	PR	
Marco Tebaldi	PSDB	
Mauro Mariani	PMDB	PmdbPpPtBpscPhsPen
Pedro Uczai	PT	
Rogério Peninha Mendonça	PMDB	PmdbPpPtBpscPhsPen
Ronaldo Benedet	PMDB	PmdbPpPtBpscPhsPen
Valdir Colatto	PMDB	PmdbPpPtBpscPhsPen
Presentes de Santa Catarina: 16		



Câmara dos Deputados
Secretaria Geral da Mesa
Relação de Presença na Casa em 08/07/2015

Data: 14/07/2015
 Hora: 18:29

	Partido	Bloco
RIO GRANDE DO SUL		
Afonso Hamm	PP	PmdbPpPtBPscPhsPen
Afonso Motta	PDT	
Bohn Gass	PT	
Carlos Gomes	PRB	PrbPtnPmnPrpPsdcPrtbPtcPsiPtDoB
Covatti Filho	PP	PmdbPpPtBPscPhsPen
Danrlei de Deus Hinterholz	PSD	
Darcísio Perondi	PMDB	PmdbPpPtBPscPhsPen
Fernando Marroni	PT	
Giovani Cherini	PDT	
Heitor Schuch	PSB	
Henrique Fontana	PT	
João Derly	PCdoB	
José Fogaça	PMDB	PmdbPpPtBPscPhsPen
José Otávio Germano	PP	PmdbPpPtBPscPhsPen
Jose Stédile	PSB	
Luis Carlos Heinze	PP	PmdbPpPtBPscPhsPen
Luiz Carlos Busato	PTB	PmdbPpPtBPscPhsPen
Marco Maia	PT	
Maria do Rosário	PT	
Mauro Pereira	PMDB	PmdbPpPtBPscPhsPen
Nelson Marchezan Junior	PSDB	
Onyx Lorenzoni	DEM	
Osmar Terra	PMDB	PmdbPpPtBPscPhsPen
Paulo Pimenta	PT	
Pompeo de Mattos	PDT	
Renato Molling	PP	PmdbPpPtBPscPhsPen
Ronaldo Nogueira	PTB	PmdbPpPtBPscPhsPen
Sérgio Moraes	PTB	PmdbPpPtBPscPhsPen
Presentes de Rio Grande do Sul: 28		

O SR. PRESIDENTE (Waldir Maranhão. Bloco/PP-MA) -Sob a proteção de Deus iniciamos nossos trabalhos. Sobre a mesa expedientes que serão despachados e publicados na forma regimental.

PARECER

PARECER Nº 29 DE 2015-CN

Da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMO, sobre o Projeto de Lei nº 4, de 2015-CN, que “altera a Lei nº 13.080, de 2 de janeiro de 2015, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2015”.

Autor: Poder Executivo

Relator: Deputado NILTO TATTO

I. RELATÓRIO

A Senhora Presidente da República, no cumprimento de suas prerrogativas constitucionais, encaminhou ao Congresso Nacional projeto de lei que altera a Lei nº 13.080, de 2 de janeiro de 2015, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2015. No âmbito do Congresso, o projeto tomou a forma do Projeto de Lei nº 4, de 2015-CN, do qual nos coube a relatoria.

A proposição pretende alterar o parágrafo único do art. 61 da Lei nº 13.080/2015, que hoje determina o seguinte:

“Art. 61.

Parágrafo único. Os restos a pagar referidos no caput restringem-se aos decorrentes das programações especificadas no art. 56.”

Ele passaria a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 61.

Parágrafo único. Os restos a pagar referidos no caput restringem-se aos decorrentes de emendas individuais inscritos até o exercício de 2014.”

A alteração tem por fim possibilitar a utilização dos restos a pagar inscritos até o exercício financeiro de 2014, derivados de emendas individuais, no cumprimento da execução financeira obrigatória prevista no caput do art. 56 dessa Lei e no §11 do art. 166 da Constituição.

Ressalta-se que a mencionada alteração está compatível com o disposto no § 16 do art. 166 da Constituição, que prevê a utilização de restos a pagar para cumprimento do montante financeiro obrigatório e não restringe apenas àquelas derivadas de emendas individuais do exercício de 2014 com identificador de resultado primário - RP 6.

É o Relatório.

II – EXAME DA MATÉRIA

Do exame da proposição verificamos que a iniciativa do Poder Executivo não contraria as normas constitucionais, legais e regimentais. No mérito, a medida proposta do Governo é necessária e oportuna diante do montante de restos a pagar derivados de emendas individuais que podem ser cancelados caso não seja promovida a presente alteração.

Seis emendas, que passamos a analisar, foram apresentadas no prazo regimental estabelecido.

A Emenda nº 1, do colega Dep. Samoel Moreira (PSDB/SP), propõe acrescentar art. 140-A na Lei 13.080/2015, a fim de disciplinar, no exercício financeiro de 2015, os montantes mínimos a serem aplicados pela União em ações e serviços básicos de saúde. Justifica-se em decorrência da promulgação da Emenda Constitucional nº 86/2015, cujo escalonamento anual para alcançar o montante equivalente a 15% da RCL da União seria iniciado a partir do “primeiro exercício financeiro subsequente ao da promulgação desta emenda Constitucional”.

Entendemos o mérito da emenda, no entanto nosso voto é pela rejeição da emenda nº 1.

A Emenda nº 2, de autoria do nobre Dep. Nilton Capixaba (PTB/RO), limita na elaboração da proposta orçamentária o valor alocado ao subtítulo nacional não superior a 5% dos recursos destinados ao SUS, bem como na elaboração estabelece que o valor acrescido em relação ao executado de 2014 deverá se de forma proporcional à população do Estado, sendo 65% nas regiões Norte e Nordeste e 35% para os demais estados

da federação.

A demanda do nobre colega é justa e guarda apoio de boa parte dos membros de ambas as casas legislativas. Entretanto, entendemos que a discussão para inserção de tal critério alocativo deve ocorrer no projeto de lei de diretrizes orçamentárias para 2016 (PLN nº 1/2015), uma vez que não cabe mais estabelecer diretrizes para orientar a elaboração da lei orçamentária vigente e em execução em 2015. Por esse motivo, votamos pela rejeição da emenda nº 2.

A Emenda nº 3, de autoria do nobre Dep. Danilo Forte (PMDB/CE), permite que as unidades gestoras possam desbloquear, até 31 de outubro de 2015, os restos a pagar não processados, desde que, até essa data, seja iniciada a execução da despesa.

Atualmente, o art. 68, §2º, do Decreto nº 93.872/86 já trata da validade de restos a pagar não processados, determinando que aqueles não liquidados até 30 de junho do segundo ano subsequente ao de sua inscrição serão cancelados. Ademais, o citado Decreto estabelece que as despesas com execução iniciada até 30 de junho não serão canceladas.

O Decreto nº 8.407/2015, alterado pelo Decreto nº 8.466/2015, também trata do assunto. Além de estender o prazo para início de execução dos RPNP até 31 de agosto, o referido decreto possibilitou a manutenção do empenho das despesas inscritas em restos a pagar não processados em 2013 e 2014, cuja execução não tenha previsão de início até 31 de agosto de 2015, mediante avaliação da Secretaria de Orçamento Federal e a Secretaria do Tesouro Nacional.

Dessa forma, apesar do mérito da emenda proposta ser da maior relevância, o assunto está devidamente regulamentado, diante do que votamos pela rejeição da emenda nº 3.

A Emenda nº 4, de autoria do excelentíssimo senhor Dep. Fernando Coutinho (PSB/PE), insere item I.5.1 do Anexo V à Lei nº 13.115, de 20 de abril de 2015 (LOA 2015), de modo a possibilitar o provimento de 715 cargos no Banco Central do Brasil e de 272 cargos na Receita Federal do Brasil.

Emenda de teor similar foi aprovada durante a tramitação do projeto de lei orçamentária para 2015 e vetada pelo Poder Executivo. Apesar do mérito da emenda, nosso voto é pela rejeição da emenda nº 4.

As Emendas nº 5 e 6, de autoria dos nobres Deputados Izalci (PSDB/DF) e Domingos Sávio (PSDB/MG), propõem que a ausência da indicação do beneficiário da transferência da programação decorrente de emenda parlamentar individual pelo seu autor, independentemente do exercício do mandato na atual legislatura, não implica em impedimento de ordem técnica para sua execução, nos casos de aplicação direta, de identificação do beneficiário no subtítulo ou conste de comunicação da CMO para município não identificado, bem como estabelece regras relacionadas ao contingenciamento proporcional e os valores mínimos para celebração de convênios ou instrumentos congêneres.

A emenda apresentada regulamenta os procedimentos da execução das emendas individuais (Orçamento Impositivo) em curso em 2015, tema que seria mais conveniente ser debatido no projeto de lei de diretrizes orçamentárias para 2016 (PLN nº 1/2015), razão pela qual votamos pela rejeição das emendas nºs 5 e 6.

III - VOTO DO RELATOR

Diante das razões expostas, votamos pela rejeição das emendas nºs 1 a 6 e pela aprovação do Projeto de Lei nº 4, de 2015 - CN, na forma proposta pelo Poder Executivo.

Sala da Comissão Mista, em 06 de julho de 2015.

Deputado NILTO TATTO
Relator

CONCLUSÃO

A COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO - CMO, na Continuação da Quinta Reunião Extraordinária, realizada em 7 de julho de 2015, APROVOU, por unanimidade, o Relatório do Deputado NILTO TATTO, favorável ao Projeto de Lei nº 04/2015-CN, nos termos propostos pelo Poder Executivo, e contrário às 6 (seis) emendas apresentadas. Foram apresentados (quatro) destaques. O Destaque de nº 1, do Deputado Danilo Forte à emenda de nº 3 de sua autoria, retirado pelo autor; nº 2, do Deputado Samuel Moreira à emenda de nº 1 de sua autoria, APROVADO por unanimidade; nº 3, do Deputado João Fernando Coutinho à emenda de nº 4 de sua autoria, REJEITADO contra os votos dos Deputados Edmilson Rodrigues, Caio Narcio, Leopoldo Meyer, Izalci, João Fernando Coutinho, Samuel Moreira e Professora Dorinha Seabra Rezende e de nº 4 do Deputado Caio Narcio à emenda nº 5, de autoria do Deputado Izalci, REJEITADO contra os votos Deputados Samuel Moreira, Professora Dorinha Seabra Rezende, João Fernando Coutinho, Ricardo

Barros, Caio Narcio, Izalci e Leopoldo Meyer.

Compareceram os Senhores Senadores Rose de Freitas, Presidente, Acir Gurgacz, Davi Alcolumbre, Eduardo Amorim, Hélio José, Paulo Bauer, Valdir Raupp e Wilder Moraes; e os Senhores Deputados Jaime Martins, Primeiro Vice-Presidente, Cacá Leão, Caio Narcio, Carlos Henrique Gaguim, César Halum, Danilo Forte, Edmilson Rodrigues, Flávia Moraes, Hildo Rocha, Hugo Leal, João Arruda, João Fernando Coutinho, José Rocha, Kaio Maniçoba, Leo de Brito, Leopoldo Meyer, Luiz Carlos Busato, Marcelo Aro, Nilto Tatto, Nilton Capixaba, Paes Landim, Paulo Pimenta, Pedro Fernandes, Professora Dorinha Seabra Rezende, Ricardo Barros, Ricardo Teobaldo, Samuel Moreira, Valtenir Pereira, Walter Ihoshi, Wellington Roberto e Zeca Dirceu.

Sala de Reuniões, em 7 de julho de 2015.

Senadora ROSE DE FREITAS

Presidente

Deputado NILTO TATTO

Relator

COMUNICAÇÃO

CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete da Deputada **Tereza Cristina** - PSB/MS

Ofício-CD-TC-052/2015

Brasília, 8 de julho de 2015.

Ao Senhor

LUIZ FERNANDO BANDEIRA DE MELLO

Secretário Geral do Congresso Nacional

Congresso Nacional

Brasília / DF

Senhor Secretário,

Com os nossos cordiais cumprimentos, levamos ao conhecimento de Vossa Senhoria que a Deputada TEREZA CRISTINA – PSB/MS encontra-se em missão oficial na França, autorizada pelo Senhor Eduardo Cunha, Excelentíssimo Presidente da Câmara dos Deputados (em anexo) e, por esta razão, queira acolher o presente comunicado como justificativa pela sua ausência na Sessão do Congresso Nacional convocada e realizada nesta data.

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

LUIZ FERNANDO DOS SANTOS

Chefe de Gabinete



CÂMARA DOS DEPUTADOS
PRESIDÊNCIA

Of. n. 1358 /15/GP/MA

Brasília, 30 de junho de 2015.

A Sua Excelência a Senhora
Deputada Tereza Cristina
Câmara dos Deputados

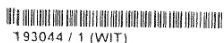
Assunto: **Missão oficial sem ônus adicionais.**

Senhora Deputada,

Autorizo Vossa Excelência a participar de visita às cidades de Paris e Dijon, França, com o objetivo de conhecer o sistema francês de remuneração e recolhimento de *royalties* sobre o uso de cultivares vegetais, considerando-se o afastamento no período de 3 a 10 de julho de 2015 missão oficial **sem ônus adicionais** para esta Casa, nos termos do Ato da Mesa n. 66/2010.

Atenciosamente,


Eduardo Cunha
Presidente



193044 / 1 (WIT)

O SR. PRESIDENTE (Waldir Maranhão. Bloco/PP-MA) - O Senador José Pimentel tem a palavra.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT-CE. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nos termos do art. 28, que exige a presença mínima de um sexto de Senadores e Deputados, é visível que não há um sexto de Senadores e Deputados presentes. Eu peço a V.Exa. que encerre a presente reunião, até porque nós estamos discutindo uma série de itens, dentre eles a LDO, e queremos fazer a sessão no dia 14.

O SR. PAUDERNEY AVELINO - Sr. Presidente, para contraditar.

O SR. PRESIDENTE (Waldir Maranhão. Bloco/PP-MA) - Com a palavra o Deputado Pauderney.

O SR. PAUDERNEY AVELINO (DEM-AM. Para contraditar. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, há mais de cinco sessões o Congresso é convocado e não há a efetiva sessão. Eu não observo o que o Senador José Pimentel está percebendo aqui, ou seja, que não tem quórum. Para que nós possamos confirmar se tem ou não quórum, é importante que V.Exa. abra o painel e dê o prazo regimental. A resolução que votamos aqui manda que a terceira terça-feira do mês seja realizada para sessões do Congresso Nacional com apreciação de veto. Então, temos vetos importantes aqui. São vetos a projetos de lei que o Congresso Nacional votou, aprovou, mas a Presidente vetou artigos desses projetos. A palavra final é sempre do Congresso Nacional.

Então, Sr. Presidente, peço a V.Exa. que cumpra o Regimento, abra o painel e conceda 30 minutos, conforme o tempo regimental, para que os Parlamentares, tanto os Deputados como os Senadores, possam acorrer ao plenário, a fim de registrar presença, e iniciarmos a Ordem do Dia.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT-CE) - Sr. Presidente, o art. 28 expressa que, não havendo um sexto dos Parlamentares presentes, não se pode dar continuidade à sessão. Aqui há apenas um Senador, que se chama José Pimentel.

O SR. PAUDERNEY AVELINO (DEM-AM) - Sr. Presidente, há quórum. Ontem nós votamos aqui. Mais de 460 Deputados Federais estão na Casa. Com certeza, a sessão do Senado foi até tarde ontem. Portanto, há Senadores lá. Os Deputados e os Senadores estão trabalhando nas Comissões, como eu estava — saí da Comissão e vim para cá.

Agora, é inadmissível que pela quarta ou quinta vez seguida a sessão do Congresso seja convocada, e o Líder do Governo venha aqui pedir que seja encerrada, sem ao menos abriremos o painel. Isso é um absurdo! Nós não podemos deixar de cumprir o Regimento.

Nós votamos aqui, neste ano, uma resolução para que, na terceira terça-feira de cada mês, possamos apreciar os vetos, que estão se acumulando. Portanto, nós não podemos abrir mão desta sessão.

O SR. PRESIDENTE (Waldir Maranhão. Bloco/PP-MA) - Com base no § 1º do art. 29, determino a abertura do painel por 30 minutos, para que nós possamos dar início aos nossos trabalhos, se houver quórum regimental.

O SR. DANILO FORTE (Bloco/PMDB-CE) - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Waldir Maranhão. Bloco/PP-MA) - Nós temos inscrita para o período de Breves Comunicações a Senadora Vanessa Grazziotin, do PCdoB do Amazonas.

O SR. DANILO FORTE (Bloco/PMDB-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, pela ordem, só 1 minuto. É só um questionamento que eu preciso fazer, inclusive aproveitando a presença do nosso Líder do Governo aqui, o Senador José Pimentel.

Ontem nós votamos na Comissão Mista de Orçamento o PLN 4, que fala exatamente da questão dos Restos a Pagar. Há uma preocupação muito grande dos Prefeitos do Brasil e dos Parlamentares, que têm as suas emendas e o compromisso, inclusive do orçamento impositivo, de liberar as emendas para os Municípios. Precisamos resolver uma questão financeira para destravar a liberação orçamentária.

O Vice-Presidente da República, Michel Temer, já anunciou que o Ministério da Fazenda conseguiu reter recursos suficientes para poder fazer o pagamento desses Restos a Pagar, mas, se nós não votarmos e não regularizarmos legalmente, através da votação do PLN 4, no Plenário do Congresso Nacional, nós estaremos prejudicando os Municípios que precisam desses recursos para tocar os seus investimentos e o compromisso que foi assumido pelo Vice-Presidente Michel Temer de resolver a questão dos Restos a Pagar com o Plenário do Congresso Nacional.

Então, seria importante que déssemos celeridade, que pudéssemos votar o mais rapidamente possível o PLN 4, porque nós já estamos em julho e não estamos executando nem o passado, imaginem o presente e o futuro. É necessário urgência na aprovação desse PLN 4. Nós queremos um compromisso do Governo com relação a isso, para que o nosso Vice-Presidente, que assumiu a articulação política e tem dado uma contribuição muito grande para o Governo — inclusive agilizando as votações necessárias e urgentes que o Governo precisa colocar em pauta no Congresso Nacional —, possa cumprir a sua palavra.

O SR. PRESIDENTE (Waldir Maranhão. Bloco/PP-MA) - Os projetos estão sobre a mesa. Havendo acordo, certamente nós os votaremos.

O SR. PRESIDENTE (Waldir Maranhão. Bloco/PP-MA) - Com a palavra o Deputado Claudio Cajado.

O SR. CLAUDIO CAJADO (DEM-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Senador Líder do Governo, José Pimentel, eu tenho duas observações a fazer.

Primeira: qual o motivo por que o Governo não quer votar? Assiste razão ao Senador Pimentel, mas não neste início de sessão, porque, como determina o Regimento, temos que dar o prazo para que efetivamente possa ser aberto o painel, o que o Presidente Waldir Maranhão já fez. Ou seja, temos que dar o tempo necessário. Após os 30 minutos, não havendo o quórum mínimo, S.Exa. pode requerer o encerramento da sessão.

Nós temos que dar a oportunidade de Deputados e Senadores virem a plenário registrar a presença. É óbvio que, se o Líder do Governo fizer obstrução, esta sessão cairá, mas eu acho que nós merecemos o mínimo de respeito de sermos informados sobre o motivo, porque a obstrução é uma regra regimental das minorias, da Oposição.

Quando vem pedir que se encerre a sessão — permita-me, Senador Pimentel —, o Líder do Governo tem que esclarecer os motivos a este Plenário, para que nós possamos, se for o caso — eu não posso falar pelo Democratas nem pela Oposição, porque não estou aqui investido da prerrogativa de Líder —, até negociar, fazer a suspensão, porque efetivamente a sessão não vai dar em nada. O Governo tem maioria para, através da sua base, não deixar dar o quórum, mas eu queria que efetivamente pudéssemos ser informados sobre o motivo.

A segunda observação, Sr. Presidente, é que não adianta o Governo apenas mandar um projeto para pagar ou para viabilizar o pagamento das emendas dos novos Parlamentares. Não estão sendo executadas emendas de 2013 e de 2014. E o Orçamento é impositivo. Portanto, nós temos que ser informados sobre os prazos das liberações desses recursos.

Para concluir, Sr. Presidente, conforme reza a LDO, muitos dos contratos assinados com a Caixa Econômica Federal não tiveram as obras iniciadas em função de os 50% das obras abaixo de 750 mil reais não terem sido pagas. Às vezes, fica se responsabilizando a Caixa Econômica Federal, quando a responsabilidade é do Governo Federal, que não está liberando os recursos desde 2013. E nós temos que respeitar o 1,2% da receita corrente líquida.

Portanto, o Governo tem que esclarecer quando vai pagar os Restos a Pagar de 2013 e quando vai pagar os de 2014, para que haja acordo no sentido de liberarmos a pauta. Senão, as sessões do Congresso Nacional não ficarão, em hipótese alguma, passíveis de serem obstruídas, inclusive na CMO, com a não votação da LDO de 2016.

O SR. PRESIDENTE (Waldir Maranhão. Bloco/PP-MA) - Nós temos uma lista de inscritos. Vou respeitá-la. Com a palavra o Deputado Luiz Carlos Hauly, do PSDB do Paraná.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY (PSDB-PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, muito obrigado. As inscrições estão em curso.

Eu quero registrar, primeiro, a obstrução do Governo, que mostra a fragilidade em que vive com a sua base dentro do Congresso Nacional, tanto na Câmara quanto no Senado. Isso fica evidente, patente. Então, se há uma crise no Governo — e há uma crise —, ela vem da sua base, que não lhe dá sustentação e que falha nos momentos mais importantes do Governo.

Eu cito a Grécia. O governante brasileiro está achando que é grego, que pode fazer e desfazer. Não há fórmula. Nem o gostoso iogurte grego vai resolver o problema da Grécia, senão eles mesmos. E ninguém vai resolver o problema do Brasil senão nós mesmos. Se o Governo não for proativo, se não fizer as reformas estruturais que não fez, teremos um grande e grave problema. O Plano Real completou 21 anos — a moeda, 21 anos. Cadê o conjunto das reformas que não foram feitas? O Governo usufruiu, por 12 anos e meio, os benefícios do Plano Real e da estabilidade e não completou o ciclo das reformas. Ele acha que vai chover maná do céu para resolver os problemas? Ele tem que apresentar ao Congresso Nacional reformas profundas. Não podem ser reformas pequenas, cosméticas, como esse ajuste fiscal, que é um tapa-buraco. Ele não pode fazer como o prefeito do interior que pega um pouco de asfalto e tapa os buracos, porque a primeira enxurrada leva o asfalto embora, e o buraco volta.

Não estou vendo luz no fundo do túnel, a não ser um trem carregado vindo de encontro aos interesses do País. A inflação está em 8,89% hoje; foi de 0,7% a inflação no mês passado. Os trabalhadores perderam 10% da sua renda, em comparação com o ano passado. O déficit público continua, o déficit na balança comercial continua, o saldo da balança de pagamentos, que é a soma de todas as outras balanças, é negativo. Continua a situação.

No Congresso Nacional, nas reuniões da Câmara e do Senado, fica patente o divórcio entre o que o Governo quer e o que a Casa acaba decidindo. Daí a razão de muitos vetos, daí a insurgência de focos localizados.

Eu, como sempre fui parlamentarista — aliás, o PSDB tem, na sua essência, o parlamentarismo —, não vejo alternativa para S.Exa., a Presidente Dilma Rousseff, que não sejam a renúncia ao cargo ou o *impeachment*,

que é um processo terrível do presidencialismo. O presidencialismo é um sistema tão pesado que não tem alternativa para a solução dos problemas.

Imaginem, Sras. e Srs. Parlamentares, fazendo uma comparação com a grave crise ética, moral e administrativa na PETROBRAS, que acabou em uma CPI e em uma série de processos na Justiça, lá em Curitiba, se não tivessem trocado a diretoria. Com relação à PETROBRAS, diminuiu-se o problema só pelo fato de terem trocado toda a diretoria. É o caso do Brasil. Com a crise, é preciso trocar a diretoria, mas, no Brasil, o Presidente da República é Chefe de Estado e Chefe de Governo. Se nós tivéssemos mantido o Chefe de Estado e tivéssemos trocado o de Governo, caso o sistema fosse parlamentarista, poderíamos ter debelado a crise política e reiniciado uma repactuação no Brasil.

Eu vi movimentação de partidos políticos da base no sentido de convidar a Presidente a fazer um pacto. Isso não pode ser por minoria. O pacto tem que ser para todo o País. É preciso que envolva todos os partidos, todos os governadores, todos os prefeitos, todos os empresários representados, todos os trabalhadores representados e todos os setores das atividades econômica e social do País.

A Presidente Dilma não tem saída, ela está refém de uma estrutura que a cada dia vai ficar pior do que a anterior, que a cada semana fica pior do que a anterior, que a cada mês fica pior do que a anterior. E este ano vai ser pior do que todos os outros anos dela e de todo o mundo. A crise é grave.

Espero que haja resposta, não conversa fiada.

O SR. PRESIDENTE (Waldir Maranhão. Bloco/PP-MA) - Pela ordem, concedo a palavra ao Deputado Major Olímpio.

O SR. MAJOR OLÍMPIO (PDT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Eu gostaria, Sr. Presidente, aproveitando a sessão conjunta da Câmara e do Senado, de agradecer a todos os Deputados e Senadores pela aprovação e à Presidente pela sanção, no dia de ontem, da Lei nº 13.142, de 2015, que torna hediondos crimes praticados contra policiais, integrantes das Forças Armadas, funcionários do sistema penitenciário, guardas municipais.

Em 2012, iniciei uma coleta de assinaturas — coletamos em todo o País 700 mil assinaturas — para um projeto que seria de iniciativa popular. Ao chegar a esta Casa, apresentei o Projeto de Lei nº 141, de 2015. Posteriormente, o Deputado Leonardo Picciani apresentou um projeto mais amplo, que, aprovado por esta Casa e pelo Senado, agora é lei.

Atacar policiais, integrantes das Forças Armadas, guardas municipais, funcionários do sistema prisional é crime hediondo — penas maiores. É uma vitória da população brasileira.

Muito obrigado à Câmara dos Deputados, muito obrigado ao Senado Federal e muito obrigado à Presidente da República por sancionar, sem nenhum veto, o projeto que dá suporte, vida a esses profissionais e estabelece maiores penas para aqueles que atacam defensores da sociedade. Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Waldir Maranhão. Bloco/PP-MA) - Em Breves Comunicações, concedo a palavra ao Deputado Silas Câmara, do PSD do Amazonas.

O SR. SILAS CÂMARA (PSD-AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu me somo aos Deputados e Senadores que acham estranho que esta sessão, a quinta convocação do Congresso para votar vetos, seja cancelada.

Juntamente com muitos companheiros, inclusive o meu partido, PSD — saúdo a pessoa do Senador Omar Aziz, que está presente no plenário do Congresso Nacional —, estamos articulados para promover, nesta sessão, a derrubada do veto do item 6 da pauta, que diz respeito à Medida Provisória nº 660, de 2014, que beneficiou os servidores da SUFRAMA — Superintendência da Zona Franca de Manaus com a equiparação salarial.

Sr. Presidente, trata-se de uma reivindicação justa de uma autarquia federal, cujo salário dos servidores é três vezes inferior, em média, ao que o servidor da mesma categoria recebe no Ministério que a representa. E essa autarquia, a Superintendência da Zona Franca de Manaus, tem receita própria suficiente para dar aos servidores aquilo que reivindicam, que é a equiparação salarial.

Portanto, Sr. Presidente, é importante que os Deputados Federais compareçam ao plenário para registrar sua presença, assim como os Senadores da República, até porque V.Exa. deu um prazo, que eu julgo, inclusive, muito curto. V.Exa. sabe que, na manhã de quarta-feira, todas as Comissões Permanentes desta Casa funcionam, assim como as Comissões Especiais. Então, é necessário que haja tolerância para que os Deputados Federais e os Senadores possam chegar até o plenário e registrar presença, a fim de que nós possamos, no dia de hoje, fazer justiça, por exemplo, aos servidores da SUFRAMA, no Estado do Amazonas, na Amazônia Ocidental.

A SUFRAMA coordena e dirige o maior e melhor projeto para diminuir as desigualdades regionais, que é o polo industrial da Zona Franca de Manaus, que tem capacidade para gerar quase 120 mil empregos, manter 92% do nosso território preservado e gerar uma receita média de 30 bilhões de reais por ano, criando, fora do Estado do Amazonas, em todo o Brasil, quase 350 mil empregos.

É muito importante, então, que nós possamos manter esta sessão do Congresso Nacional e dar oportunidade aos Deputados Federais, que já deram aos servidores, com essa matéria, uma vitória expressiva: foram mais de 340 votos na Câmara dos Deputados. E, no Senado Federal, houve praticamente unanimidade. Os Senadores disseram ser esta uma matéria que faz justiça aos servidores da Superintendência da Zona Franca de Manaus.

Sr. Presidente, nós, Deputados Federais do PSD, temos o compromisso — Senadores da República também — de fazer uma votação fechada, para derrubar o veto ao item 6 da pauta, que diz respeito aos servidores da Superintendência da Zona Franca de Manaus.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldir Maranhão. Bloco/PP-MA) - Pela ordem, eu vou conceder a palavra ao Deputado Caetano.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB-AM) - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Waldir Maranhão. Bloco/PP-MA) - Depois concederemos a palavra para breves comunicações.

O SR. BRUNO ARAÚJO (PSDB-PE) - Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PAUDERNEY AVELINO (DEM-AM) - Sr. Presidente...

O SR. BRUNO ARAÚJO (PSDB-PE. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) - É só uma questão de ordem. O Senador José Pimentel já falou hoje da tribuna. Quero registrar a presença do Senador Pimentel, que já vez uso da tribuna, e não consta do painel o registro da presença dele.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT-CE) - Sr. Presidente, eu aprendi isso com a Oposição. Ela intervém sempre e não marca a presença.

O SR. PAUDERNEY AVELINO (DEM-AM) - Mas será contada a presença do Senador José Pimentel.

O SR. PRESIDENTE (Waldir Maranhão. Bloco/PP-MA) - Concedo a palavra ao Deputado Caetano, pela ordem.

O SR. CAETANO (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSDB não sai do palanque 6 meses depois da eleição; só este ano e mais três do ano passado são 9 meses. Não sai do palanque, mantém o mesmo palanque.

Sobre essa questão específica hoje, Sr. Presidente, V.Exa. já deu o prazo de mais 35 minutos, já que abriu o painel. Então, vamos cumprir a questão de ordem que o Senador Pimentel colocou de suspensão da sessão, mesmo porque só há o registro de 10 Senadores até agora.

O SR. PRESIDENTE (Waldir Maranhão. Bloco/PP-MA) - Nós abrimos o painel às 12h18min. Portanto, vamos cumprir a forma regimental.

O SR. PAUDERNEY AVELINO (DEM-AM) - Sr. Presidente, abrimos às 12h48min.

O SR. PRESIDENTE (Waldir Maranhão. Bloco/PP-MA) - Concedo a palavra à Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB-AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) - Muito obrigada, Sr. Presidente. Em primeiro lugar, eu quero fazer um apelo aos Parlamentares, Senadores e Senadoras, Deputados e Deputadas, para que possamos marcar presença na sessão do dia hoje.

Eu quero aproveitar para dizer que todos nós da Região Amazônica estamos ansiosos, mas trabalhando por uma solução, no que diz respeito à situação dos servidores da Superintendência da Zona Franca de Manaus — SUFRAMA, uma autarquia do Governo Federal que atua não só no Amazonas, mas também nos Estados do Acre, de Rondônia, de Roraima e do Amapá.

Sr. Presidente, os servidores estão em greve porque até agora não houve uma negociação com o Governo Federal, e nós da bancada somos testemunhas de quanto esses servidores vêm procurando negociar com o Governo Federal. No ano passado, em 2014, fizeram um movimento grevista, e suspenderam a greve para que a negociação tivesse curso; infelizmente, como não avançou, eles novamente tiveram de parar suas atividades, o que vem causando um prejuízo não só à nossa Região, a Roraima, Amazonas, Amapá, Acre, mas a todo o País.

Quero relatar aqui, Sr. Presidente, que ontem, numa reunião com o Vice-Presidente da República Michel Temer, Presidente em exercício, e um conjunto de Líderes partidários, ficou acordado que as Lideranças partidárias devem trabalhar para uma solução, e se for o caso — está aqui o Líder do Governo no Congresso Nacional — teremos até a edição de uma medida provisória.

Eu quero dizer que nós confiamos muito nessa negociação, Sr. Presidente, e tenho a convicção de que a saída negociada é a única forma para que não derrubemos o veto. Do contrário, nós teremos de derrubar o veto e garantir uma revisão do plano de cargos e salários desses servidores. Então, não há mais por parte do Governo Federal um compromisso com as bancadas da região; há um compromisso com todos os Líderes

partidários, um compromisso que foi cancelado na reunião de ontem pelo próprio Vice-Presidente Michel Temer, Sr. Presidente.

Estamos aqui aguardando o quórum, mas ao mesmo tempo trabalhando nas negociações, para que possamos encontrar uma solução que, repito, não é só para o Estado do Amazonas, é para uma Região muito importante para o nosso País. Está aqui o Senador Romero Jucá, que, não estando na reunião ontem, colocou como prioridade sua e também prioridade da bancada de Roraima uma solução para essa questão.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. MORONI TORGAN (DEM-CE) - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Waldir Maranhão. Bloco/PP-MA) - Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Omar Aziz.

O SR. MORONI TORGAN (DEM-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Quero só chamar os Deputados, porque falta pouca gente. Então, peço aos Deputados de oposição que venham ao plenário. Já há número suficiente de Senadores.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PSB-PI) - Sr. Presidente...

O SR. RUBENS BUENO (PPS-PR) - Sr. Presidente Waldir Maranhão...

O SR. PRESIDENTE (Waldir Maranhão. Bloco/PP-MA) - Está assegurada a palavra, pela ordem, ao Senador Omar Aziz.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD-AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu queria só deixar uma coisa muito clara para os Deputados e os Senadores: tanto a Câmara quanto o Senado aprovaram uma lei, por meio de medida provisória, que beneficiava, que recuperava o salário dos servidores da SUFRAMA — Superintendência da Zona Franca de Manaus, que hoje mantém a economia do Estado do Amazonas, assim como a de Estados vizinhos. Infelizmente, foi vetada pela Presidenta Dilma Rousseff. Já foi vetada há mais de 30 dias. O Governo há 30 dias vem falando que vai negociar com os servidores e até agora não tomou essa providência.

Eu faço um apelo aos Senadores que votaram essa medida provisória à unanimidade e não foram respeitados pelos técnicos do Governo Federal que simplesmente orientaram a Presidenta Dilma a vetar uma coisa muito importante para a economia do País, no momento difícil por que passamos: vamos fazer justiça nesta Casa hoje. Espero que possamos fazer esta reunião do Congresso Nacional. Semana passada, o Congresso adiou a sessão para esta semana, e, se nós não fizermos isso, a economia cada vez mais combatida do meu Estado vai sofrer prejuízos, assim como a dos Estados de Roraima, do Acre, de Rondônia e do Amapá.

Por isso, o Senador Romero Jucá e eu fizemos um destaque a essa questão da SUFRAMA, para que possamos votar em separado esse veto. Espero contar com os colegas Senadores e com os companheiros Deputados Federais para fazer justiça a uma categoria que vem ajudando a desenvolver o Estado do Amazonas e o Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PSB-PI) - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Waldir Maranhão. Bloco/PP-MA) - Concedo a palavra pela ordem ao Deputado Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PSB-PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, em primeiro lugar, eu quero parabenizar os Senadores, que estão mais presentes do que nós Deputados. O Senado já completou o quórum. Espero que a Câmara o complete imediatamente, embora eu não acredite que o Governo queira votar.

Sr. Presidente, o que me traz a esta tribuna neste momento é um fato repercutivo que já foi aqui trazido pelo Deputado Bruno Araújo. O que o Governo fez com os Parlamentares é um absurdo! Foi uma medida jurás-sica obrigar Secretários de Estado a renunciarem a suas funções para virem a Brasília assinar eletronicamente uma indicação de emenda parlamentar. Isso não existe, Sr. Presidente! Eu estou aqui há mais de 30 anos, e nunca houve uma palhaçada como essa! Se o Governo não quer ajudar, que pelo menos não atrapalhe o Congresso Nacional. É um transtorno que causa aos Secretários, que saem de suas funções nos Estados, assinam e voltam.

Eu vejo daqui a bancada do Piauí, que, em 2 dias, mudou de Deputado três vezes. É um absurdo, é um desrespeito! Eu lanço daqui um protesto. O Governo não pode fazer isso. As informações são as de que foram determinações da Casa Civil. E muito me admira porque o Ministro, embora vaidoso, é um ex-Parlamentar e sabe como as coisas aqui funcionam. Se não existe acordo entre os titulares e os suplentes, eles que se virem, mas não generalizem.

Isso é um absurdo! Deixo aqui o registro e o protesto.

O SR. PRESIDENTE (Waldir Maranhão. Bloco PP-MA) - Concedo a palavra ao Deputado Claudio Cajado.

O SR. CLAUDIO CAJADO (DEM-BA. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Congressistas, preocupa-me que nós já estejamos praticamente em meados do ano e que as emendas de 2013 sequer ainda tenham previsão de liberação. Isso traz um complexo problema para o Governo administrar.

O Orçamento de 2013 está comprometido com o atual Orçamento. O de 2014, *idem*. E o de 2015? Como ficarão os recursos que terão que ser liberados? O Governo cria um gravíssimo problema para ele próprio: administrar três orçamentos em um só.

Ora, Sr. Presidente, se nós levarmos em consideração a gravíssima crise econômica pela qual o País passa, parece-nos que esse é o motivo para que o Governo empurre com a barriga as decisões que o Congresso Nacional, por prerrogativa constitucional, tem que tomar, porque nós aqui não criamos despesas. Pelo contrário, nós fazemos as leis e as cumprimos. Quando o próprio Governo, através do seu Líder, vem a plenário obstruir a sessão do Congresso Nacional, sem dar as informações necessárias para tal, significa que o Governo continua a criar mais problemas para ele próprio. E nós não vamos assistir passivamente a isso. Nós temos que exigir que o Governo dê as soluções e que principalmente passe as informações.

Nós criticamos, no ano passado, a postura irresponsável da gestão fiscal do Governo Dilma. Mostramos, no processo eleitoral, que aquele Brasil que se apresentava nas campanhas não era o Brasil real. Hoje, nós assistimos à carestia nas feiras livres, aos preços elevadíssimos da energia elétrica e do combustível, à inflação galopante, que deverá ultrapassar mais de 9% neste ano de 2015, e a uma recessão a que há anos o Brasil não assistia...

E não venham aqui querer comparar o Brasil com outros países dizendo que a crise é mundial, porque não é. Temos que analisar o BRICS e os países da América do Sul e da própria América Latina. O Brasil é o País com o pior desempenho na economia comparativamente com o BRICS e comparativamente com países da América Latina e da América do Sul. Inclusive, ao se considerar que a Rússia está em guerra, ou pelo menos guerra não declarada, com a Ucrânia, vemos que, mesmo assim, sua economia ainda é melhor do que a do Brasil.

A que ponto chegamos? E o Governo tenta escamotear essa verdade, sem vir a público para dizer claramente o que deseja e como irá fazer. E nós ficamos aqui, pela décima segunda vez, sem votar os vetos e sem realizar sessão do Congresso Nacional. Isso é um acinte! Isso cheira a deboche! E nós não podemos permitir que o Congresso Nacional se submeta a esse tipo de procedimento.

Nós queremos, Sr. Presidente, que o Governo diga o que fará e como fará. A partir daí, sim, nós criamos as condições políticas para fazer o nosso papel e cumprir com o nosso mandamento constitucional. Agora, ficamos aqui toda hora abrindo sessão e fechando sessão do Congresso Nacional, sem que possamos avançar nas matérias, sem que possamos deliberar coisas importantes, como os vetos que estão aí, que também dizem respeito principalmente à economia do Brasil, sem que tenhamos uma posição objetiva, sinceramente isso é continuar complicando mais a vida do Governo e acabar trazendo esse problema para o nosso Congresso Nacional.

Por isso, Sr. Presidente, eu quero aqui instar o Governo, através de seus Líderes, a mostrar como irá resolver esse problema das três execuções orçamentárias no ano de 2015, no exercício atual, já que não pagou 2013 e não pagou 2014. E nós não temos nenhuma informação! Isso não pode continuar. Nós não vamos discutir aqui apenas a importância da execução das emendas parlamentares dos novos Deputados, que — olhem o que estou dizendo — só serão executadas daqui a 3 anos! Não pensem os novos Parlamentares que este ano terão a liberação de seus recursos, porque, se estamos sem liberar nada de 2013, o que dirá de 2015.

Portanto, é importante que o Governo passe completamente as informações e trate este Congresso Nacional com mais respeito, porque não podemos suspender as sessões como suspendemos as das Comissões Permanentes. Nós não podemos deixar de realizar as sessões ordinárias da Câmara dos Deputados e do Senado Federal para convocar sessão do Congresso Nacional sem que ela se realize.

Portanto, chamo a atenção, inclusive da Mesa Diretora do Congresso Nacional, para que possa acordar com os Líderes antes de convocar as sessões que não darão em nada e para que trate este Congresso Nacional com mais respeito.

Muito obrigado pela tolerância, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldir Maranhão. Bloco/PP-MA) - Errata à Lei Orçamentária Anual de 2015.

Sobre a mesa o Ofício nº 107, de 2015, do Presidente em exercício da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, o Deputado Jaime Martins, que solicita a correção de erros materiais ocorridos no processamento de emendas apresentadas ao Projeto de Lei nº 13, de 2014, do Congresso Nacional (PLOA 2015).

É o seguinte o Ofício:



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Of. Pres. n. 107/2015/CMO

Brasília, 1º de julho de 2015

*A Publicação 8/7/15
Para se a comunicação
à Presidência da
República
8/7/15*

Ao Excelentíssimo Senhor
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal

Assunto: **Solicita a correção de erros materiais ocorridos no processamento de emendas apresentadas ao PLN nº 13, de 2014-N (PLOA/2015).**

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, solicito a Vossa Excelência providências no sentido de proceder à retificação na publicação da Lei nº 13.115, de 20/04/2015 (Lei Orçamentária para 2015), tendo em vista a existência de erros materiais verificados no processamento de emendas apresentadas ao PLN nº 13, de 2014-CN (projeto de lei orçamentária para 2015), identificados no autógrafo, pela área técnica da Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados e Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle do Senado Federal, conforme Of. Conjunto nº 02/2015/Conof/Conorf, de 24 de junho de 2015, em anexo.

Outrossim, informo que a referida retificação está amparada pelo art. 152 da Resolução nº 1, de 2006 e art. 142 da Lei nº 13.080, de 2015 (LDO 2015), e foi aprovada por unanimidade na continuação da Quarta Reunião Extraordinária da Comissão, realizada nesta data.

Ao ensejo, renovo a Vossa Excelência protesto de elevada estima e distinta consideração.


Deputado JAIME MARTINS
Presidente em exercício



Ofício Conjunto nº 2/2015/CONOF/CONORF

Brasília, 24 de junho de 2015

A Sua Excelência a Senhora
Senadora Rose de Freitas
Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização
Anexo II da Câmara dos Deputados
Brasília/DF

Assunto: correção de erros materiais verificados no processamento de emendas apresentadas ao PL nº 13, de 2014-CN.

Senhora Presidente,

Encaminhamos a Vossa Excelência a Nota Técnica Conjunta nº 3, de 2015, a qual aponta erros materiais verificados no processamento das emendas 29070014 e 81001217 apresentadas ao PL nº 13, de 2014-CN (projeto de lei orçamentária para 2015), e indica as correções necessárias.

Destaque-se que a correção dos erros materiais verificados no autógrafo encaminhado ao Poder Executivo deverá ser objeto de deliberação da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização e, posteriormente, do Plenário do Congresso Nacional, observados o art. 142 da Lei nº 13.080, de 2015 (LDO 2015) e o art. 152 da Resolução nº 1, de 2006-CN.

Respeitosamente,



Ricardo Alberto Volpe
Diretor da CONOF



Luiz Fernando de M. Perezino
Consultor-Geral da CONORF



NOTA TÉCNICA CONJUNTA Nº 3/2015

Assunto: Retificação do autógrafo do Projeto de Lei nº 13, de 2014-CN, em decorrência da identificação de erros materiais.

Interessado: Congresso Nacional

Introdução

Esta nota técnica trata da retificação dos autógrafos do Projeto de Lei nº13, de 2014-CN (Lei nº 13.115, de 20/04/2015), com vistas à correção de erros materiais identificados pela Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados (CONOF) e pela Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle do Senado Federal (CONORF), referentes às emendas 29070014 e 81001217.

Análise da Matéria

O art. 142 da Lei nº 13.080, de 02/01/2015, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para 2015, estatui:

Art. 142. A retificação dos autógrafos dos projetos da Lei Orçamentária de 2015 e de créditos adicionais, no caso de comprovado erro no processamento das deliberações no âmbito do Congresso Nacional, somente poderá ocorrer:

I - até o encerramento do primeiro período da sessão legislativa, no caso da Lei Orçamentária de 2015; ou

II - até trinta dias após a publicação no Diário Oficial da União e desde que ocorra dentro do exercício financeiro, no caso dos créditos adicionais.

Parágrafo único. Vencidos os prazos de que trata o *caput*, a retificação será feita mediante a abertura de créditos suplementares ou especiais, observado o disposto nos arts. 39 e 40, ou de acordo com o previsto no art. 38, desde que ocorram dentro do correspondente exercício financeiro.

No mesmo sentido, o art. 152 da Resolução nº 1, de 2006-CN, que trata da temática orçamentária e da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, prevê a possibilidade de correção de erro verificado nos autógrafos dos projetos de lei orçamentária:

Art. 152. O projeto de lei aprovado e enviado em autógrafo para sanção do Presidente da República não poderá ser motivo de alteração, ressalvado o caso de correção de erro material, verificado exclusivamente no processamento das proposições apresentadas, formalmente autorizado pela CMO, por proposta de seu Presidente, justificando-se cada caso.

Parágrafo único. A alteração de que trata o *caput* observará o disposto na lei de diretrizes orçamentárias.

*CB**22/07*

Nesse contexto normativo, verifica-se ser possível o encaminhamento da correção dos erros identificados no processamento das seguintes emendas:

Emenda 81001217. A emenda incluiu programação decorrente da indicação nº 33120002 apresentada ao Relator Geral pelo Deputado Helder Salomão. As justificativas contidas na indicação e na emenda prevêm a aplicação de recursos no Estado do Espírito Santo. Contudo, do Adendo/Errata aprovado pelo Plenário do Congresso Nacional em 17/03/2015 constou incorretamente o subtítulo “No Estado de São Paulo”.

Emenda 29070014. A emenda apresentada pelo Senador Benedito de Lira acrescentou recursos na programação 05.152.2058.20XN.0001 (“Aprestamento da Marinha”). Porém, em razão de erro no processamento, o acréscimo foi efetuado na programação 05.301.2108.2004.0001 (“Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes”).

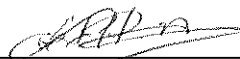
Conclusão

Ante o exposto, manifestamo-nos pela correção, na forma do Anexo desta nota técnica, dos erros materiais verificados no processamento das emendas 29070014 e 81001217.

Brasília, 24 de junho de 2015



Ricardo Alberto Volpe
Diretor da CONOF



Luiz Fernando de M. Perezino
Consultor-Geral da CONORF



**Errata referente aos Autógrafos do PL nº 13, de 2014 – CN (projeto de lei orçamentária para 2015)
Correção de erros de processamento das emendas 29070014 e 81001217.**

(art. 142 da Lei nº 13.080, de 02/01/2015, e art. 152 da Resolução nº 1, de 2006-CN)

Pág. do Autógrafo	Órgão	Unidade	Programa	Programática	Ação/Localização	Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor	Justificativa
601 - Vol. IV	ONDE SE LÊ:	55000 - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME	2037 - FORTALECIMENTO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SUAS)	2037.2B31.0032	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL - NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	08.244	S	3-ODC	6	30	0	100	400.000	Correção de subtítulo incorreto gerado no processamento da emenda 8100.1217
							S	4-INV	6	30	0	100	1.067.333	
							S	4-INV	6	40	0	100	1.062.300	
							S	3-ODC	2	30	0	100	1.100.000	
							S	3-ODC	2	40	0	100	1.920.000	
							S	3-ODC	2	99	0	100	200.000	
	LEIA-SE:	55000 - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME	2037 - FORTALECIMENTO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SUAS)	2037.2B31.0035	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL - NO ESTADO DE SÃO PAULO	08.244	S	3-ODC	6	40	0	100	300.000	
							S	4-INV	2	30	0	100	100.000	
							S	4-INV	2	40	0	100	380.000	
							S	4-INV	6	40	0	100	1.550.000	
							S	4-INV	6	99	0	100	450.000	
							S	3-ODC	2	40	0	100	370.000	
601 - Vol. IV	ONDE SE LÊ:	55000 - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME	2037 - FORTALECIMENTO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SUAS)	2037.2B31.0032	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL - NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	08.244	S	3-ODC	6	30	0	100	400.000	Correção de subtítulo incorreto gerado no processamento da emenda 8100.1217
							S	4-INV	2	40	0	100	230.000	
							S	4-INV	6	30	0	100	1.067.333	
							S	4-INV	6	40	0	100	1.062.300	
							S	3-ODC	2	30	0	100	1.100.000	
							S	3-ODC	2	40	0	100	1.550.000	
	LEIA-SE:	55000 - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME	2037 - FORTALECIMENTO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SUAS)	2037.2B31.0035	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL - NO ESTADO DE SÃO PAULO	08.244	S	3-ODC	2	99	0	100	200.000	
							S	3-ODC	6	40	0	100	300.000	
							S	4-INV	2	30	0	100	100.000	
							S	4-INV	2	40	0	100	150.000	
							S	4-INV	6	40	0	100	1.550.000	
							S	4-INV	6	99	0	100	450.000	



Pág. do Autógrafo	Órgão	Unidade	Programa	Programática	Ação/Localização	Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fie	Valor	Justificativa
504 e 505 - Vol. IV	ONDE SE LÊ: 52000 - MINISTÉRIO DA DEFESA	52131 - COMANDO DA MARINHA	2058 - POLÍTICA NACIONAL DE DEFESA	2058.20XN.0001	APRESTAMENTO DA MARINHA - NACIONAL	05.152	F	3-ODC	2	90	0	100	437.146.516	Correção de programação incorreta no processamento da emenda 2907.0014
							F	4-INV	2	90	0	100	329.569.067	
		52131 - COMANDO DA MARINHA	2108 - PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO DA DEFESA	2108.2004.0001	ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS, MILITARES E SEUS DEPENDENTES - NACIONAL	05.301	S	3-ODC	1	90	0	100	189.089.872	
							S	3-ODC	6	90	0	100	250.000	
							S	4-INV	1	90	0	100	13.181.000	
							S	4-INV	6	90	0	100	4.715.000	
	LEIA-SE:	52131 - COMANDO DA MARINHA	2058 - POLÍTICA NACIONAL DE DEFESA	2058.20XN.0001	APRESTAMENTO DA MARINHA - NACIONAL	05.152	F	3-ODC	2	90	0	100	437.146.516	
							F	3-ODC	6	90	0	100	250.000	
		52131 - COMANDO DA MARINHA	2108 - PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO DA DEFESA	2108.2004.0001	ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS, MILITARES E SEUS DEPENDENTES - NACIONAL	05.301	F	4-INV	2	90	0	100	329.569.067	
							S	3-ODC	1	90	0	100	189.089.872	
							S	4-INV	1	90	0	100	13.181.000	
							S	4-INV	6	90	0	100	4.715.000	

2

20/7/15



**CONGRESSO NACIONAL***Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização*

CONCLUSÃO

A COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO - CMO, na continuação da Quarta Reunião Extraordinária, realizada em 1º de julho de 2015, em observância ao disposto no art. 152, da Resolução nº 01/2006-CN, **APROVOU**, por unanimidade, **ERRATA** à Lei nº 13.115, de 20/04/2015, que "Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2015", encaminhada à Presidente da Comissão através do Ofício Conjunto n.º 2/2015/Conof/Conorf, de 24 de junho de 2015, da Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados e da Consultoria de Orçamentos Fiscalização e Controle do Senado Federal, com o objetivo de proceder à retificação na publicação da referida Lei, relativa a erros materiais ocorridos no processamento da matéria.

Compareceram os Senhores Senadores Rose de Freitas, Presidente, Acir Gurgacz, Eduardo Amorim, Hélio José, Lídice da Mata, Paulo Bauer, Raimundo Lira, Valdir Raupp e Wilder Moraes; e os Deputados Jaime Martins, Primeiro Vice-Presidente, Giuseppe Vecchi, Segundo Vice-Presidente, Cacá Leão, Caio Narcio, Carlos Henrique Gaguim, César Halum, Danilo Forte, Domingos Sávio, Edmar Arruda, Edmilson Rodrigues, Elmar Nascimento, Evair de Melo, Flávia Moraes, Genecias Noronha, Gonzaga Patriota, Gorete Pereira, Hildo Rocha, Hissa Abrahão, Hugo Leal, Izalci, João Arruda, João Carlos Bacelar, João Fernando Coutinho, Jorge Solla, José Aírton Cirilo, José Rocha, Julio Lopes, Kaio Maniçoba, Lázaro Botelho, Lelo Coimbra, Leo de Brito, Leopoldo Meyer, Luiz Carlos Busato, Marcelo Aro, Nilto Tatto, Nilton Capixaba, Paes Landim, Paulo Pimenta, Pedro Fernandes, Professora Dorinha Seabra Rezende, Raimundo Gomes de Matos, Ricardo Barros, Ricardo Teobaldo, Samuel Moreira, Valtênir Pereira, Vitor Valim, Wadson Ribeiro, Walter Ihoshi, Weliton Prado, Wellington Roberto, Zé Geraldo e Zeca Dirceu.

Sala de Reuniões, em 1º de julho de 2015.


Deputado JAIME MARTINS
Presidente em exercício



O SR. PRESIDENTE (Waldir Maranhão. Bloco/PP-MA) Não havendo objeção do Plenário, a Presidência tomará as necessárias providências para o atendimento da solicitação.

Eleição do Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional.

A Presidência submete à homologação do Congresso Nacional as indicações ao Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional. Os nomes foram devidamente publicados no portal do Congresso Nacional e foram sugeridos à Mesa do Congresso Nacional, nos termos legais, por entidades representativas dos setores mencionados nos incisos I a IX do art. 4º da Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991, bem como por indicação da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Waldir Maranhão. Bloco/PP-MA) - Em votação na Câmara dos Deputados.

As Sras. e os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Com relação às indicações, serão tomadas as devidas providências, que serão cumpridas pelo Senado.

O SR. PRESIDENTE (Waldir Maranhão. Bloco/PP-MA) - Sobre a mesa projetos de resolução do Congresso Nacional que serão lidos:

Projeto de Resolução do Congresso Nacional nº 3, de 2015, de autoria das Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

Projeto de Resolução do Congresso Nacional nº 4, de 2015, de autoria da Senadora Lúcia Vânia, do Deputado Marcos Abrão e outros Srs. Parlamentares.

Projeto de Resolução do Congresso Nacional nº 5, de 2015, de autoria do Senador Davi Alcolumbre e de outros Parlamentares, que alteram a Resolução do Congresso Nacional nº 1, de 2006;

Projeto de Resolução do Congresso Nacional nº 6, de 2015, de autoria do Senador Walter Pinheiro e de outros Parlamentares, que altera a Resolução do Congresso Nacional nº 1, de 2002.

São os seguintes os projetos na íntegra:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 3, DE 2015 – CN

Altera a Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional para ampliar o número de relatorias setoriais do projeto de lei orçamentária anual e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL resolve:

Art. 1º A Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 17.”

§ 1º Dentre as relatorias setoriais do projeto de lei orçamentária anual, caberá ao Senado Federal 6 (seis) relatorias, observando-se o seguinte:

I – quando o Relator-Geral pertencer à Câmara dos Deputados, caberá ao Senado Federal a primeira, quarta, sétima, décima, décima-terceira e décima-quinta escolhas e à Câmara dos Deputados as demais;

II – quando o Relator-Geral pertencer ao Senado Federal, caberá ao Senado Federal a segunda, quinta, oitava, décima, décima-segunda, décima-quarta escolhas e à Câmara dos Deputados as demais.

.....” (NR)

“Art. 26. O projeto será dividido nas seguintes áreas temáticas, cujos relatórios ficarão a cargo dos respectivos Relatores Setoriais:

I – Transporte;

II – Saúde;

III – Educação e Cultura;

IV – Integração Nacional;

V – Agricultura, Pesca e Desenvolvimento Agrário;

VI – Desenvolvimento Urbano;

VII – Turismo;

VIII – Ciência e Tecnologia e Comunicações;

IX – Minas e Energia;

X – Esporte;

XI – Meio Ambiente;

XII – Fazenda e Planejamento;

XIII – Indústria, Comércio e Micro e Pequenas Empresas;

XIV – Trabalho, Previdência e Assistência Social;

XV – Defesa e Justiça; e

XVI – Presidência, Poder Legislativo, Poder Judiciário, MPU, DPU e Relações Exteriores.” (NR)

“Art. 43. As Comissões Permanentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, no âmbito de suas competências regimentais poderão apresentar emendas ao projeto.” (NR)

“Art. 44.”

§ 1º Poderão ser apresentadas, por comissão, até 8 (oito) emendas, sendo 4 (quatro) de apropriação e 4 (quatro) de remanejamento.” (NR)

.....”

“Art. 45. As emendas de remanejamento somente poderão propor acréscimos e cancelamentos em dotações de caráter institucional e de interesse nacional, no âmbito do mesmo órgão orçamentário e mesmo grupo de natureza de despesa, observada a compatibilidade das fontes de recursos.” (NR)

“Art. 49. As emendas individuais ao projeto de lei orçamentária terão como montante 1,2% (um inteiro e dois décimos por cento) da receita corrente líquida prevista no projeto encaminhado pelo Poder Executivo, distribuído pela quantidade de parlamentares no exercício do mandato.

Parágrafo único. Cada parlamentar poderá apresentar até 25 (vinte e cinco) emendas ao projeto de lei orçamentária anual.” (NR)

“Art. 50. As emendas individuais deverão:

I – atender as disposições contidas na lei de diretrizes orçamentárias e na legislação aplicável;

II – no caso de projetos, resultar, em seu conjunto, em dotação suficiente para conclusão

da obra ou da etapa do cronograma de execução a que se refere.” (NR)

“Art. 51. O Relator-Geral apresentará Relatório Preliminar que, aprovado pelo Plenário da CMO, estabelecerá os parâmetros e critérios que deverão ser obedecidos na elaboração do relatório do projeto pelo Relator-Geral e pelos Relatores Setoriais.” (NR)

“Art. 52. O Relatório Preliminar será composto de duas partes:

.....
II – Parte Especial, que conterá, no mínimo:

.....
g) as orientações específicas referentes à apresentação e apreciação de emendas de Relator;

.....”(NR)

“Art. 82. Na tramitação do projeto serão observados os seguintes prazos:

I – até 5 (cinco) dias para publicação e distribuição em avulsos, a partir do recebimento do projeto;

II – até 30 (trinta) dias para a realização de audiências públicas, a partir do recebimento do projeto;

III – de 1º a 20 de outubro para apresentação de emendas à despesa e receita, inclusive renúncia de receita;

IV – até 3 (três) dias para publicação e distribuição de avulsos das emendas, a partir do término do prazo definido no inciso III;

V – até 10 (dez) dias para apresentação, publicação e distribuição do Relatório da Receita, a partir do prazo definido no inciso III;

VI – até 3 (três) dias para votação do Relatório da Receita e suas emendas, a partir do prazo definido no inciso V;

VII – até 2 (dois) dias para apresentação, publicação e distribuição do Relatório Preliminar, a partir do término do prazo definido no inciso VI;

VIII – até 3 (três) dias para a apresentação de emendas ao Relatório Preliminar, a partir do término do prazo definido no inciso VII;

IX – até 3 (três) dias para votação do Relatório Preliminar e suas emendas, a partir do término do prazo definido no inciso VIII;

X – até 10 (dez) dias para a apresentação, publicação e distribuição dos relatórios setoriais, a partir do término do prazo definido no inciso IX;

XI – até 10 (dez) dias para a votação dos relatórios setoriais, a partir do término do prazo definido no inciso X;

XII – até 8 (oito) dias para a apresentação, publicação e distribuição do relatório do Relator-Geral, a partir do término do prazo definido no inciso XI;

XIII – até 5 (cinco) dias para votação do relatório do Relator-Geral, a partir do término do prazo definido no inciso XII;

XIV – até 2 (dois) dias para o encaminhamento do Parecer da CMO à Mesa do Congresso Nacional, a partir do término do prazo definido no inciso XIII;

XV – até 4 (quatro) dias para a votação no Congresso Nacional, a partir do término do prazo definido no inciso XIV;

XVI – até 3 (três) dias para a implantação das decisões do Plenário do Congresso Nacional e geração dos autógrafos, a partir da aprovação do parecer pelo Congresso Nacional.” (NR)

Art. 2º Revogam-se os parágrafos 1º, 2º, 3º e 4º, do artigo 26, art. 36, os incisos I e II, do parágrafo 1º do artigo 44, inciso III e o parágrafo único do art. 50, alíneas i, k e m do inciso II do art. 52, inciso III do art. 53 e o Anexo, todos da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O presente projeto de alteração da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, amplia o número de relatorias setoriais do projeto de lei orçamentária, de 10 (dez) para 16 (dezesesseis). Em decorrência dessa alteração, fez-se necessária a revogação do Anexo, que contemplava as áreas e subáreas temáticas, mantida a competência regimental das comissões e uniformizado o quantitativo de emendas por comissão.

A medida pretende aumentar a especialização dos relatores, aprofundando a análise do projeto de

lei orçamentária anual de iniciativa do Poder Executivo. O aumento para 16 relatorias tem como propósito garantir o interesse das bancadas e comissões nas suas áreas de atuação e ao mesmo tempo evitar a criação de relatorias sem um número mínimo de emendas coletivas.

Com a ampliação do número de relatores, a CMO contará com maior capacidade de trabalho legislativo, inclusive para o propósito de ampliar a transparência e a participação dos membros da comissão na aprovação do orçamento.

Para tanto, é fundamental estabelecer um prazo fixo para apresentação de emendas individuais e coletivas, que propomos entre 1º de outubro a 20 de outubro de cada ano. Assim seria garantido um prazo maior para avaliação das emendas pelos relatores e para apreciação dos relatórios pela Comissão Mista.

O novo cronograma da lei orçamentária é fixado nos seguintes termos:

- a) audiências públicas;
- b) emendas (receita e despesa): 1º a 20 de outubro
- c) relatório da receita;
- d) parecer preliminar (distribuição da reserva de recursos e critérios para atuação dos relatores);
- e) relatórios setoriais;
- f) relatório geral;
- g) apreciação na CMO e no Congresso Nacional.

Sala de Reuniões, em de 2015.

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 4, DE 2015–CN

Altera o art. 137 da Resolução nº 1, de 22 de dezembro de 2006–CN, que dispõe sobre a Comissão Mista Permanente a que se refere o § 1º do art. 166 da Constituição, bem como a tramitação das matérias a que se refere o mesmo artigo, para prever a votação nominal nas matérias orçamentárias submetidas à apreciação do Plenário do Congresso Nacional.

O CONGRESSO NACIONAL resolve:

Art. 1º O art. 137 da Resolução nº 1, de 2006–CN, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 137. Será nominal a votação em plenário, em cada Casa do Congresso Nacional, quando em apreciação matéria orçamentária.” (NR)

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O presente projeto de resolução objetiva tornar nominais as votações em matéria orçamentária que ocorram no Plenário do Congresso Nacional.

Para tanto, propõe a alteração do art. 137 da Resolução nº 1, de 2006–CN, que dispõe sobre a Comissão Mista Permanente a que se refere o § 1º do art. 166 da Constituição, bem como a tramitação das matérias a que se refere o mesmo artigo, visto ser essa a norma regimental específica que disciplina a tramitação de matérias orçamentárias tanto no âmbito da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO), quanto no Plenário do Congresso Nacional, consoante determinado pelo caput e § 1º do art. 166 da Constituição Federal.

Pela redação atual do mencionado dispositivo, as votações, em cada Casa do Congresso Nacional, são simbólicas, podendo haver o pedido de verificação de votação, desde que respeitados os requisitos nele fixados: i) proclamação do resultado da votação em cada Casa; e ii) solicitação da verificação por qualquer parlamentar, apoiado por, no mínimo, 1/20 dos membros da respectiva Casa ou por Líderes que os representem.

Importa esclarecer que o conceito de matéria orçamentária, à luz do que estabelece o art. 2º da Resolução nº 1, de 2006–CN, abrange, entre outros: os projetos de lei relativos ao plano plurianual; os projetos de lei de diretrizes orçamentárias; os projetos de lei orçamentária anual; e os projetos de lei que tratam dos créditos adicionais.

A alteração para tornar nominais as votações que envolvam matéria orçamentária vai ao encontro dos anseios da população que, nas manifestações que ocorrem no país desde meados de 2013, tem exigido maior transparência nas deliberações parlamentares, especialmente naqueles temas sensíveis, que afetam de forma direta os interesses dos cidadãos, como os vetos presidenciais, as decisões que ensejam a perda de mandato dos parlamentares e as matérias orçamentárias.

Destacamos que o Congresso Nacional já promoveu alterações regimentais e até mesmo constitucionais (Emenda Constitucional nº 76, de 29.11.2013) para que fosse abolida a votação secreta nos casos de perda de mandato de Deputado ou Senador e de apreciação de veto.

No que tange à apreciação de matérias orçamentárias, não se trata de abolir a votação secreta, que não é exigida pelo texto constitucional, mas, sim, de conferir maior transparência ao processo legislativo respectivo, pela transformação da modalidade simbólica de votação em nominal.

Há que se destacar a importância dessas proposições para a vida dos cidadãos, tendo em vista serem elas os instrumentos que veiculam os meios e os recursos que darão concretude às políticas públicas, programas, projetos e ações governamentais.

Na apreciação e votação das medidas legislativas orçamentárias são esclarecidas as reais prioridades do Governo e dos partidos que integram a sua base de apoio, assim como são consignadas as críticas e objeções das agremiações partidárias oposicionistas.

É fundamental que o cidadão comum tenha a possibilidade de acompanhar, desde sua origem, de forma clara e transparente, todo o processo legislativo que resultará na alocação dos recursos orçamentários e, por conseguinte, apontará as áreas prioritárias de ação do Governo.

E mais, é fundamental que o cidadão comum saiba como cada parlamentar votou nessas proposições. A especificação da manifestação pelo voto nominal possibilitará um maior controle da população sobre a atuação de seus representantes.

Não é mais possível que essas questões vitais possam ser decididas por votações simbólicas, em sessões com baixo quorum, em que não é possível identificar, de forma precisa, como cada Deputado ou Senador se posicionou.

A responsabilidade do Congresso Nacional sobre os destinos do país está a impor maior transparência na condução desses temas.

Nesse sentido, Senhoras e Senhores Parlamentares, por entendermos que o projeto de resolução que ora apresentamos, com fulcro no art. 128, alínea b, do Regimento Comum do Congresso Nacional (Resolução nº 1, de 1970 – CN), pode contribuir para uma maior transparência e responsabilidade na apreciação das matérias orçamentárias e na definição das prioridades das políticas públicas, esperamos poder contar com vosso apoio para sua aprovação.

Senadora LÚCIA VÂNIA
Deputado MARCOS ABRÃO

ASSINATURAS DE SENADORES APOSTAS AO PRN		
Senador (a)	Partido	UF
Lúcia Vânia	PSDB	GO
Renan Calheiros	PMDB	AL
Acir Gurgacz	PDT	RO
Hélio José	PSD	DF
Lindbergh Farias	PT	RJ
Vanessa Grazziotin	PCdoB	AM
Donizeti Nogueira	PT	TO
Elmano Férrer	PTB	PI
Valdir Raupp	PMDB	RO
Telmário Mota	PDT	RR
João Alberto Souza	PMDB	MA
Randolfe Rodrigues	PSOL	AP

Simone Tebet	PMDB	MS
Cássio Cunha Lima	PSDB	PB
Flexa Ribeiro	PSDB	PA
Benedito de Lira	PP	AL
Cristovam Buarque	PDT	DF
Walter Pinheiro	PT	BA
Edison Lobão	PMDB	MA
Roberto Requião	PMDB	PR
Otto Alencar	PSD	BA
Antonio Anastasia	PSDB	MG
José Medeiros	PPS	MT
Reguffe	PDT	DF
José Agripino	DEM	RN
Paulo Paim	PT	RS
Eduardo Amorim	PSC	SE
Lasier Martins	PDT	RS
Alvaro Dias	PSDB	PR
Omar Aziz	PSD	AM
Ataídes Oliveira	PSDB	TO
Ronaldo Caiado	DEM	GO
Ana Amélia	PP	RS
Aécio Neves	PSDB	MG
Tasso Jereissati	PSDB	CE

ASSINATURAS DE DEPUTADOS APOSTAS AO PRN

Deputado(a)	Partido	UF
Marcos Abrão	PPS	GO
Veneziano Vital do Rêgo	PMDB	PB
Marcus Vicente	PP	ES
Sóstenes Cavalcante	PSD	RJ
Pr. Marco Feliciano	PSC	SP
Dilceu Sperafico	PP	PR
Osmar Serraglio	PMDB	PR
Cleber Verde	PRB	MA
Pedro Fernandes	PTB	MA
Conceição Sampaio	PP	AM
Genecias Noronha	SD	CE
Jair Bolsonaro	PP	RJ
Francisco Floriano	PR	RJ
Goulart	PSD	SP
Pompeo de Mattos	PDT	RS
Eduardo Bolsonaro	PSC	SP
Silvio Torres	PSDB	SP
Wolney Queiroz	PDT	PE
Professor Victório Galli	PSC	MT
Rômulo Gouveia	PSD	PB
Ronaldo Nogueira	PTB	RS

Luiz Fernando Faria	PP	MG
Covatti Filho	PP	RS
Rubens Otoni	PT	GO
Ademir Camilo	PROS	MG
Celso Jacob	PMDB	RJ
Marco Tebaldi	PSDB	SC
Carlos Melles	DEM	MG
Ronaldo Fonseca	PROS	DF
Dagoberto	PDT	MS
Roberto Britto	PP	BA
Chico Lopes	PCdoB	CE
Vicente Candido	PT	SP
Sérgio Moraes	PTB	RS
Eliziane Gama	PPS	MA
Jaime Martins	PSD	MG
Júlio Delgado	PSB	MG
Subtenente Gonzaga	PDT	MG
Pedro Chaves	PMDB	GO
Raimundo Gomes de Matos	PSDB	CE
Zé Silva	SD	MG
Paulo Feijó	PR	RJ
Celso Maldaner	PMDB	SC
Damião Feliciano	PDT	PB
Laerte Bessa	PR	DF
Eli Corrêa Filho	DEM	SP
Marcon	PT	RS
Leopoldo Meyer	PSB	PR
Fernando Jordão	PMDB	RJ
Augusto Carvalho	SD	DF
Nelson Marchezan Junior	PSDB	RS
Cabuçu Borges	PMDB	AP
Mário Heringer	PDT	MG
Saraiva Felipe	PMDB	MG
Stefano Aguiar	PSB	MG
Átila Lira	PSB	PI
Valmir Assunção	PT	BA
Expedito Netto	SD	RO
João Marcelo Souza	PMDB	MA
Delegado Éder Mauro	PSD	PA
JHC	SD	AL
Jose Stédile	PSB	RS
Lázaro Botelho	PP	TO
Leonardo Monteiro	PT	MG
Zé Geraldo	PT	PA
Gonzaga Patriota	PSB	PE
Mauro Mariani	PMDB	SC
Ricardo Izar	PSD	SP
Josué Bengtson	PTB	PA
Lucio Mosquini	PMDB	RO

André Abdon	PRB	AP
Carlos Manato	SD	ES
Lincoln Portela	PR	MG
Fausto Pinato	PRB	SP
Erivelton Santana	PSC	BA
Mauro Lopes	PMDB	MG
Júlio Cesar	PSD	PI
Samuel Filho	PV	MA
Zé Carlos	PT	MA
Waldenor Pereira	PT	BA
Sandes Júnior	PP	GO
Adelson Barreto	PTB	SE
Erika Kokay	PT	DF
Alberto Filho	PMDB	MA
Irmão Lázaro	PSC	BA
Brunny	PTC	MG
Wellington Roberto	PR	PB
Luiz Carlos Ramos	PSDC	RJ
Marcos Rogério	PDT	RO

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 5, DE 2015-CN

Altera a Resolução nº 1, de 2006-CN, que Dispõe sobre a Comissão Permanente a que se refere o § 1º do art. 166 da Constituição, para disciplinar a escolha do Coordenador de Bancada Estadual.

O CONGRESSO NACIONAL resolve:

Art. 1º Os artigos 10, 46 e 47 da Resolução nº 1, de 2006-CN, passam a vigorar com as seguintes redações, respectivamente:

“Art. 10. A instalação da CMO, eleição da respectiva Mesa e a eleição do Coordenador de cada Bancada Estadual ocorrerão até a última terça-feira do mês de março de cada ano, data em que se encerra o mandato dos membros da comissão e dos Coordenadores anteriores.

.....
Art. 46. As Bancadas Estaduais no Congresso Nacional poderão apresentar emendas ao projeto, relativas a matérias de interesse de cada Estado ou Distrito Federal, sob a responsabilidade do Coordenador eleito por sua respectiva bancada.

Art. 47. As emendas de Bancada Estadual deverão:
I - ser apresentadas juntamente com a ata da reunião que escolheu seu Coordenador e decidiu por sua apresentação, aprovada por 3/4 (três quartos) dos Deputados e 2/3 (dois terços) dos Senadores da respectiva Unidade da Federação;
.....” (NR)

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

É inafastável o fato de o Regimento Comum do Congresso Nacional buscar disciplinar os trabalhos conjuntos de suas Casas (Câmara dos Deputados e do Senado Federal), bem como disciplinar os procedimentos comuns a serem observados na elaboração de proposições legislativas.

É assim que pretendemos, com amparo nos seus artigos 128 a 130, alterar três de seus dispositivos para disciplinar e legitimar a figura do Coordenador de Bancada na apresentação de emendas das Bancadas Estaduais no Congresso Nacional.

É bom que se observe que não estamos criando a figura do Coordenador de Bancada, até porque já é mencionado nos arts. 78, II, e 138, II, da Resolução nº 1, de 2006-CN, que o reconhecem para os fins propugnados. Não obstante, não há disciplinamento quando a sua origem no âmbito no Regimento Comum, isto é, uma figura abstrata cuja escolha não é regulamentada. Razão pela qual apresentamos o presente projeto de resolução atribuindo às Bancadas Estaduais, com assento no Congresso Nacional, a escolha de seus respectivos coordenadores de bancada, bem como estabelecemos o prazo máximo para que se dê a eleição, devidamente registrada em ata, coincidente com a instalação da CMO e a eleição da respectiva Mesa.

Entendemos que a eleição da figura do Coordenador de Bancada espantará qualquer dúvida que possa existir quanto à legitimidade de sua atuação, dará celeridade processual e atribuirá responsabilidade para o cumprimento dos prazos regimentais com anuência de seus Pares.

Tratando-se de matéria que acreditamos ser do interesse de todas as bancadas e agremiações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, pedimos o apoio dos nobres parlamentares para que este projeto seja apreciado por ambas as Casas, apresentados os respectivos pareceres para que, então, seja apreciado em sessão conjunta.

Sala das Sessões, 26 de fevereiro de 2015.

Senador DAVI ALCOLUMBRE
DEMOCRATAS/AP

ASSINATURAS DE SENADORES APOSTAS AO PRN		
Senador (a)	Partido	UF
Alvaro Dias	PSDB	PR
Flexa Ribeiro	PSDB	PA
Acir Gurgacz	PDT	RO
Benedito de Lira	PP	AL
Vicentinho Alves	PR	TO
Aloysio Nunes Ferreira	PSDB	SP
Gladson Cameli	PP	AC
Walter Pinheiro	PT	BA
Edison Lobão	PMDB	MA
Cássio Cunha Lima	PSDB	PB
Wilder Moraes	DEM	GO
Sérgio Petecão	PSD	AC
Romero Jucá	PMDB	RR
Paulo Rocha	PT	PA
José Agripino	DEM	RN
Randolfe Rodrigues	PSOL	AP
Maria do Carmo Alves	DEM	SE
Antonio Anastasia	PSDB	MG
Paulo Paim	PT	RS
Vanessa Grazziotin	PCdoB	AM
Eunício Oliveira	PMDB	CE
Marcelo Crivella	PRB	RJ
João Alberto Souza	PMDB	MA
Reguffe	PDT	DF
Jorge Viana	PT	AC
Tasso Jereissati	PSDB	CE
Cristovam Buarque	PDT	DF
ASSINATURAS DE DEPUTADOS APOSTAS AO PRN		
Deputado (a)	Partido	UF
Gilberto Nascimento	PSC	SP
Wilson Filho	PTB	PB
Weverton Rocha	PDT	MA
Evandro Roman	PSD	PR
Arnaldo Jordy	PPS	PA
Otavio Leite	PSDB	RJ
Marquinho Mendes	PMDB	RJ

Paulo Pereira da Silva	SD	SP
Nelson Markezelli	PTB	SP
Luiz Fernando Faria	PP	MG
Alberto Fraga	DEM	DF
Fernando Jordão	PMDB	RJ
Eli Corrêa Filho	DEM	SP
Leonardo Quintão	PMDB	MG
Dr. João	PR	RJ
Eduardo Bolsonaro	PSC	SP
Ademir Camilo	PROS	MG
André Abdon	PRB	AP
Jaime Martins	PSD	MG
Daniel Almeida	PCdoB	BA
Silas Brasileiro	PMDB	MG
Felipe Maia	DEM	RN
Átila Lira	PSB	PI
Uldurico Junior	PTC	BA
Ronaldo Nogueira	PTB	RS
Marcus Vicente	PP	ES
Pedro Chaves	PMDB	GO
Bilac Pinto	PR	MG
Lindomar Garçon	PMDB	RO
Osmar Serraglio	PMDB	PR
Paulo Foletto	PSB	ES
Júlio Delgado	PSB	MG
Dr. Jorge Silva	PROS	ES
Domingos Sávio	PSDB	MG
Takayama	PSC	PR
Marco Maia	PT	RS
Marcus Pestana	PSDB	MG
Félix Mendonça Júnior	PDT	BA
Roberto Sales	PRB	RJ
Paes Landim	PTB	PI
Raimundo Gomes de Matos	PSDB	CE
Marcelo Castro	PMDB	PI
Maurício Quintella Lessa	PR	AL
Milton Monti	PR	SP
Paulo Feijó	PR	RJ
Heuler Cruvinel	PSD	GO
Nilson Pinto	PSDB	PA
Marcelo Álvaro Antônio	PRP	MG
Aureo	SD	RJ
Zé Silva	SD	MG
Aguinaldo Ribeiro	PP	PB
Vicente Candido	PT	SP
Edmar Arruda	PSC	PR
Edinho Bez	PMDB	SC
Rogério Peninha Mendonça	PMDB	SC
Stefano Aguiar	PSB	MG

Aníbal Gomes	PMDB	PMDB
Jefferson Campos	PSD	SP
Lelo Coimbra	PMDB	ES
Paulo Pimenta	PT	RS
Jhonatan de Jesus	PRB	RR
Renzo Braz	PP	MG
Fábio Faria	PSD	RN
Cleber Verde	PRB	MA
Marcelo Aguiar	DEM	SP
Aelton Freitas	PR	MG
Ronaldo Fonseca	PROS	DF
Marcos Rogério	PDT	RO
Hugo Motta	PMDB	PB
Damião Feliciano	PDT	PB
Wellington Roberto	PR	PB
Nelson Meurer	PP	PR
Givaldo Carimbão	PROS	AL
Celso Jacob	PMDB	RJ
Rodrigo de Castro	PSDB	MG
Vanderlei Macris	PSDB	SP
Leopoldo Meyer	PSB	PR
Leônidas Cristino	PROS	CE
Átila Lira	PSB	PSB
Dr. Jorge Silva	PROS	ES
Paes Landim	PTB	PI
Gonzaga Patriota	PSB	PE
Misael Varella	DEM	MG
Paulo Freire	PR	SP
José Otávio Germano	PP	RS
Expedito Netto	SD	RO
Antonio Bulhões	PRB	PRB
Valmir Assunção	PT	BA
Iracema Portella	PP	PI
Nilton Capixaba	PTB	RO
Eduardo da Fonte	PP	PE
Sóstenes Cavalcante	PSD	RJ
Aníbal Gomes	PMDB	CE
Jair Bolsonaro	PP	RJ
Alberto Filho	PMDB	MA
Sérgio Brito	PSD	BA
Carlos Manato	SD	ES
Zé Geraldo	PT	PA
Edmilson Rodrigues	PSOL	PA
Sandes Júnior	PP	GO
Arnon Bezerra	PTB	CE
Luiz Carlos Busato	PTB	RS
Fernando Coelho Filho	PSB	PE
Josué Bengtson	PTB	PA

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 6, DE 2015-CN

Altera a Resolução nº 1, de 2002, do Congresso Nacional, que dispõe sobre a apreciação, pelo Congresso Nacional, das Medidas Provisórias a que se refere o art. 62 da Constituição Federal, para disciplinar a apresentação de emendas e sua apreciação.

O CONGRESSO NACIONAL resolve:

Art. 1º Esta Resolução altera a Resolução nº 1, de 2002, do Congresso Nacional, que dispõe sobre a apreciação, pelo Congresso Nacional, das Medidas Provisórias a que se refere o art. 62 da Constituição Federal, para disciplinar a apresentação de emendas e sua apreciação.

Art. 2º A Resolução nº 1, de 2002, do Congresso Nacional, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 4º Publicada a Medida Provisória no Diário Oficial da União, poderão a ela ser oferecidas emendas, que deverão ser protocolizadas na Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal no prazo de cinco sessões após a publicação de aviso na Ordem do Dia do Congresso Nacional.

.....
§ 2º No prazo previsto no caput, poderá ser requerida pelo autor à Comissão a tramitação em conjunto com a Medida Provisória de projeto sob exame de qualquer das Casas do Congresso Nacional, que regule matéria idêntica ou correlata.

.....
§ 4º É vedada a apresentação, inclusive pelo Relator ou Relator-revisor, de emendas que versem sobre matéria estranha ao objeto da Medida Provisória, cabendo:

I - ao Presidente da Comissão Mista o seu indeferimento liminar;

II – ao Presidente da Câmara dos Deputados ou ao Presidente do Senado Federal, o seu não conhecimento, bem assim a supressão, do texto a ser apreciado em Plenário, dos dispositivos delas resultantes;

§ 4º-A Considera-se matéria estranha, para os fins deste artigo:

I – a que não estiver diretamente relacionada ao conteúdo material e objeto da Medida Provisória, conforme expresso na ementa da Medida Provisória;

II – a que não guardar relação de complementaridade, afinidade, pertinência ou conexão temática com o objeto da medida provisória; ou

III – a que, mesmo relacionada ao conteúdo material e objeto da Medida Provisória, ou que com ela guarde relação de complementaridade, pertinência ou conexão, não apresentar razões de urgência e relevância para sua veiculação.

§ 4º-B. Os dispositivos suprimidos do Projeto de Lei de Conversão em decorrência do disposto no § 4º serão convertidos em projeto de lei, tendo como autor a Comissão Mista, e cuja tramitação iniciará na Câmara dos Deputados.

§ 5º O autor da emenda não aceita poderá recorrer:

I - com o apoio de 3 (três) membros da Comissão, da decisão da Presidência para o Plenário desta, que decidirá, definitivamente, por maioria simples, sem discussão ou encaminhamento de votação;

II – com o apoio um decimo dos membros da Casa, ou Líderes que representem esse numero, da decisão da Presidência da respectiva Casa para o Plenário desta, que decidirá, definitivamente, por maioria simples, sem discussão ou encaminhamento de votação.”(

NR)

“Art. 7º

§6º-A Caso o Senado Federal aprove emendas ou destaques supressivos de dispositivos do Projeto de Lei de Conversão resultantes de emendas aprovadas pela Comissão Mista ou pelo Plenário Câmara dos Deputados, não constantes da Medida Provisória editada, os dispositivos rejeitados ou suprimidos constituirão projeto de lei em separado, e remetidos à Câmara dos Deputados, sem prejuízo do encaminhamento à sanção dos autógrafos do texto aprovado em ambas as Casas.

.....”(NR)

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação, aplicando-se às medidas provisórias cuja tramitação seja iniciada a partir da sua vigência.

JUSTIFICAÇÃO

O presente Projeto de Resolução pretende disciplinar a apresentação e apreciação, pelo Congresso Nacional, das emendas às medidas provisórias, dirimindo dúvidas sobre a possibilidade de apresentação de emendas e sobre as competências dos Presidentes de ambas as Casas sobre o julgamento de admissibilidade das mesmas.

A prática dos “jabutis” nas Medidas Provisórias assumiu proporções exageradas, indo muito além da razoabilidade que o processo de apreciação de medidas provisórias admite. Se, para editar a Medida Provisória requer-se urgência e relevância, as emendas também devem guardar esse requisito. Mas, além disso, para obedecer o que diz a Lei Complementar 95, devem ter total pertinência, afinidade e conexão temática com o tema objeto da Medida Provisória. Esses dois requisitos, presentes, afastariam o oportunismo na inclusão de matérias estranhas em medidas provisórias, e devem ser observados tanto pelos Parlamentares quanto pelos Relatores.

O prazo para apresentação de emendas também deve ser revisto. Hoje, só é possível emendar MPVs nos primeiros 6 dias de sua vigência, o que por vezes revela-se inadequado a um julgamento adequado e elaboração das emendas pertinentes. Assim, propomos que o prazo das emendas seja ampliado para o mesmo que é fixado nos demais casos, inclusive em projetos de lei em regime de urgência constitucional – 5 sessões a contar da publicação de comunicação na ordem do dia.

Propomos também explicitar o conceito de matéria estranha, e a responsabilidade objetiva dos presidentes das Casas para determinar a supressão dos “jabutis” antes da apreciação pelos Plenários, caso isso não tenha sido feito na Comissão Mista. E, no caso de recurso, que ele seja apresentado com requisito de 1/10 de apoiantes, como nos demais casos.

A matéria estranha, suprimida por decisão dos Presidentes das Casas, porém, continuará a tramitar, mas como projeto de lei de autoria da Comissão, tendo sua tramitação iniciada na Câmara dos Deputados, haja vista a legitimidade parlamentar para apresentar proposições.

Já quanto à apreciação pelo Senado, propomos que, aprovado destaque supressivo e rejeitado o dispositivo novo inserido pela Câmara dos Deputados, entendemos que essa decisão não deve obstaculizar o envio à sanção do que, tendo sido objeto da MPV original, ou resultante de emenda com pertinência, conexão, afinidade e urgente, tenha sido aprovado por ambas as Casas. A matéria nova, que tenha sido rejeitada, será remetida, como proposição autônoma, à Câmara, para nova apreciação. Isso evitará que o Senado seja obrigado a aprovar a matéria apenas e tão somente para que se evite a caducidade da MPV, e que matéria que em condições normais não seria enviada à sanção o seja, com grave prejuízo à credibilidade do Senado Federal como Casa Revisora.

Essa regra, porém, não prevalecerá se o que for destacado e suprimido pelo Senado for o texto da própria MPV, ou relativo a artigo que dela constasse originalmente. Nesse caso, o juízo do Senado estará relacionado ao próprio conteúdo da MPV original, e a remessa à Câmara de todo o texto é impositiva.

Com tais ajustes, entendemos que estará se dando um passo importante para aperfeiçoar a institucionalidade do processo de apreciação das medidas provisórias, com maior transparência e adequação ao disposto na Lei Complementar nº 95, de 1998, e reduzindo-se a dependência de que, por meio de questões de ordem, mutáveis, sejam definidos procedimentos de enorme relevância para a produção legislativa do país.

Senador WALTER PINHEIRO

ASSINATURAS DE SENADORES APOSTAS AO PRN		
Senador (a)	Partido	UF
Hélio José	PSD	DF
Donizeti Nogueira	PT	TO
Aloysio Nunes Ferreira	PSDB	SP

Paulo Rocha	PT	PA
Eduardo Amorim	PSC	SE
Flexa Ribeiro	PSDB	PA
Omar Aziz	PSD	AM
Lasier Martins	PDT	RS
Cristovam Buarque	PDT	DF
Simone Tebet	PMDB	MS
Regina Sousa	PT	PI
Angela Portela	PT	RR
José Medeiros	PPS	MT
Ataídes Oliveira	PSDB	TO
Antonio Anastasia	PSDB	MG
Lídice da Mata	PSB	BA
Jorge Viana	PT	AC
Alvaro Dias	PSDB	PR
Fátima Bezerra	PT	RN
Gladson Cameli	PP	AC
Humberto Costa	PT	PE
Delcídio do Amaral	PT	MS

ASSINATURAS DE DEPUTADOS APOSTAS AO PRN

Deputado (a)	Partido	UF
Manoel Junior	PMDB	PB
Lázaro Botelho	PP	TO
Jhonatan de Jesus	PRB	RR
Aguinaldo Ribeiro	PP	PB
Uldurico Junior	PTC	BA
Pedro Chaves	PMDB	GO
Marcelo Álvaro Antônio	PRP	MG
Nilton Capixaba	PTB	RO
Alberto Fraga	DEM	DF
Víctor Mendes	PV	MA
Júlia Marinho	PSC	PA
Rogério Peninha Mendonça	PMDB	SC
Vitor Valim	PMDB	CE
Moses Rodrigues	PPS	CE
Luiz Nishimori	PR	PR
Erivelton Santana	PSC	BA
Wilson Filho	PTB	PB
Gilberto Nascimento	PSC	SP
Manoel Junior	PMDB	PB
Nelson Marquezelli	PTB	SP
Marcos Rogério	PDT	RO
Roberto Alves	PRB	SP
Edinho bez	PMDB	SC
Lucio Mosquini	PMDB	RO
Dr. Jorge Silva	PROS	ES
Ademir Camilo	PROS	MG

Hugo Motta	PMDB	PB
Fausto Pinato	PRB	SP
Vinicius Carvalho	PRB	SP
Lelo Coimbra	PMDB	ES
Carlos Andrade	PHS	RR
Laerte Bessa	PR	DF
Zé Geraldo	PT	PA
César Halum	PRB	TO
Marx Beltrão	PMDB	AL
Nelson Meurer	PP	PR
Átila Lira	PSB	PI
Ronaldo Martins	PRB	CE
Bacelar	PTN	BA
Luiz Fernando Faria	PP	MG
Anderson Ferreira	PR	PE
José Nunes	PSD	BA
Fábio Faria	PSD	RN
Marcelo Squassoni	PRB	SP
Rômulo gouveia	PSD	PB
Paes Landim	PTB	PI
Nilson Pinto	PSDB	PA
Gonzaga Patriota	PSB	PE
Evandro Roman	PSD	PR
Wellington Roberto	PR	PB
Dagoberto	PDT	MS
Mauro Mariani	PMDB	SC
Leopoldo Meyer	PSB	PR
Newton Cardoso Jr	PMDB	MG
Marco Tebaldi	PSDB	SC
Júlio Delgado	PSB	MG
Damião Feliciano	PDT	PB
Sérgio Moraes	PTB	RS
Chico Lopes	PCdoB	CE
Mário Heringer	PDT	MG
Paulo Feijó	PR	RJ
Givaldo Vieira	PT	ES
Pedro Uczai	PT	SC
Luis Tibé	PTdoB	MG
Subtenente Gonzaga	PDT	MG
Lincoln Portela	PR	MG
Alex Canziani	PTB	PR
Valmir Assunção	PT	BA
Rocha	PSDB	AC
Daniel Almeida	PCdoB	BA
Adelson Barreto	PTB	SE
Ronaldo Fonseca	PROS	DF
Francisco Floriano	PR	RJ
Jefferson Campos	PSD	SP
Jose Stédile	PSB	RS

Benjamin Maranhão	SD	PB
Jorginho Mello	PR	SC
Misael Varella	DEM	MG
Rubens Otoni	PT	GO
Andre Moura	PSC	SE
Carlos Henrique Gaguim	PMDB	TO
Celso Maldaner	PMDB	SC
Wolney Queiroz	PDT	PE
Assis do Couto	PT	PR
Goulart	PSD	SP

O SR. PRESIDENTE (Waldir Maranhão. Bloco/PP-MA) - O Projeto de Resolução do Congresso Nacional nº 3, de 2015, está pronto para inclusão na Ordem do Dia. Os demais vão às Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, para emitirem pareceres, nos termos do § 3º do art. 128 do Regimento Comum.

O SR. PAUDERNEY AVELINO (DEM-AM) - Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Waldir Maranhão. Bloco/PP-MA) - Antes de conceder a palavra a V.Exa. para a questão de ordem, vou conceder a palavra ao Deputado Rubens Bueno, como Líder.

O SR. PAUDERNEY AVELINO (DEM-AM. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) - Não, Sr. Presidente, a questão de ordem precede, porque V.Exa. está colocando em votação algumas questões sem quórum. O art. 35 do Regimento Comum e a Constituição...

O SR. PRESIDENTE (Waldir Maranhão. Bloco/PP-MA) - A matéria independe de votação.

O SR. PAUDERNEY AVELINO (DEM-AM) - Como independe de votação?!

O SR. PRESIDENTE (Waldir Maranhão. Bloco/PP-MA) - Independe.

O SR. PRESIDENTE (Waldir Maranhão. Bloco/PP-MA) - Com a palavra o Deputado Rubens Bueno.

O SR. RUBENS BUENO (PPS-PR. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, é um momento importante da vida nacional a reunião do Congresso, quando Câmara e Senado se juntam em uma sessão única para deliberarem sobre vetos da Presidência da República e o Orçamento da União. Daí a importância de termos aqui 41 Senadores e 257 Deputados Federais para votarmos com quórum as medidas que estão prontas para serem votadas. Por isso, Sr. Presidente, eu faço aqui um apelo à Casa, para que os Deputados venham dar presença, e os Srs. Senadores também.

E aproveito esta ocasião para dizer que os ex-funcionários das empresas VARIG e Transbrasil — a maioria hoje na condição de assistidos e aposentados, assim como os pensionistas — sofrem há quase 10 anos com a drástica redução de seus salários e com a queda de qualidade de vida, em razão da já reconhecida ineficiência do Estado. Refiro-me principalmente ao não cumprimento de seu papel de fiscalizador e, mais recentemente, em virtude da sua postura de reiteradamente buscar protelar o pagamento de ações judiciais, como é o caso da Ação Civil Pública nº 2004.34.00.010319-2, proposta contra a União pelo Instituto Aerus de Seguridade Social — fundo de pensão dos citados trabalhadores.

Após finalmente a decisão favorável do Supremo Tribunal Federal em favor da VARIG, em março de 2014, na Ação de Defasagem Tarifária, a maior parte dos cerca de 6 bilhões de reais deverá ser utilizada para pagamento de dívidas trabalhistas e com as aposentadorias dos ex-trabalhadores, por meio do seu Fundo de Pensão Aerus.

Para viabilizar o cumprimento de execução provisória da referida ação judicial requerida pelo Sindicato Nacional dos Aeronautas e pela Associação dos Funcionários Aposentados e Pensionistas da Transbrasil, em sentença proferida, o Governo, através do Ministério da Previdência Social, abriu crédito especial, em 2014, no valor de 248 milhões de reais, quantia suficiente para o atendimento das despesas relativas ao período de setembro de 2014 a dezembro de 2015, mas não para contemplar todos os ex-funcionários da VARIG e da Transbrasil.

Em recurso de embargos de declaração impetrado pelo Aerus, o julgamento estendeu os efeitos da dita execução provisória para os demais planos previdenciários administrados pelo fundo, reduzindo-se, dessa maneira, o prazo de duração dos recursos concedidos em 2014, sendo suficientes apenas para pagamentos até março de 2015. Diante disso, o Poder Executivo enviou, por meio da Mensagem nº 130, de 2015, a proposta de abertura de crédito especial no valor de 368 milhões de reais, transformada no Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 2, de 2015.

O mencionado Projeto de Lei nº 2, de 2015, foi aprovado por unanimidade na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional, com relatoria de Deputado do nosso partido, o PPS, Deputado Hissa Abrahão, do Amazonas. O projeto encontra-se pronto para ser votado. Destaque-se, também, que o referido crédito especial não implica alteração do Plano Plurianual 2012-2015, conforme a própria Exposição de Motivos enviada pelo Ministro do Planejamento, Nelson Barbosa.

Assim sendo, defendemos uma urgente e definitiva solução para o cumprimento da ação judicial, e em razão, sobretudo, da gravíssima realidade vivida pelos aposentados e pensionistas do Aerus.

Concitamos este Plenário a dizer “sim” ao PLN nº 2, de 2015, na sessão de hoje do Congresso Nacional, como forma de se minimizar o sofrimento dessas milhares de pessoas, que, no passado, tanto de si deram para o País; hoje, idosas e com os salários minguados, aguardam ao menos por esta decisão para melhor resistirem aos dias que ainda lhes restam.

Era o que tinha a dizer, lembrando que o quórum aqui, pela presença dos Deputados e Senadores, é para minimizar o sofrimento na vida desses milhares de trabalhadores que serviram ao País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, O PRONUNCIAMENTO DO SR. DEPUTADO RUBENS BUENO

O SR. RUBENS BUENO (PPS-PR. Sem apanhamento taquigráfico.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, os ex-funcionários das empresas VARIG e Transbrasil — a maioria hoje na condição de assistidos e aposentados, assim como os pensionistas — sofrem, há quase 10 anos, com a drástica redução de seus salários e com a queda de qualidade de suas condições de vida, em razão da já reconhecida ineficiência do Estado, principalmente pelo não cumprimento do seu papel de fiscalizador e, mais recentemente, em virtude de sua postura de reiteradamente buscar protelar o pagamento de Ações Judiciais, como é o caso da Ação Civil Pública nº 2004.34.00.010319-2, proposta contra a União pelo Instituto Aerus de Seguridade Social — Fundo de Pensão dos citados trabalhadores.

Após, finalmente, a decisão favorável do Supremo Tribunal Federal, em favor da VARIG, em março de 2014, na Ação de Defasagem Tarifária, a maior parte dos cerca de R\$ 6 bilhões deverá ser utilizada para pagamento de dívidas trabalhistas e com as aposentadorias dos ex-trabalhadores, por meio do seu Fundo de Pensão Aerus.

Para viabilizar o cumprimento de execução provisória da referida Ação Judicial requerida pelo Sindicato Nacional dos Aeronautas e pela Associação dos Funcionários Aposentados e Pensionistas da Transbrasil, em sentença proferida no Processo nº 0010295-77.2004.4.01.3400, o Governo, através do Ministério da Previdência Social, abriu crédito especial, em 2014, no valor de R\$ 248.265.342,00 (duzentos e quarenta e oito milhões, duzentos e sessenta e cinco mil, trezentos e quarenta e dois reais), quantia suficiente para o atendimento das despesas relativas ao período de setembro de 2014 a dezembro de 2015, mas não para contemplar todos os ex-funcionários da VARIG e da Transbrasil.

Em recurso de embargos de declaração impetrado pelo Aerus, o julgamento estendeu os efeitos da dita execução provisória para os demais planos previdenciários administrados pelo Fundo, reduzindo-se, desta maneira, o prazo de duração dos recursos concedidos em 2014, sendo suficientes apenas até março de 2015. Diante disso, o Poder Executivo enviou, por meio da Mensagem nº130, de 2015, Proposta de Abertura de Crédito Especial no valor de R\$ 368.258.333,00 (Trezentos e sessenta e oito milhões, duzentos e cinquenta e oito mil, trezentos e trinta e três reais), transformada no Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 2, de 2015.

O mencionado Projeto de Lei nº 2, de 2015, foi aprovado por unanimidade na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional, com relatoria do Deputado do nosso partido, o PPS, Hissa Abrahão, encontrando-se pronto para ser votado. Destaque-se, também, que o referido crédito especial não implica alteração do Plano Plurianual 2012-2015, conforme a própria Exposição de Motivos enviada pelo Ministro do Planejamento, Nelson Henrique Barbosa Filho.

Assim sendo, defendemos uma urgente e definitiva solução para o cumprimento da dita Ação Judicial, e em razão, sobretudo, da gravíssima realidade vivida pelos aposentados e pensionistas do Aerus, concitamos este Plenário a dizer “sim” ao PLN 2, de 2015, na sessão de hoje do Congresso Nacional, como forma de se minimizar o sofrimento dessas milhares de pessoas, que no passado tanto de si deram para o País, e hoje, idosas e com seus salários minguados, aguardam ao menos por esta decisão para melhor resistirem aos dias que ainda lhes restam.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Waldir Maranhão. Bloco/PP-MA) - Concedo a palavra ao Deputado Pauderney Avelino, como Líder.

O SR. PAUDERNEY AVELINO (DEM-AM. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. Senadoras e Srs. Senadores, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, nós estamos presenciando dias muitos difíceis no nosso País. A Presidente da República chamou para si uma questão que o Brasil todo comentava — não comentavam o Palácio do Planalto e S.Exa. —, que é a questão do *impeachment* da Presidente.

Quando S.Exa., em entrevista publicada ontem na *Folha de S.Paulo*, diz que não cai, que não vai cair — e repete que não vai cair —, a Presidente simplesmente admite que está prestes a cair.

Sr. Presidente, o Governo da Presidente Dilma Rousseff vem sendo questionado por 91% da população brasileira. Há ações contra o Governo Dilma no Tribunal Superior Eleitoral, por prática de caixa dois na campanha eleitoral. São cinco delações premiadas — cinco delatores dizem que deram recursos, fora do oficial, ou seja, por fora, para a campanha de S.Exa.

O Tribunal de Contas da União é outra frente que aponta não só as pedaladas fiscais que foram promovidas pela Presidente em 2014, mas também a liberação de recursos sem autorização legal. Deveria ter feito contingenciamento dos recursos do Orçamento. Em vez disso, liberou-os sem autorização legal. Fere a Lei de Responsabilidade Fiscal, fere a Lei de Improbidade Administrativa. Nesse caso, ela cometeu improbidade.

Além do mais, nós estamos vendo que a Polícia Federal, a cada dia, traz novos fatos. E o Ministério Público Federal, a cada dia, traz novos fatos. Não podemos — este Congresso Nacional — fazer de conta que nada vemos. Isso está acontecendo.

Agora, a própria Presidente, ao dizer que não vai cair, sabe, sim. E até pelas palavras do ex-Presidente Lula, que parece ter largado a Presidente Dilma à sua própria sorte e já disse que os dois estão no “volume morto” e que o Partido dos Trabalhadores está abaixo do “volume morto”. Esta é a realidade.

Enquanto isso nós estamos vendo a inflação mais alta dos últimos 20 anos, enquanto isso nós estamos vendo a taxa de desemprego mais alta dos últimos 20 anos. Nós estamos vendo, Sr. Presidente, a irresponsabilidade fiscal que vem comprometendo a administração pública brasileira.

Ora, Sr. Presidente, precisamos, sim, fazer esta sessão do Congresso Nacional, precisamos apreciar esses vetos. Há aqui vetos importantes como os que foram apresentados a programas de exportação, à Lei Eleitoral que nós votamos aqui, à proposta relativa à SUFRAMA que o Congresso Nacional aprovou para que os servidores da SUFRAMA pudessem ter um reajuste no salário, algo que há anos não têm. Isso foi incluído por meio de emenda de minha autoria. Ela foi aprovada na Comissão Especial, foi aprovada na Câmara dos Deputados, foi aprovada no Senado Federal à unanimidade, e a Presidente vetou esse artigo que prevê remuneração e novo quadro de servidores na SUFRAMA. Nós precisamos derrubar esse veto. Temos que derrubá-lo porque os servidores há 3 anos esperam. Eles estão cansados de esperar. O Governo fez uma proposta, mas ela nunca acontece. Os servidores não aguentam mais ser enganados. Os servidores estão em greve há quase 60 dias para dizer a este Governo que não confiam mais nele.

O Congresso Nacional resolveu esse problema, e a Presidente da República simplesmente disse “não”, vetou a proposta mais uma vez.

Convoco todos os Deputados e os Senadores para derrubarem, hoje, esse e outros vetos. Para o bem do Brasil — para o bem do Brasil! —, vamos realizar esta sessão.

O SR. PRESIDENTE (Waldir Maranhão. Bloco/PP-MA) - Concedo a palavra ao Senador Telmário Mota.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT-RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, Sras. e Srs. Deputados, telespectadores da *TV Câmara*, é da maior importância que esta Casa aprecie hoje esses vetos. Os Estados de Roraima, do Amazonas, do Acre, toda a Região Norte, em relação à situação da SUFRAMA — Superintendência da Zona Franca de Manaus, estão extremamente prejudicados.

Há uma paralisação, há demissões, há desabastecimento na região, por conta da paralisação da SUFRAMA. Esses servidores precisam ser reparados. Isso é da maior importância, como também é da maior importância que o sejam os ex-servidores do Território de Roraima.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Senadores, vou aqui fazer um pequeno histórico da situação extremamente delicada dos servidores dos Estados de Roraima, de Rondônia e do Amapá.

Quando os ex-Territórios de Roraima, de Rondônia e do Amapá foram transformados em Estados da Federação, a União, por determinação constitucional, criou um quadro de extinção, incorporando os servidores daqueles ex-Territórios, garantindo-lhes a continuidade do vínculo funcional com a União.

Então, veio a Emenda Constitucional nº 79, de 2014, que, em seu art. 1º, autoriza a inclusão, no quadro de extinção da União, de servidores e policiais militares admitidos pelos Estados do Amapá e de Roraima, na fase de instalação dessas unidades federativas. Isto é, de 5 de outubro de 1988 a 4 de outubro de 1993, o objetivo foi executar justiça aos servidores que trabalharam no período de implantação daqueles Estados, sob administração direta da União, até março de 1991, através de Governadores nomeados, cuja folha de pagamento do pessoal foi custeada com recursos integrais da União, até dezembro de 1993.

Mas o inciso II do § 2º do art. 9º, que assegurava esse direito aos servidores daqueles Estados, foi brutalmente retirado pelos vetos aqui analisados, sob o argumento de que amplia a hipótese de opção pelo ingresso ao quadro em extinção, extrapolando os limites estabelecidos pela Emenda Constitucional nº 79, de 2014.

Ora, trata-se de um direito conquistado, Srs. Deputados, Srs. Senadores, após quase 3 décadas de luta. Não se brinca assim com a esperança de cidadãos e cidadãs que ajudaram a construir Estados fincados na mais isolada Região da Nação, principalmente com argumentos contrários à própria Constituição. Tais vetos não podem prosperar.

A EC 79, de 2014, em seu art. 3º, garante expressamente aos integrantes de quadro de extinção da União os mesmos direitos, vantagens e padrões remuneratórios dos integrantes de plano de cargos e carreiras da União, de cargos e atribuições equivalentes aos assemelhados, corrigindo uma injustiça que vem se arrastando desde a criação do citado quadro em extinção da União.

Agora, vem a Lei nº 13.121, de 2015, e veta o dispositivo do Projeto de Lei de Conversão nº 1, de 2015, da Medida Provisória nº 660, de 2014, que garante aos servidores incorporados ao quadro em extinção da União o

enquadramento em cargos de atribuições equivalentes aos assemelhados, aos integrantes de plano de cargos e carreiras da União, sob o argumento de que tais dispositivos estariam extrapolando os limites estabelecidos pela Emenda Constitucional nº 79, de 2014, e de que trata de matéria de iniciativa privativa da Presidente da República, violando dispositivo do art. 61, § 1º, e o art. 63, inciso I da Constituição Federal.

Ora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Senadores, frise-se que a MP 660 trata de servidores de ex-Teritórios Federais ingressos no quadro em extinção da União, mas que até agora não têm as suas remunerações desvinculadas dos demais servidores da União, com atribuições equivalentes aos assemelhados. E essa distorção foi corrigida pela EC 79, mas brutalmente retirada pela Medida Provisória nº 664, de 2015.

Daí eu pergunto, Sr. Presidente: qual a Constituição que fundamentou os vetos aqui analisados? Certamente não foi a Constituição Federal de 1988, pois é inquestionável que os vetos na disposição da MP 664 restringem direitos assegurados na Constituição, através da EC 79, razão pela qual não posso concordar.

Portanto, Sr. Presidente, concluindo minha fala, faço um apelo aos Deputados Federais, às Deputadas Federais, aos Senadores, às Senadoras, vamos hoje resgatar esse direito, esse direito que está aí, acalentando o que está há anos e anos...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Waldir Maranhão. Bloco/PP-MA) - Concedo a palavra ao Deputado Mauro Pereira. *(Pausa.)*

O SR. PAUDERNEY AVELINO - Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem, mais uma vez.

O SR. PRESIDENTE (Waldir Maranhão. Bloco/PP-MA) - Questão de ordem.

O SR. PAUDERNEY AVELINO (Bloco Oposição/DEM-AM. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, diz o art. 35 do Regimento Comum:

"Art. 35. Na Ordem do Dia, estando o projeto em fase de votação, e não havendo número para as deliberações, passar-se-á à matéria seguinte em discussão.

§ 1º Esgotada a matéria em discussão e persistindo a falta de quórum para as deliberações, a Presidência poderá suspender a sessão, por prazo não superior a 30 minutos."

Sr. Presidente, com base nesse artigo, eu solicito a V.Exa. o cancelamento da votação feita ainda no início da sessão, por falta de quórum, porque, como disse ao Bandeira, nosso assessor da Mesa, nós mudamos o rito. Antes, usava-se o quórum das duas Casas para fazer eventuais deliberações. O rito mudou. Nós votamos uma resolução este ano. Com essa resolução, nós temos agora o painel, e temos que nos basear neste painel.

Como não há número na Casa para fazer esta deliberação, vamos aguardar. Temos tempo para aguardar número na Casa para posterior deliberação.

O SR. PRESIDENTE (Waldir Maranhão. Bloco/PP-MA.) - Recebo a questão de ordem de V.Exa.

Oportunamente, a Mesa se manifestará.

O SR. PRESIDENTE (Waldir Maranhão. Bloco/PP-MA) - Com a palavra o Deputado Mauro Pereira.

O SR. MAURO PEREIRA (Bloco/PMDB-RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Deputado Waldir Maranhão, eu gostaria de trazer aqui uma notícia positiva para o País.

Nós estamos vivendo um momento de retração da economia, uma retração séria, mas vem lá da serra gaúcha, do meu Rio Grande do Sul, a indústria Marcopolo. A referida indústria tem fábrica em Resende, Estado do Rio de Janeiro, e agora também conta com fábrica no Espírito Santo, sendo sete no mundo.

Ontem a Marcopolo lançou cinco novos modelos de ônibus. Isso mostra a confiança que os empreendedores têm em nosso País. Isso é muito importante para o Brasil, mas o mais importante ainda é o que nós podemos fazer por esses investidores, Sr. Presidente.

Nós temos que procurar valorizar e apoiar a nossa indústria, porque, na engrenagem da economia, ela tem um papel fundamental na geração de empregos, fazendo com que o País tenha um comércio e um setor de serviços fortes.

Quero parabenizar toda a direção da Marcopolo, o Sr. Paulo Bellini, o Sr. José Fernandes Martins, o Sr. Paulo Corso, os engenheiros e os profissionais — são quase 7 mil funcionários diretos nessa indústria, além dos indiretos —, pela importante iniciativa e por acreditarem em nosso País.

Nós já tivemos audiência com o Vice-Presidente da República, Michel Temer, com o Ministro da Fazenda, Joaquim Levy, e com o Presidente do BNDES, Luciano Coutinho. O BNDES precisa cumprir o papel de incentivador de nossa indústria. O BNDES precisa fazer com que rapidamente os financiamentos atinjam pelo menos 90% desse bem — o caminhão, o trator, o ônibus. Esses 90% têm que ser com juros compatíveis, em torno de 9,5%, porque hoje há financiamento de 50%, com 9,5% de juros ao ano, e, depois, os outros 40%, com 17% de juros ao ano. É inviável, não tem como!

Então, essa seria uma medida positiva da Presidente Dilma, do Ministro Joaquim Levy e do Presidente do BNDES, Luciano Coutinho: liberar recursos e olhar com carinho a geração de emprego em nosso País. Precisamos, sim, ter a redução da jornada de trabalho. As grandes indústrias de Caxias vêm fazendo isso desde junho do ano passado. É importante o Governo manter a empresa trabalhando e as indústrias respirando.

Portanto, quero parabenizar a Marcopolo e toda a diretoria.

Sr. Presidente, solicito ainda, encarecidamente, à Presidente Dilma Rousseff, ao Sr. Luciano Coutinho, Presidente do BNDES, e a toda a equipe econômica que apoiem as nossas indústrias e liberem recursos. Não vamos matar a galinha dos ovos de ouro.

Peço a compreensão e o apoio dos Srs. Deputados e das Sras. Deputadas, das Sras. Senadoras e dos Srs. Senadores nesta sessão conjunta do nosso Congresso.

Muito obrigado, Presidente Waldir Maranhão.

O SR. PRESIDENTE (Waldir Maranhão. Bloco/PP-MA) - Concedo a palavra ao Deputado Pompeo de Mattos, do PDT do Rio Grande do Sul.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT-RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Congressistas, nós temos vetos para votar. Eu sou daqueles um pouco cético, e penso que dificilmente se derruba veto nesta Casa. Eu vi poucos e acho que vou morrer, vou dar meus olhos, e não vou ver um veto importante cair.

Mas temos que focar em algumas coisas. Eu ouvi o Senador Telmário falar sobre a questão dos Territórios, sobre servidores que têm seus direitos. Daqui a alguns dias, vamos ter o veto da questão da aposentadoria, do fator previdenciário 85/95.

Quero dizer aqui, muito claramente, que o meu partido, o PDT, e eu, pessoalmente, somos a favor dos aposentados. Eu já disse aqui nesta Casa que, entre o aposentado e o Governo, eu fico com o aposentado, porque, entre o Governo e a minha mãe, eu fico e sempre fiquei com a minha mãe, que era aposentada e sempre era pisada em seus direitos de aposentada.

A aposentadoria não é outra coisa no Brasil senão algo muito parecido com o financiamento da casa própria. Como é que funciona? No financiamento da casa própria, tu financia a casa, recebes e pagas por 30 anos. Na aposentadoria, tu pagas adiantado e recebes depois, ou seja, a diferença é que ela está ao inverso. No caso da casa, tu recebes primeiro e pagas depois, por 30 anos, e a aposentadoria tu pagas primeiro e recebes depois.

Se a aposentadoria fosse uma casa, Deputado Moroni Torgan, como é que tu irias receber a aposentadoria, como é que tu irias receber essa casa? É como se tu recebesse a casa na hora da aposentadoria sem banheiro, sem janela e sem porta. É como tu recebes a aposentadoria. O fator previdenciário come um pedaço. Quem receberia uma casa sem janela, sem porta e sem banheiro?

Então, se nós não aceitamos receber a casa assim, por que aceitamos receber a aposentadoria às avessas? Então, temos que fazer esse enfrentamento.

E o que é pior, depois que tu recebes essa casa sem porta e sem janela, se fosse a aposentadoria essa casa, a cada ano eles estão tirando um pouco das telhas da casa, o zinco, o brasilite da casa. Ou seja, a cada ano, a casa diminui, a cada ano, a aposentadoria diminui, exatamente por não acompanhar o reajuste do salário mínimo.

Então, nós estamos aqui brigando, peleando, pelo fim do fator previdenciário. Por isso a fórmula 85/95, que nós aprovamos, para que o cidadão receba a aposentadoria integral — isso está vigendo agora. E é por isso que nós estamos brigando, para que depois o ajuste do salário mínimo...

O SR. PRESIDENTE (Waldir Maranhão. Bloco/PP-MA) - Peço que conclua, Deputado.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT-RS) - É por isso que nós estamos brigando, Sr. Presidente, para derrubar o fator previdenciário e conseguir acompanhar o ajuste da aposentadoria, de acordo com o reajuste do salário mínimo. Ou seja, quando nós nos aposentarmos, se essa aposentadoria fosse uma casa, vamos receber a casa pronta, acabada. Se essa aposentadoria fosse uma casa, depois de recebida não tirariam o telhado, as telhas, o zinco, o brasilite. Isso é para que tu possas receber a tua aposentadoria integral na hora de se aposentar e ter o reajuste integral na hora de corrigir essa aposentadoria.

É a nossa posição, Sr. Presidente.

O Brasil vai estar atento ao comportamento deste Parlamento, quando debater o veto sobre tema importante para cada um de nós.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldir Maranhão. Bloco/PP-MA) - Concedo a palavra ao Deputado Moroni Torgan.

O SR. MORONI TORGAN (DEM-CE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, em primeiro lugar, gostaria de chamar todos os Deputados e Senadores para virem ao plenário.

Nós temos vetos importantes a apreciar, como o do sigilo do BNDES, aprovado pelas duas Casas e vetado pela Presidente. O que há por trás desse sigilo do BNDES? Por que nós estamos escondendo investimentos feitos com recursos do povo brasileiro, gerando emprego, gerando investimento, gerando um monte de coisas lá fora?

Temos também o veto da LDO, no que tange ao Programa Reintegra, que é voltado para empresas exportadoras.

Por que estou falando basicamente desses dois vetos? Porque o nosso povo, Sr. Presidente, está sofrendo com vários tipos de aumento. O último será o aumento do gás, que já foi feito para as distribuidoras e logo, logo será repassado ao consumidor. A energia subiu 100%, e basta olhar sua conta em casa para verificar. Nós vimos o aumento de preço dos alimentos; os transportes particular e coletivo estão mais caros. Todas essas coisas estão acontecendo no nosso País.

Por que o incentivo à exportação é importante? Porque no momento em que se garante mercado para as empresas não há desemprego. Inclusive a Presidenta agora está dizendo: *"Vamos reduzir 30% do salário para não desempregar."* Não! Nós tínhamos que aumentar em 30% o número de empregos. Isso sim! E se tivéssemos incentivo à exportação, em vez de somente haver importação, trabalho e renda ficariam dentro do Brasil.

Da mesma forma, se nós não investíssemos lá fora, gerando emprego e renda no exterior, se nós investíssemos em tudo o que o Brasil precisa, a construção desses projetos geraria renda. E essa renda reverteria para o mercado e aumentaria, sem sombra de dúvida, os recursos do povo brasileiro. Nós poderíamos, então, sair dessa recessão.

Portanto, recessão tem jeito. Só é preciso vontade política para realizar as ações.

O SR. PRESIDENTE (Waldir Maranhão. Bloco/PP-MA) - Concedo a palavra ao Deputado Heráclito Fortes. (Pausa.)

O SR. RUBENS BUENO (PPS-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, enquanto o Deputado Heráclito chega à tribuna, permita-me falar por 30 segundos apenas.

Quero reiterar apelo para o Líder do Governo, Deputado José Guimarães, com o maior respeito. Nós temos projetos importantes, além dos vetos, a serem votados, como o Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 2, de 2015, Líder José Guimarães. Vamos marcar presença, vamos votar esse importante projeto — projeto do Governo, não da Oposição —, precisamos ter quórum, para que consigamos responder aos milhares de aposentados e pensionistas da VARIG e da Transbrasil, do Fundo Aerus, da maior importância para trabalhadores do Brasil.

Por isso fazemos esse apelo para o Deputado José Guimarães.

O SR. PRESIDENTE (Waldir Maranhão. Bloco/PP-MA) - Com a palavra o Deputado Heráclito Fortes, que já está na tribuna.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PSB-PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Congressistas, meu caro Deputado Moroni Torgan, V.Exa. trouxe um assunto que incomoda a todos nós: a sequenciada falta de quórum para as deliberações do Congresso.

Eu quero lembrar, Sr. Presidente, que existe um projeto em tramitação sobre a matéria, de autoria do ex-Senador Marco Maciel, que permite votações separadamente. Se a matéria começa a ser votada pela Câmara e é derrotada, não prossegue; se é aprovada, Deputado Pauderney, segue para o Senado.

A informação que tenho é a de que essa matéria tem como Relator aqui na Casa o Deputado Arnaldo Faria de Sá. Qual é a proposta? Que se mobilizem os Líderes da Casa, para que nós possamos, de maneira rápida, resolver essa questão.

Eu tenho certeza, Deputado Rubens Bueno, de que V.Exa. não precisará mais fazer apelos dessa natureza se nós tivermos êxito nessa proposta.

O segundo assunto é a "crise". Ontem, a "crise", indo para Portugal, disse: *"O PSDB aceitou a carapuça"*. Venhamos e convenhamos, Presidente da República tem que se lembrar de que, em Eclesiastes, está muito claro: *"O homem é dono da palavra guardada"* — ou a mulher, para ela não se sentir diminuída —, *"e é escravo da palavra empenhada"*.

Presidente da República tem que se guardar para ações efetivas, para agir na hora certa, não ficar aí batendo boca com a imprensa sobre fatos políticos. A Presidente Dilma precisa se conscientizar de que essa crise tem autoria. E essa autoria se chama Luiz Inácio Lula da Silva, quando disse que a Presidente e ele — ambos — estavam no "volume morto". E quem quer conviver com desgraça, com "volume morto"? Começaram as movimentações, meu caro Senador José Pimentel.

Depois, quando a Presidente Dilma foi para os Estados Unidos, o Lulinha Paz e Amor vestiu-se da imagem do capeta e veio para Brasília fazer articulações na calada da noite. Houve inclusive um jantar com a cúpula do PMDB. E aí, já que ela está invocando tanto o diabo, o cão saiu da garrafa!

Então, Sra. Presidente, conscientize-se! Reúna o seu grupo, debele os seus revoltados que a paz irá voltar, até porque esta Oposição não tem capacidade numérica para mudar nada neste País. Presidente Dilma,

respeite a Justiça brasileira: os problemas que estão acontecendo estão todos nos tribunais do País, e os tribunais precisam ser respeitados.

Portanto, vamos colocar as coisas nos seus devidos lugares, basta de blá-blá-blá! Tome conta do País!

O SR. LUIZ CARLOS HAULY (PSDB-PR) - Sr. Presidente, depois V.Exa. pode me conceder a palavra por 1 minuto, por gentileza?

O SR. PRESIDENTE (Waldir Maranhão. Bloco/PP-MA) - Concedo a palavra à Deputada Raquel Muniz.

A SRª RAQUEL MUNIZ (Bloco/PSC-MG. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente Waldir Maranhão, a quem peço que a minha fala seja registrada nos meios de comunicação desta Casa, caros colegas Deputados e Deputadas, é com muita alegria que estou hoje nesta tribuna para falar que, na minha cidade, Montes Claros, no norte de Minas Gerais, no dia 3 de julho, recebi a maior comenda da Câmara de Vereadores, uma medalha que é entregue uma única vez por ano, na grande festa da Exposição Agropecuária de Montes Claros.

E lá eu tive a alegria de receber Deputados desta Casa: o sempre Governador de Alagoas, nosso amigo Ronaldo Lessa, a nossa querida Deputada do Amapá Jozi Rocha, além do Senador da República Eduardo Amorim, do meu partido, o PSC. Recebi também os Deputados Estaduais de Minas Gerais, Gil Pereira e o nosso querido Tadeuzinho.

Foi uma festa linda, em que a cultura se fez presente, através dos catopês, caboclinhos, marujadas e da voz maravilhosa de Wanderdaik, que cantou e encantou a todos.

Quero agradecer aqui à minha família, na pessoa do meu irmão Wilson, que está presente hoje na Câmara. Sem essa família eu não estaria aqui hoje para declarar todo o amor que eu tenho pela minha terra.

E quero dizer para vocês que, como Deputada Federal, representando a minha região, o norte de Minas Gerais, especialmente a minha terra natal, Montes Claros, ao receber essa homenagem, com esta importante medalha, através do Presidente da Câmara Municipal, Marcos Nem, e de todos os vereadores e vereadoras, tenho o compromisso maior de trabalhar intensivamente aqui no Congresso Nacional.

Agradeço a todos os que me ajudaram a conquistar esta medalha. Nesse pouco espaço de tempo, eu tenho levado para a nossa região o que há de melhor da Câmara, aqui em Brasília, tais como o seminário sobre a reforma política, que contou com a presença da Deputada Jô Moraes, e o Seminário da Comissão Externa *Transposição e Revitalização do São Francisco*.

Enfim, temos realizado inúmeros eventos na nossa cidade, inclusive a CPI das Órteses e Próteses, que vem para esclarecer para o Brasil que Montes Claros foi capaz de fazer nascer ali o SUS. E agora também, com a ajuda da Polícia Federal, que tem apontado as irregularidades ali existentes, e a CPI das Órteses e Próteses, junto com o Ministro da Saúde, vamos dar uma resposta para o Brasil de como regulamentar o uso de órteses, próteses e materiais especiais, para que não haja tantas irregularidades.

O meu abraço a todos os montes-clarenses. Vocês me deram essa medalha, e têm aqui o meu compromisso de trabalhar, junto com o Prefeito Rui Muniz, para uma gestão de que todos possam se orgulhar.

Muito obrigado, Montes Claros. Essa medalha é de todos vocês, meus amigos montes-clarenses.

O SR. PRESIDENTE (Waldir Maranhão. Bloco PP-MA) - Concedo a palavra ao Deputado Abel Mesquita Jr.

O SR. ABEL MESQUITA JR. (PDT-RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, venho a esta tribuna para falar sobre os vetos que a Presidente Dilma fez à Medida Provisória 660, de 2014, que prejudicou não só os servidores dos ex-Territórios de Roraima, do Amapá e de Rondônia, mas também os servidores da SUFRAMA.

A Presidente vetou 18 dispositivos incluídos pelo Congresso, entre os quais o que garantia ao grupo de fiscalização tributária a mesma remuneração dos auditores fiscais da Receita Federal.

Vetou também emenda longamente debatida no Congresso Nacional, que concedia aos policiais e bombeiros militares ingressantes do quadro em extinção o mesmo ganho dos policiais militares do Distrito Federal.

Não bastasse isso, Sras. e Srs. Congressistas, o Governo Federal cometeu mais uma injustiça com o povo da nossa região, pois o dispositivo que incluía uma nova tabela de vencimentos e gratificações para os servidores da Superintendência da Zona Franca de Manaus — SUFRAMA foi vetado.

Diante dessa intransigência e da falta de disposição para negociar, os servidores da SUFRAMA, legitimamente, estão há mais de 30 dias em greve para reivindicar a derrubada desses vetos e assim conseguir ter a valorização de suas carreiras, que é uma luta iniciada em 2009, em que o Governo Federal, por repetidas vezes, descumpre os acordos firmados com a categoria.

Acontece, Sr. Presidente, que essa greve tem prejudicado de maneira grave o comércio no meu Estado, a ponto de a Federação do Comércio de Roraima realizar uma reunião de urgência para tratar do assunto.

São várias as empresas de grande porte que estão desabastecidas, o que, por sua vez, gera um efeito cascata, afetando também os pequenos comerciantes, pois, com a greve dos servidores, as mercadorias ficam retidas, o que impossibilita o suprimento normal dos estoques.

Além disso, os reflexos na arrecadação do Governo Estadual já são sentidos, o recolhimento do ICMS foi reduzido de maneira drástica no último mês, prejudicando ainda mais as finanças estaduais.

Essa situação está chegando ao seu limite. O Estado de Roraima tem uma economia fraca e não suportará esse duro golpe, que é potencializado em um ano de crise econômica.

Por isso, meus colegas Deputados, quero conclamar todos para votarmos pela derrubada dos vetos à MP 660, de 2015, fazendo justiça aos servidores dos ex-Territórios e também aos servidores da SUFRAMA.

O SR. PRESIDENTE (Waldir Maranhão. Bloco Maioria/PP-MA) - Concedo a palavra ao Deputado Luis Carlos Heinze.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco/PP-RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, colegas Parlamentares, quero apenas cumprimentar o Deputado Rubens Bueno. Associo-me à fala de S.Exa., feita ontem à noite, em respeito, Deputado Moroni, à Polícia Federal, ao Ministério Público Federal e ao próprio Juiz Sérgio Moro, em nome da Justiça Federal como um todo.

Embora eu esteja inocentemente arrolado nesse processo — eu e tantos colegas Parlamentares —, tenho que cumprimentá-lo. O meu nome vai passar e, sobre essa questão, vou provar que nada tenho a ver com esse caso. Continuo dizendo que quero que o Youssef, ou qualquer Líder do meu partido, ou o Presidente possa dizer quanto, quando e onde recebi recursos, porque nunca os recebi — nunca receberia dinheiro escuso.

Mas eu quero chamar a atenção da alta cúpula do Partido dos Trabalhadores; da Presidenta da República, Dilma Rousseff; do próprio ex-Presidente Lula, para um fato que aconteceu na China: o ex-Ministro de Segurança Pública chinês, Zhou Yongkang, foi condenado à prisão perpétua por recebimento de propina e abuso do poder, tendo sido acusado de receber um valor correspondente a 65 milhões de reais — 65 milhões de reais. Só em relação à PETROBRAS, já estão dizendo que foram 6.2 bilhões — isso já está no balanço da PETROBRAS — de roubo, fora tantas outras coisas, embora eu acredite que seja muito mais. Portanto, aqui, nós temos que seguir o exemplo do Partido Comunista chinês. O ex-Ministro era uma das maiores autoridades da China.

E mais: a ex-mulher de Mao Tsé-Tung, Jiang Qing, também foi condenada à prisão perpétua em 1981, mas acabou suicidando-se na prisão em 1991.

Isso acontece lá, Deputado Luiz Carlos Hauly. E aqui ainda vão defender os corruptos, os corruptores...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Waldir Maranhão. Bloco/PP-MA) - Concedo a palavra ao Deputado Domingos Sávio.
(Pausa.)

O SR. EDINHO BEZ (Bloco/PMDB-SC) - Quero dar como lido o meu pronunciamento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldir Maranhão. Bloco/PP-MA) - Conclua, Deputado Luis Carlos Heinze.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco/PP-RS) - E aqui ainda criticam quem está querendo fazer justiça neste País. Nesse exemplo da China, 60 milhões são troco perto dos bilhões que são surrupiados do povo brasileiro. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldir Maranhão. Bloco/PP-MA) - Tem a palavra o Deputado Domingos Sávio.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB-MG. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Congressistas, é importante esta reunião do Congresso Nacional, em que temos diversos vetos e também matéria importante de interesse dos beneficiários do Fundo do Instituto Aerus. Portanto, nós já temos a presença de todos os colegas do PSDB e, surpreendentemente, o Governo obstrui uma sessão do Congresso Nacional.

Nós temos vetos importantes que precisamos derrubar. Como exemplo, temos o veto de iniciativa do colega Deputado Alfredo Kaefer, que apresenta algo que o Brasil inteiro quer saber, ou seja, a possibilidade de termos acesso a informações do BNDES, especialmente às operações com o exterior, em que bilhões de reais do Brasil são usados para financiar estruturas fora do Brasil sem que haja clareza com relação a qual é o interesse do País nisso, enquanto nós estamos assistindo ao Brasil mergulhado numa das piores crises da sua história. Uma crise que tem origem principalmente nas falcaturas deste Governo e daqueles que se apossaram, não só da PETROBRAS, mas de muita estrutura pública, para roubar o dinheiro público e usar esse dinheiro em benefício próprio, para campanhas eleitorais. Depois vêm se defender, dizendo que há uma tentativa de golpe, como se apurar a verdade, punir os culpados fosse golpe.

É preciso que tenhamos firmeza neste momento para que prevaleça a lei, a seriedade, para que as instituições possam continuar trabalhando, investigando. É isso que nós precisamos fazer, e não sair com uma proposta, como a do Senador do Rio de Janeiro, Lindbergh Farias: que o Brasil copie a Grécia, que deu calote.

Parece que ele não sabe que a dívida do Brasil é muito grande, principalmente interna, com poupadores, com títulos da dívida pública, e que isso seria o caos absoluto para o País.

É esse tipo de mentalidade que nós, do PSDB, e eu não tenho dúvida de que hoje já é a ampla maioria do País e mesmo nesta Casa, neste Congresso, queremos combater.

O Brasil precisa superar, virar essa página e, para isso, não temos dúvida, nós temos que combater esse governo de desmandos e de corrupção. Isso não é golpe. Isso é defesa do Brasil dentro dos meios institucionais, fortalecendo e valorizando tanto o Ministério Público, o Tribunal de Contas, a Polícia Federal, para que justiça seja feita. A lei é para todos.

Nós não podemos aceitar que a Sra. Dilma e o Sr. Lula achem que eles estão acima da lei e façam os absurdos que fizeram com o Brasil e fiquem na impunidade. O povo brasileiro não aceita mais isso.

O SR. PRESIDENTE (Waldir Maranhão. Bloco/PP-MA) - Com a palavra o Deputado Jarbas Vasconcelos.

O SR. JARBAS VASCONCELOS (Bloco/PMDB-PE. Com revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu quero aproveitar a tribuna do Congresso Nacional para deixar registrado o meu protesto contra a figura do Presidente desta Casa, Sr. Eduardo Cunha, que ontem agrediu de forma inoportuna e descabida a Ordem dos Advogados do Brasil.

A OAB teve um papel importante no encerramento do regime militar. Foi baluarte ao ir às ruas com outras instituições, com o MDB de então e com formadores de opinião pública que combatiam o regime de força. Teve um papel destacado na anistia e na campanha das Diretas Já e mantém a campanha em favor dos direitos humanos. Como cidadão, advogado e Deputado, quero lavar esse protesto.

Aproveito os segundos que me restam, Sr. Presidente, para me congratular com aqueles que integram a Operação Lava-Jato. A operação tem sofrido críticas e processos de intimidação. A Polícia Federal tem sido atacada. Pede-se, inclusive, a saída do cargo do seu Diretor, Delegado Leandro Daiello. Também têm sofrido críticas o Juiz Federal Sérgio Moro, o Procurador-Geral da República Rodrigo Janot, os demais procuradores e aqueles que integram essa frente para combater o maior processo de corrupção que já vi em toda a minha vida pública. Que chegue a um bom termo, a uma conclusão!

Agradeço a V.Exa. pela atenção que me deu.

O SR. PRESIDENTE (Waldir Maranhão. Bloco/PP-MA) - Concedo a palavra ao Deputado Edinho Bez.

O SR. EDINHO BEZ (Bloco/PMDB-SC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, na qualidade de Deputado Federal no sexto mandato consecutivo, residente em Tubarão há mais de 30 anos, cumprimentando os excelentes Parlamentares e toda a população brasileira, faço menção honrosa a Dom João Francisco Salm, que completa hoje 36 anos de ordenação sacerdotal.

Natural de São Pedro de Alcântara, Santa Catarina, bispo diocesano de Tubarão e atual Presidente do Regional Sul IV, da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), desde muito jovem Dom João mostrou sua vocação. Com 12 anos, em fevereiro de 1965, ingressou no Pré-Seminário de Antônio Carlos, onde completou os estudos primários. Concluiu o ensino médio no Seminário Menor Metropolitano Nossa Senhora de Lourdes, em Azambuja, Brusque. Coursou a Faculdade de Teologia no Instituto Teológico de Santa Catarina, em Florianópolis.

Em março de 1984 foi nomeado administrador da Paróquia Santa Catarina, em Brusque, onde permaneceu até o final de 1991. De 1992 a 2008 foi Reitor do Seminário de Teologia e Coordenador Arquidiocesano da Pastoral Vocacional da Arquidiocese de Florianópolis. De 1992 a 1996 foi juiz do Tribunal Eclesiástico Regional de Florianópolis.

De 2006 a 2008 foi Coordenador Arquidiocesano de Pastoral da Arquidiocese. Foi membro, por diversos períodos, do Conselho Presbiteral da Arquidiocese de Florianópolis e representante dos seminários da Arquidiocese. Entre os anos de 2009 a 2011 foi Pároco da Paróquia de Santa Teresinha, em Brusque.

No dia 29 de março de 2011, no período de Sede Vacante, foi escolhido pelo Colégio de Consultores para ser o Administrador da Arquidiocese de Florianópolis, até a chegada do novo arcebispo, Dom Wilson Tadeu Jönck. Em novembro de 2011, o arcebispo o nomeou Ecônomo da Mitra Arquidiocesana.

Aos 26 de setembro de 2012 foi nomeado pelo Papa Bento XVI como Bispo da Diocese de Tubarão.

Nesses 36 anos de história, Dom João Salm alcançou não apenas o reconhecimento da Igreja, mas também o respeito das pessoas da comunidade em que atuou.

Quero parabenizá-lo por todos estes anos de comprometimento, dedicação, trabalho e amor.

Fica aqui registrada a minha grande admiração por sua pessoa, pelo nosso Bispo e pela nossa liderança religiosa, já admirada por todos, acredito. Parabéns!

Sr. Presidente, solicito a ampla divulgação deste pronunciamento pelos veículos de comunicação desta Casa, em especial *A Voz do Brasil*, pela importância do evento.

Era o que tinha a dizer. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldir Maranhão. Bloco/PP-MA) - Com a palavra o Deputado João Castelo. Na sequência, falará o Deputado Luiz Carlos Hauly.

O SR. JOÃO CASTELO (PSDB-MA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu quero aproveitar a oportunidade para, nesta sessão do Congresso Nacional, utilizando uma frase que está bem em voga, sintetizar o meu pensamento e congratular-me com o Congresso Nacional brasileiro, particularmente com o Senado, pela aprovação, em junho de 2015, finalmente, e pelo encaminhamento à sanção presidencial do tão esperado Estatuto da Pessoa com Deficiência.

A frase é: *“Antes tarde do que mais tarde ainda”*. Digo isso, Sr. Presidente, porque este sonho começou a ser acalentado ainda pelo Senador Paulo Paim, em 2003 — eu sou testemunha de tudo isso —, no início do seu primeiro mandato, quando o Brasil, de acordo com dados censitários do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — IBGE, contava com cerca de 170 milhões de habitantes e já possuía 24 milhões de pessoas portadoras de pelo menos uma das deficiências investigadas, número que representava quase 15% da população brasileira.

Doze anos depois, os dados censitários do mesmo instituto nos revelam que a falta de políticas públicas inclusivas e consistentes acabou por agravar substancialmente o quadro nacional desses nossos irmãos — hoje eles já representam quase 24% da população brasileira. Houve um salto de quase dez pontos percentuais em uma década, já que esses dados foram tabulados em 2010.

Ainda segundo esse levantamento estatístico, existem hoje no Brasil 45 milhões de pessoas com algum tipo de deficiência investigada, o que representa um pulo de 87% em relação a 2003. É um crescimento tão acentuado que tem a imperiosidade de acender a luz amarela no painel das autoridades que cuidam, direta ou indiretamente, de tão importante assunto, justo quando acabamos de aprovar uma norma que estabelece direitos e deveres para serem implementados, inclusive com penalidades em caso de não cumprimento.

Encaminho à Mesa, para publicação integral, este pronunciamento, por sua importância. Ele diz respeito, principalmente, a essa parte grande e necessitada da população brasileira.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, O PRONUNCIAMENTO DO SR. DEPUTADO JOÃO CASTELO

O SR. JOÃO CASTELO (PSDB-MA. Sem apanhamento taquigráfico.) - Sr. Presidente, eu queria, utilizando uma frase que está bem em voga, sintetizar meu pensamento e congratular-me com o Congresso Nacional, particularmente com o Senado, que neste junho de 2015, finalmente, aprovou e encaminhou à sanção presidencial o tão esperando Estatuto da Pessoa com Deficiência. A frase é: *Antes tarde do que mais tarde ainda*.

Digo isso porque esse sonho começou a ser acalentado pelo Senador Paulo Paim lá nos idos de 2003, no início do seu primeiro mandato, quando o Brasil. De acordo com dados censitários do IBGE, o País contava com cerca de 170 milhões de habitantes e já possuía 24 milhões de pessoas portadoras de pelo menos uma das deficiências investigadas, número que representava quase 15% da população brasileira.

Doze anos depois, os dados censitários do mesmo instituto nos revelam que a falta de políticas públicas inclusivas e consistentes acabou por agravar substancialmente o quadro nacional desses nossos irmãos — hoje eles já representam 23,9% da população. Houve um salto de quase dez pontos percentuais em uma década, já que esses dados foram tabulados em 2010.

Ainda segundo esse levantamento estatístico, existem hoje no Brasil 45 milhões de pessoas com algum tipo de deficiência investigada, o que representa um pulo de 87% em relação a 2003. É um crescimento tão acentuado que tem a imperiosidade de acender a luz amarela no painel das autoridades que cuidam direta ou indiretamente de tão importante assunto, justo quando acabamos de aprovar uma norma que estabelece direitos e deveres para serem implementados, inclusive com penalidades em caso de não cumprimento.

Não resta dúvida de que esse Estatuto representa um marco na inclusão social brasileira, porque seu normativo afirma direitos e beneficia a vida das pessoas com deficiência, já que se propõe a promover a garantia da equiparação de oportunidades, de autonomia e de acessibilidade para esse segmento social.

Mas não é só isso. Ele também institui sanções penais e criminais a atos de preconceito e discriminação, quando diz: *“É dever do Estado, da sociedade, da comunidade e da família assegurar, com prioridade, às pessoas com deficiência a plena efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à sexualidade, à paternidade e à maternidade”*.

Nós esperamos, sinceramente, que uma norma tão demoradamente elaborada e tão bem-intencionada não se perca nos descaminhos e na inércia da burocracia oficial e simplesmente se transforme em letra morta, como alias ocorreu com tantos outros exemplos de boas intenções de que temos conhecimento País afora.

Eu queria destacar, também, Sr. Presidente, que, no caso do Brasil, esse crescimento da quantidade de pessoas portadoras de deficiência, apontado pelo IBGE, entre 2000 e 2010, nos remete a outra questão que também é gravíssima, pois, segundo constatou o instituto, a proporção de pessoas com deficiência aumenta com a idade, passando de 4,3%, nas crianças até 14 anos, para 54% do total das pessoas com idade superior a 65 anos, mostrando que, na medida em que a estrutura da população está mais envelhecida, a proporção de portadores de deficiência cresce, pressionando o País a um novo elenco de demandas, com vistas a atender as necessidades específicas desse grupo.

Concluindo, eu queria lembrar que o IBGE, num dos seus últimos censos, informou que em 2035 — portanto, daqui a apenas 20 anos — nós seremos um país com 40% de idosos, ou seja, com mais de 85 milhões de pessoas acima de 60 anos, significando dizer alto e bom som que as normas estabelecidas no Estatuto da Pessoa Portadora de Deficiência precisam começar a ser implantadas, e muito bem implantadas, agora.

Aproveito para parabenizar o Senador Paulo Paim, porque tudo começou com ele; a nossa companheira de partido, Deputada Mara Gabrilli, do PSDB de São Paulo, cujo texto-base foi aprovado pela Câmara; o Senador Romário, que relatou a proposta. Finalmente, rendo homenagens ao ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, que implementou no seu governo a Lei Orgânica da Assistência Social, incluindo, no seu texto, a pessoa portadora de deficiência e permitindo, com isso, que ela fosse reconhecida pela sociedade brasileira.

Um pedido de desculpas àqueles que direta ou indiretamente participaram na construção desse sonho, mas que deixei de nominar. Sintam-se também recompensados.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Waldir Maranhão. Bloco/PP-MA) - Concedo a palavra ao Deputado Luiz Carlos Hauly.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY (PSDB-PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente, Deputado Waldir Maranhão.

Estou estarrecido, Sras. e Srs. Senadores da República! Um Senador da República, do PT do Rio de Janeiro, está hoje na manchete do *blog* de Fernando Rodrigues, da UOL, que diz assim: *Lindbergh sugere a Dilma: "Que tal nos inspirarmos nos gregos?"*:

"Planos de Joaquim Levy 'estão fracassando', diz senador do Rio.

Lindbergh quer mudar política econômica para 'enfrentar o golpe'.

Em duro artigo enviado a militantes e a vários veículos de comunicação, o senador Lindbergh Farias faz críticas à condução da política econômica comandada pelo Ministro da Fazenda, Joaquim Levy."

Ainda, diz assim:

"Tomando coragem — que tal nos inspirarmos nos gregos? — para reorientar a política econômica".

Sr. Senador da República, da alta cúpula do PT, conselheiro da Presidente Dilma, que coisa estarrecedora! Se o Brasil seguir a Grécia, vai ter seus créditos internacionais cortados, o fluxo de capitais cortado, as exportações cortadas. E o Brasil — o Presidente Lula tanto falou que pagou a dívida junto ao FMI — não tem dívida com o FMI. Quem deve no exterior são as empresas brasileiras que trazem capitais para o Brasil para financiar o investimento brasileiro.

Como pode um Senador da República, conselheiro da Presidente Dilma, ter esse tipo de opinião? Que estupidez! Que ignorância econômica!

Com Senadores e conselheiros da Presidente Dilma desse tipo, o Brasil naufraga como um Titanic, mas sem bater num *iceberg*, porque o afundamento se dá pelo empoderamento, pela tomada de poder dentro do Governo.

É lamentável o Senador não saber que o Brasil não tem as condições da Grécia! É muito lamentável, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Waldir Maranhão. Bloco/PP-MA) - Tem a palavra o Deputado Júlio Cesar.

O SR. JÚLIO CESAR (PSD-PI. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, o IBGE publicou agora o INPC, índice que afere a inflação do Brasil. E eu estou pasmo com os números do IBGE. Vejam bem, a inflação acumulada apenas nos primeiros 6 meses do ano é de 6,17%! E se considerarmos os últimos 12 meses, evidentemente pegando os últimos 6 meses do ano passado, ela chega a 8,89%.

Sr. Presidente, eu quero falar só deste ano. Se nos primeiros 6 meses a inflação acumulada é de 6,17%, e está crescendo a cada mês, podemos projetar que ela vai passar dos 12%.

Nenhuma autoridade do Governo admite isso, mas todos os indicadores econômicos do País estão no negativo. Eu vejo que a receita de todos os tributos e contribuições, na comparação de janeiro a maio — só há

dados até maio, a avaliação está com 1 mês de atraso —, está no negativo. O lado do resultado está todo em vermelho, todo negativo.

Como é que nós vamos sair desta crise? Veja bem, Sr. Presidente, o Brasil tem todo esse passivo — passivo da Previdência pública, da Previdência do Regime Geral, dos Restos a Pagar, do subsídio ao BNDES —, e a inflação está crescendo, a receita diminuindo e a despesa aumentando!

O SR. PRESIDENTE (Waldir Maranhão. Bloco/PP-MA) - Concedo a palavra ao Deputado Valdir Colatto.

O SR. VALDIR COLATTO (Bloco/PMDB-SC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e Senadores, aproveito esta sessão do Congresso Nacional para falar do sistema dos vetos.

As duas Casas votam o projeto, o Congresso Nacional o aprova, ele vai à Presidente, a Presidente o veta, ele volta para estas duas Casas, e elas não derrubam o veto daqueles projetos que já aprovaram. Eu acho que agora, com a votação aberta dos vetos, nós poderíamos ao menos fazer com que os nossos votos valessem. Não se pode votar o projeto de um jeito e o veto do outro, por pressões do Palácio. Eu acho que esse é um contrassenso dos Deputados e Senadores nesse processo.

Há o Veto nº 11, que trata dos recursos genéticos. Eu dizia aqui ao Senador José Pimentel: nós fizemos com o Governo o acordo de que se votaria o projeto de recursos genéticos para depois se aprovar o Protocolo de Nagoya. Como houve esse veto, o acordo foi quebrado. Precisamos retomar esse processo, porque nós não vamos votar aqui o acordo de Nagoya. Nós teríamos que pagar *royalties* da agricultura brasileira aos países de origem, o que seria um desastre.

Então, nós precisamos alertar esta Casa de que esse é um programa importante para o Brasil, mas não vamos votá-lo, se esse acordo não for cumprido. Nós precisamos derrubar esse veto. Se não o derrubarmos, a Presidente terá que buscar outra saída, porque esse foi o acordo do Governo.

Há também o Veto nº 12, Sr. Presidente, que trata da questão da extensão rural. A Presidente cortou o orçamento de 700 milhões de reais para a implantação da assistência técnica e extensão rural no Brasil.

Ora, nós precisamos atender os nossos produtores. E, com esse veto, haverá dificuldade. Ele não vai ser votado hoje, mas nós pedimos aos Deputados e aos Senadores que nos ajudem a aprovar aquilo que já está aprovado. Do contrário, nós estaremos nos contradizendo, na votação dos vetos, nestas duas Casas.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldir Maranhão. Bloco/PP-MA) - Concedo a palavra ao Deputado Zé Silva.

O SR. ZÉ SILVA (SD-MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, eu venho aqui defender um serviço essencial no Brasil, que ajudou muitos brasileiros pioneiros a conquistar o Cerrado, os rincões brasileiros e, especialmente neste momento em que o País vive momentos difíceis na sua economia, a garantir superávit na balança comercial, com a nossa agricultura, o nosso agronegócio. Esse serviço, que já tem 67 anos de existência e está espalhado por mais de 5.300 Municípios brasileiros, é a assistência técnica e extensão rural.

Numa votação histórica e inédita nesta Casa, nós aprovamos, por 198 a 150 votos, a Emenda nº 37, de nossa autoria, à Medida Provisória nº 661, de 2014, que garantia à extensão rural 700 milhões de reais. Esses 700 milhões de reais seriam recurso fundamental, especialmente neste momento em que se cria a Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural — ANATER, mas infelizmente a Presidenta Dilma Rousseff vetou.

Isso significa que o Plano Safra da Agricultura Familiar e o Plano Agrícola e Pecuário, com mais de 187 bilhões de reais, chegam ao campo brasileiro sem o gesto de respeito, primeiro, a esta Casa, que, por maioria absoluta, garantiu essa emenda de 700 milhões de reais. Os recursos do crédito rural chegam ao campo sem a certeza da assistência técnica e extensão rural.

Por isso, eu quero pedir aos Senadores e aos Deputados que derrubem esse veto. Também quero pedir que nós sejamos respeitados e, na próxima semana, derrubemos o veto que garante esse recurso para a extensão rural.

Peço, Sr. Presidente, que este discurso seja veiculado nos meios de comunicação da Casa.

O SR. PRESIDENTE (Waldir Maranhão. Bloco/PP-MA) - Concedo a palavra ao Deputado Alfredo Kaefer, do PSDB do Paraná.

O SR. ALFREDO KAEFER (PSDB-PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) - Sr. Deputado Waldir Maranhão, que preside esta sessão do Congresso Nacional, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, há muito tempo o Congresso Nacional, a sociedade brasileira quer abrir as informações do BNDES.

Desde 2009, mais de 400 bilhões de reais foram repassados ao banco de fomento e grande parte desses recursos foram operados em transações para o exterior: Cuba, Venezuela, Argentina, Equador, Peru, Panamá, Moçambique, Nicarágua, e por aí afora.

A sociedade quer saber com que qualidade e em que termos esses recursos foram repassados. Foram benéficos para muitas empresas, mas algumas delas, com o benefício e com a concentração desses recursos, estão hoje envolvidas inclusive na Operação Lava-Jato.

Eu tenho em mão o artigo escrito ontem pelo Ministro Bruno Dantas, do Tribunal de Contas da União, que também está querendo saber informações do BNDES, que foi ao Supremo Tribunal Federal impedir que essas informações viessem à tona.

Ninguém aqui quer quebrar o sigilo de informações das operações propriamente ditas. Nós queremos saber as informações do BNDES. Os 400 bilhões de reais emprestados representam quase 20% da dívida pública nacional, e, na Medida Provisória nº 661, de 2014, conseguimos aqui nesta Casa...

(Interrupção do som.)

O SR. ALFREDO KAEFER (PSDB-PR) - Permita-me só concluir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldir Maranhão. Bloco/PP-MA) - Então conclua, Deputado, por gentileza.

O SR. ALFREDO KAEFER (PSDB-PR) - Nós aprovamos, então, na MP 661, a quebra do sigilo; o Senado da República também a aprovou, mas a Presidente Dilma a vetou.

Estou pedindo aos Deputados e aos Senadores que ainda estão em seus gabinetes que venham ao plenário. É importante que derrubemos esse veto. Nem todos os vetos são ruins. O nosso partido, por exemplo, é favorável a 53 e contrário a 56 vetos. Então, nem todos são ruins, mas esse veto nós precisamos derrubar, para abrir as informações do BNDES, para o bem da sociedade brasileira e pela transparência do Estado brasileiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldir Maranhão. Bloco/PP-MA) - Deputado Arnaldo Jardim, V.Exa. tem 1 minuto para dar como lido o seu pronunciamento.

O SR. ARNALDO JARDIM (PPS-SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Waldir Maranhão, Sras. e Srs. Parlamentares, queremos, de uma forma muito expedita, registrar a nossa alegria de estar de volta aqui, porque, licenciado, exercemos lá em São Paulo o cargo de Secretário de Agricultura e Abastecimento do Estado.

Hoje, tivemos a ocasião de, primeiro, começar o dia na Frente Parlamentar Ambientalista e ali receber o Secretário-Geral da CNBB, D. Leonardo Steiner.

O primeiro pronunciamento que pedimos que seja acolhido, Sr. Presidente, versa exatamente sobre a encíclica do Papa Francisco que aborda a questão ambiental e a oportunidade de termos uma agricultura com esse princípio de sustentabilidade.

Depois, queremos dizer da alegria que tivemos de acompanhar hoje o Governador Geraldo Alckmin em duas Comissões, lá no Senado Federal, em que ele se pronunciou sobre a questão do saneamento e depois sobre a questão do pacto federativo.

A outra intervenção nossa, de que pedimos também divulgação, versa exatamente sobre a inovação tecnológica, tão importante, que fazemos na agricultura de São Paulo, em benefício do Brasil, Sr. Presidente.

SEGUEM, NA ÍNTEGRA, OS PRONUNCIAMENTOS DO SR. DEPUTADO ARNALDO JARDIM

O SR. ARNALDO JARDIM (PPS-SP. Sem apanhamento taquigráfico.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Papa Francisco estabeleceu uma relação íntima entre os pobres e a fragilidade do planeta na encíclica *Laudato Si* sobre o cuidado da casa comum, divulgada no dia 18 de junho, onde ele aponta o comportamento perigoso de um sistema econômico que ameaça o futuro da humanidade. É a primeira vez que um pontífice demonstrou uma preocupação tão direta com a ecologia, afirmando a necessidade de ver, com os olhos da fé, a beleza do plano de salvação de Deus, a ligação entre o ambiente natural e a dignidade da pessoa humana.

Pode parecer exagerada a afirmação do Papa, quando ele diz que *"a Terra [...] parece transformar-se cada vez mais num imenso depósito de lixo"*. Mas, ao analisarmos os problemas ambientais existentes, que afetam a qualidade de vida, a oferta de água e alimentos, além de causar enchentes, poluição e contaminação, vimos que essa é uma constatação diante o impacto social e econômico.

Tratar o meio ambiente como fonte sustentável de energia e manutenção das funções e componentes do ecossistema é um imperativo.

Historicamente, os interesses econômicos se sobrepuseram às questões ambientais. Hoje, a sociedade sofre com o uso desmedido dos recursos naturais e com a pobreza mundial num mundo de altíssimo consumo.

Há o uso desproporcionado dos recursos não renováveis, principalmente de petróleo e carvão, que são altamente poluentes. Isso reforça ainda mais a nossa preocupação com o setor sucroenergético.

co. Um dos trabalhos da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo é implantar projetos que possam moderar o consumo, maximizar o uso e fomentar tecnologias baseadas em combustíveis de fontes renováveis.

Vivemos em um cenário de valorização do combustível renovável. Os Estados Unidos, por exemplo, estão desenvolvendo o etanol com milho, tão abundante em sua produção agrícola. E o Brasil está perdendo mercado com a desvalorização da produção da cana-de-açúcar. Nós temos um potencial enorme para ser vanguarda nesta nova economia verde.

É inegável que houve algum avanço na organização das práticas e políticas sustentáveis, mas o Brasil ainda não atingiu um resultado satisfatório. Isso porque o Governo Federal ainda não ajustou a economia para reduzir essas emissões tão nocivas ao meio ambiente.

Na agricultura, o Brasil possui exemplos de repercussão internacional sobre o desenvolvimento de biotecnologias que geram riquezas por meio do adequado emprego de componentes da biodiversidade.

A preservação da natureza e da biodiversidade garante a proliferação da vida! A preservação da Amazônia e a bacia fluvial do Congo, ou os grandes lençóis freáticos e os glaciares são importantes para o futuro da humanidade.

O investimento em tecnologia e educação é um compromisso do Governo do Estado de São Paulo, pois cremos que ações públicas de conscientização, aliadas a ações práticas já adotadas, são fundamentais para superarmos esse problema.

O Governador Geraldo Alckmin está empenhado em buscar novas oportunidades para a reciclagem, sustentabilidade ambiental, utilização de fontes renováveis, e o biodigestor casa perfeitamente com esse processo.

Tenho convicção de que devemos ter uma visão integrada com o cuidado ambiental. Precisamos ter a capacidade de converter desafios em oportunidades. É um desafio que vamos enfrentar juntos!

O SR. ARNALDO JARDIM (PPS-SP. Sem apanhamento taquigráfico.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, de acordo com a ONU, seremos 9 bilhões de habitantes até 2050 e o Brasil terá que aumentar em 40% a sua capacidade produtiva, utilizando o mesmo espaço, para atender a essa necessidade global. Da ciência e da tecnologia é que virão as respostas para o desafio de suprir a demanda mundial não só por alimentos, mas também por fibras e energia.

É possível aumentar a produtividade com sustentabilidade. Para vencer esse enorme desafio, podemos citar tecnologia agrícola de ponta, plantio direto, sistemas integrados de produção, recursos humanos altamente capacitados, assistência técnica, programas e projetos de desenvolvimento rural, legislação ambiental, fiscalização eficiente e recomposição de vegetação nativa. São Paulo tem tudo isso e é um exemplo a ser seguido pelo Brasil e pelo mundo.

A Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo fomenta e desenvolve o agro-negócio paulista com base nas premissas sociais, econômicas e ambientais, que são as diretrizes determinadas pelo Governo Geraldo Alckmin. Foi a primeira Secretaria, inclusive, a prestar conta de suas ações com a publicação de um relatório de sustentabilidade reconhecido internacionalmente.

No campo da ciência agropecuária, o Governo de São Paulo, por meio da APTA (Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios), gerencia 6 Institutos (Agrônomo, Biológico, de Pesca, de Zootecnia, de Tecnologia de Alimentos, de Economia Agrícola) e 14 Polos Regionais de Pesquisa.

O Instituto Agrônomo (IAC) completa 128 anos em junho, com mais de 1.020 variedades de 96 espécies de plantas lançadas. O IAC dedica-se ao melhoramento genético convencional de plantas agrícolas e aos pacotes tecnológicos que desenvolvem essas espécies, desde o plantio à colheita, incluindo estudos de solo, clima, pragas, doenças, segurança e eficiência na aplicação de agrotóxicos.

O feijão mais consumido no Brasil — o carioca — é resultado de pesquisa do IAC. Recentemente, o Instituto lançou outra variedade do feijão, que é mais resistente e por isso reduz o uso de agrotóxicos. Resultado científico que baixa custo de produção no campo e reduz impacto para o ambiente e para a saúde do trabalhador, além de ter mais proteínas e cozinhar em menor tempo.

São Paulo é o maior produtor de borracha natural graças ao IAC, que segue desenvolvendo novos clones e novas tecnologias de extração de látex, baixando o custo desse procedimento, que é mais alto dentro do cultivo de seringueira; 70% dos campos paulistas de amendoim e 90% dos cafezais brasileiros são plantados com cultivares do Instituto Agrônomo, que desenvolve continuamente variedades mais resistentes e produtivas. Há também variedades adaptadas a regiões quentes e tecnologias de cultivo que reduzem em cerca de três graus a temperatura do ambiente de produção.

As variedades de mandioca do IAC ocupam cerca de 80% dos campos em São Paulo e Minas Gerais e fazem parte da alimentação nacional, desde a farinha até o polvilho usado para fazer pão de queijo. Somos também referência mundial em citricultura. O maior pomar citrícola do Brasil encontra seu suporte nos trabalhos do Instituto, que já desenvolveu 130 variedades-copa e porta-enxertos de citros mais produtivos, mais resistentes e com melhor qualidade.

Nosso Estado tem a canavicultura mais competitiva do mundo. O Programa Cana IAC gerou 19 variedades para o setor sucroalcooleiro nos últimos anos. Essas tecnologias têm rompido as fronteiras paulistas e chegaram a 11 Estados brasileiros. A transferência de tecnologia chegou ao México e dobrou por lá a produtividade dos canaviais com variedades e pacote tecnológico IAC.

Além de inovar, outro grande desafio que se apresenta é fazer as novidades cheguem aos produtores, aos campos paulistas e brasileiros. No Estado de São Paulo isso ocorre graças à excelência do trabalho desenvolvido pelos técnicos da CATI (Coordenadoria de Assistência Técnica Integral), que integram a equipe de extensão rural da Secretaria de Agricultura, representada pelas 594 Casas da Agricultura presentes em todo o Estado. Essa tarefa é fundamental, pois permite que os produtores rurais possam desfrutar dos avanços da área de pesquisa.

Atendendo à solicitação da FAO de promover ações de divulgação sobre a importância do solo e de sua conservação, o IAC adotou o tema como o mote de sua campanha de aniversário de 128 anos. O Instituto é pioneiro em análises de solos e referência no Brasil nessa prestação de serviços, e desenvolve pacotes tecnológicos direcionados ao uso racional do solo, incluindo análises que orientam a adubação eficiente e sem desperdícios.

É da Secretaria de Agricultura de São Paulo o único Laboratório de Análise Química de Fertilizantes e de Resíduos público do País, credenciado pelo Ministério da Agricultura para analisar fertilizantes e resíduos. O IAC analisa resíduos urbanos, agrícolas e industriais que possam servir como fertilizantes. Tem, ainda, pesquisado o enriquecimento de alimentos por meio da correção do solo, e os resultados são o aumento de 175% no teor de selênio no feijão e de 38% no milho.

São Paulo é líder nacional na produção de cana, açúcar, etanol, bioeletricidade, laranja, suco de laranja, borracha natural, ovos, flores, cogumelos. Em todas as áreas, há a sustentação oferecida pelos pacotes tecnológicos gerados pelas nossas unidades de pesquisa e levados aos agricultores. Devemos isto à dedicação e paixão com que nossos pesquisadores, administradores e extensionistas têm desenvolvido seu trabalho.

Enfim, se nossa produção depende do solo, luz e água, isto também significa segurança jurídica, extensão rural e inovação, e disto estamos buscando tratar!

O SR. PRESIDENTE (Waldir Maranhão. Bloco/PP-MA) - Para dar como lido o pronunciamento, concedo a palavra ao Deputado Ivan Valente.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL-SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu quero deixar registrado nos Anais da Casa o nosso pronunciamento em homenagem ao ex-Deputado Plínio de Arruda Sampaio, falecido no dia 8 de julho de 2014.

Estamos há 1 ano sem Plínio de Arruda Sampaio, ex-Deputado Constituinte, lutador contra a ditadura militar, exilado, um quadro político militante conosco.

Ele esteve 25 anos dentro do PT e depois foi candidato a Governador e a Presidente da República pelo Partido Socialismo e Liberdade. Tivemos a honra de conviver durante décadas com ele.

Plínio foi um exemplo de coerência e compromisso com os oprimidos. Se ainda estivesse conosco, talvez tivéssemos a sua inspiração nessa ameaça de retrocesso e conservadorismo que estamos vivendo, particularmente aqui na Câmara dos Deputados, uma voz ativa a nos encorajar, um estímulo de sonhos e de coragem política e ousadia, contando sempre com o povo brasileiro.

Obrigado.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, O PRONUNCIAMENTO DO SR. DEPUTADO IVAN VALENTE

O SR. IVAN VALENTE (PSOL-SP. Sem apanhamento taquigráfico.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e todo(a)s o(a)s que assistem a esta sessão ou nela trabalham, no dia 8 de julho de 2014, faleceu nosso grande e querido companheiro Plínio de Arruda Sampaio, aos 83 anos de vida. Neste primeiro aniversário de sua partida, queremos novamente render homenagem a este grande brasileiro, que dedicou a maior parte de sua existência à luta pela democracia, a igualdade e o socialismo.

Plínio iniciou sua militância na Juventude Universitária Católica. Em 1950, assumiu a função de subchefe da Casa Civil do então Governador de São Paulo, Carvalho Pinto. Foi eleito pela primeira vez para a Câmara dos Deputados em 1962, pelo extinto Partido Democrata Cristão (PDC). Ao longo da carreira política, ele exerceu três mandatos como Deputado Federal.

Na Câmara dos Deputados, Plínio presenciou a sessão que depôs o Presidente João Goulart, em 2 de abril de 1964, quando foi consagrado o golpe de estado e início da ditadura militar no Brasil. No mesmo ano, foi cassado pelo Ato Institucional nº 1 e teve que partir para o exílio. Durante o regime militar (1964-1985), Plínio de Arruda Sampaio viveu no Chile e nos Estados Unidos. Retornou ao Brasil em 1976, no início do processo de abertura política. Em 1986, Plínio Sampaio foi eleito pelo PT para a Assembleia Geral Constituinte. Durante a elaboração da atual Constituição, ele defendeu um modelo de reforma agrária que previa o fim dos latifúndios.

Plínio ingressou no PSOL em 2005 e foi candidato do partido ao Governo de São Paulo em 2006 e à Presidência da República em 2010, quando representou um importante contraponto aos velhos partidos e à velha política, apresentando propostas de mudanças estruturais para o País, como a realização da reforma agrária e a distribuição de renda com objetivo de combater a extrema desigualdade social.

Um exemplo de coerência e compromisso com os oprimidos, Plínio foi uma importante referência para várias gerações de militantes políticos e ativistas sociais, que lutaram e continuam a lutar por um Brasil mais democrático e mais justo. Mesmo aos 80 anos, deu uma impressionante prova de juventude e vitalidade intelectual, com uma atuação aguerrida nas redes sociais, onde debatia diariamente sobre política e religião com seus mais de 83 mil seguidores no Twitter. Seu legado e sua experiência de vida constroem uma referência profundamente ética e humanista, pilares da construção de uma sociedade socialista.

Se estivesse entre nós, neste momento em que nosso País vive a ameaça do retrocesso e do conservadorismo, Plínio certamente seria uma voz ativa a nos encorajar, um estímulo a não desistirmos de nossos sonhos e a termos coragem e ousadia para lutar por justiça, igualdade e contra todas as formas de preconceito. É esta inspiração que guardaremos para sempre do saudoso e querido Plínio de Arruda Sampaio.

Plínio, presente. Venceremos!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldir Maranhão. Bloco/PP-MA) - Concedo a palavra ao Deputado Raimundo Gomes de Matos.

O SR. RAIMUNDO GOMES DE MATOS (PSDB-CE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós queremos mobilizar a bancada nordestina para ficar atenta, pois para a Medida Provisória nº 668, de 2015, que foi promulgada pela Presidenta Dilma, medida essa que se transformou na Lei nº 13.137, de 2015, o Senador José Pimentel apresentou uma emenda para ampliar a área dos Municípios do Semiárido nordestino.

É de suma importância que, quando essa matéria chegar a esta Casa do Congresso Nacional, nós derubemos o veto, a fim de fazermos justiça com os Municípios nordestinos, que precisam ter acesso ao FNE.

Com certeza o Presidente da Bancada Parlamentar do Nordeste, o Deputado Júlio Cesar, ficará atento a essa matéria apresentada pelo Senador José Pimentel para que nós façamos justiça a Municípios como, no caso do Ceará, Beberibe, Itapipoca e vários outros Municípios que possuem áreas territoriais com índices pluviométricos baixíssimos.

Por isso, a iniciativa do Senador José Pimentel precisa ter o apoio desta Casa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldir Maranhão. Bloco/PP-MA) - A Presidência esclarece, quanto à questão de ordem levantada pelo Deputado Pauderney Avelino, que não se aplica o mencionado art. 35 do Regimento Comum, uma vez que não se trata de projeto em votação, mas simplesmente, no caso, de errata à Lei Orçamentária, que é autorizada pela Comissão Mista de Orçamentos, e, no outro caso, de homologação das indicações feitas ao Conselho de Comunicação Social.

Além do mais, o art. 159 do Regimento do Senado Federal, primeiro subsidiário do Regimento Comum, determina expressamente que no período do Expediente podem ser objeto de deliberação matérias que não digam respeito a proposições constantes da Ordem do Dia ou as que o Regimento não determine sejam submetidas em outra fase da sessão.

Finalmente, a questão de ordem deve referir-se à matéria tratada na ocasião, nos termos do art. 131, § 1º, do Regimento Comum, e no presente caso a objeção foi levantada quando já vencida a matéria, muito embora a Presidência tenha concedido tempo para tanto.

Nesses termos, a Presidência indefere a questão de ordem.

É o seguinte o registro de presença do Senado Federal aferido no painel:



Congresso Nacional
Secretaria Geral da Mesa
Relação de Presença na Sessão (Senadores)

Data: 14/07/2015
 Hora: 19:29
 Número: 19

55ª LEGISLATURA

**PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA
 ORDINÁRIA**

SESSÃO CONJUNTA Nº 014 - 08/07/2015

Presidente da Casa: Renan Calheiros - PMDB/AL

Presidiram a Sessão: Waldir Maranhão - 12:20

Registro Eletrônico de Presença em Plenário

Início : 08/07/2015 12:13

Fim : 08/07/2015 14:02

Total de Presentes: 37

	Partido	Bloco
RORAIMA		
Romero Jucá	PMDB	
Telmário Mota	PDT	
Presentes de Roraima : 2		
AMAPÁ		
Davi Alcolumbre	DEM	
Presentes de Amapá : 1		
PARÁ		
Flexa Ribeiro	PSDB	
Presentes de Pará : 1		
AMAZONAS		
Omar Aziz	PSD	
Vanessa Grazziotin	PCdoB	
Presentes de Amazonas : 2		
RONDONIA		
Acir Gurgacz	PDT	
Ivo Cassol	PP	
Presentes de Rondonia : 2		
ACRE		
Gladson Cameli	PP	
Presentes de Acre : 1		
TOCANTINS		
Ataídes Oliveira	PSDB	
Presentes de Tocantins : 1		
MARANHÃO		
Edison Lobão	PMDB	
Presentes de Maranhão : 1		
CEARÁ		
Eunício Oliveira	PMDB	
José Pimentel	PT	
Tasso Jereissati	PSDB	
Presentes de Ceará : 3		



Congresso Nacional
Secretaria Geral da Mesa
Relação de Presença na Sessão (Senadores)

Data: 14/07/2015
Hora: 19:29
Número: 19

	Partido	Bloco
RIO GRANDE DO NORTE		
Garibaldi Alves Filho	PMDB	
José Agripino	DEM	
Presentes de Rio Grande do Norte : 2		
PERNAMBUCO		
Fernando Bezerra Coelho	PSB	
Presentes de Pernambuco : 1		
ALAGOAS		
Renan Calheiros	PMDB	
Presentes de Alagoas : 1		
SERGIPE		
Eduardo Amorim	PSC	
Presentes de Sergipe : 1		
BAHIA		
Lídice da Mata	PSB	
Presentes de Bahia : 1		
MINAS GERAIS		
Aécio Neves	PSDB	
Antonio Anastasia	PSDB	
Presentes de Minas Gerais : 2		
RIO DE JANEIRO		
Marcelo Crivella	PRB	
Romário	PSB	
Presentes de Rio de Janeiro : 2		
SÃO PAULO		
Aloysio Nunes Ferreira	PSDB	
José Serra	PSDB	
Marta Suplicy	S.Part.	
Presentes de São Paulo : 3		
MATO GROSSO		
Blairo Maggi	PR	
Presentes de Mato Grosso : 1		
DISTRITO FEDERAL		
Hélio José	PSD	
Presentes de Distrito Federal : 1		
GOIÁS		
Ronaldo Caiado	DEM	
Presentes de Goiás : 1		
MATO GROSSO DO SUL		
Simone Tebet	PMDB	
Waldemir Moka	PMDB	
Presentes de Mato Grosso do Sul : 2		
PARANÁ		
Roberto Requião	PMDB	
Presentes de Paraná : 1		



Congresso Nacional
Secretaria Geral da Mesa
Relação de Presença na Sessão (Senadores)

Data: 14/07/2015

Hora: 19:29

Número: 19

	Partido	Bloco
SANTA CATARINA		
Dalírio Beber	PSDB	
Dário Berger	PMDB	
Presentes de Santa Catarina : 2		
RIO GRANDE DO SUL		
Ana Amélia	PP	
Paulo Paim	PT	
Presentes de Rio Grande do Sul : 2		

É o seguinte o registro de presença da Câmara dos Deputados aferido no painel:



Congresso Nacional
Secretaria Geral da Mesa
Lista de Presença

Data: 14/07/2015
 Hora: 19:26

55ª LEGISLATURA

PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA

CONJUNTA Nº 014 - 08/07/2015

Início : 08/07/2015 12:13

Fim : 08/07/2015 14:02

Total de Presentes : 214

	Partido	Bloco
RORAIMA		
001 - Abel Mesquita Jr.	PDT	
003 - Carlos Andrade	PHS	PmdbPpPtbpScPhsPen
002 - Edio Lopes	PMDB	PmdbPpPtbpScPhsPen
005 - Jhonatan de Jesus	PRB	PrbPtnPmnPrpPsdcPrt
006 - Maria Helena	PSB	
Presentes Roraima: 5		
AMAPÁ		
009 - André Abdon	PRB	PrbPtnPmnPrpPsdcPrt
014 - Cabuçu Borges	PMDB	PmdbPpPtbpScPhsPen
017 - Roberto Góes	PDT	
Presentes Amapá: 3		
PARÁ		
020 - Beto Salame	PROS	
032 - Hélio Leite	DEM	
030 - Josué Bengtson	PTB	PmdbPpPtbpScPhsPen
031 - Nilson Pinto	PSDB	
Presentes Pará: 4		
AMAZONAS		
036 - Alfredo Nascimento	PR	
037 - Arthur Virgílio Bisneto	PSDB	
038 - Átila Lins	PSD	
042 - Hissa Abrahão	PPS	
043 - Marcos Rotta	PMDB	PmdbPpPtbpScPhsPen
040 - Pauderney Avelino	DEM	
039 - Silas Câmara	PSD	
Presentes Amazonas: 7		
RONDONIA		
044 - Expedito Netto	Solidaried	
045 - Lindomar Garçon	PMDB	PmdbPpPtbpScPhsPen
046 - Lucio Mosquini	PMDB	PmdbPpPtbpScPhsPen
051 - Mariana Carvalho	PSDB	
050 - Marinha Raupp	PMDB	PmdbPpPtbpScPhsPen
Presentes Rondonia: 5		



Congresso Nacional
Secretaria Geral da Mesa
Lista de Presença

Data: 14/07/2015

Hora: 19:26

	Partido	Bloco
ACRE		
053 - Alan Rick	PRB	PrbPtnPmnPrpPsdCprt
055 - César Messias	PSB	
059 - Rocha	PSDB	
Presentes Acre: 3		
TOCANTINS		
061 - Dulce Miranda	PMDB	PmdbPpPtbPscPhsPen
062 - Josi Nunes	PMDB	PmdbPpPtbPscPhsPen
063 - Lázaro Botelho	PP	PmdbPpPtbPscPhsPen
067 - Professora Dorinha Seabra Rezende	DEM	
066 - Vicentinho Júnior	PSB	
Presentes Tocantins: 5		
MARANHÃO		
548 - Alberto Filho	PMDB	PmdbPpPtbPscPhsPen
072 - André Fufuca	PEN	PmdbPpPtbPscPhsPen
070 - Cleber Verde	PRB	PrbPtnPmnPrpPsdCprt
073 - Eliziane Gama	PPS	
074 - Hildo Rocha	PMDB	PmdbPpPtbPscPhsPen
075 - João Castelo	PSDB	
076 - João Marcelo Souza	PMDB	PmdbPpPtbPscPhsPen
077 - José Reinaldo	PSB	
078 - Junior Marreca	PEN	PmdbPpPtbPscPhsPen
080 - Pedro Fernandes	PTB	PmdbPpPtbPscPhsPen
085 - Sarney Filho	PV	
082 - Victor Mendes	PV	
084 - Waldir Maranhão	PP	PmdbPpPtbPscPhsPen
Presentes Maranhão: 13		
CEARÁ		
092 - Adail Carneiro	PHS	PmdbPpPtbPscPhsPen
087 - Aníbal Gomes	PMDB	PmdbPpPtbPscPhsPen
093 - Antonio Balhmann	PROS	
090 - Arnon Bezerra	PTB	PmdbPpPtbPscPhsPen
095 - Danilo Forte	PMDB	PmdbPpPtbPscPhsPen
099 - Genecias Noronha	Solidaried	
096 - Leônidas Cristino	PROS	
105 - Moroni Torgan	DEM	
106 - Moses Rodrigues	PPS	
102 - Raimundo Gomes de Matos	PSDB	
108 - Vítor Valim	PMDB	PmdbPpPtbPscPhsPen
Presentes Ceará: 11		
PIAUÍ		
115 - Heráclito Fortes	PSB	
114 - Júlio Cesar	PSD	
110 - Marcelo Castro	PMDB	PmdbPpPtbPscPhsPen
117 - Rodrigo Martins	PSB	



Congresso Nacional
Secretaria Geral da Mesa
Lista de Presença

Data: 14/07/2015
 Hora: 19:26

	Partido	Bloco
Presentes Piauí: 4		
RIO GRANDE DO NORTE		
123 - Rafael Motta	PROS	
124 - Rogério Marinho	PSDB	
125 - Walter Alves	PMDB	PmdbPpPtBpscPhsPer
Presentes Rio Grande do Norte: 3		
PARAÍBA		
129 - Aguinaldo Ribeiro	PP	PmdbPpPtBpscPhsPer
128 - Efraim Filho	DEM	
135 - Pedro Cunha Lima	PSDB	
136 - Wellington Roberto	PR	
139 - Wilson Filho	PTB	PmdbPpPtBpscPhsPer
Presentes Paraíba: 5		
PERNAMBUCO		
146 - Bruno Araújo	PSDB	
144 - Daniel Coelho	PSDB	
158 - Fernando Coelho Filho	PSB	
147 - Jarbas Vasconcelos	PMDB	PmdbPpPtBpscPhsPer
149 - João Fernando Coutinho	PSB	
152 - Marinaldo Rosendo	PSB	
154 - Mendonça Filho	DEM	
155 - Pastor Eurico	PSB	
157 - Ricardo Teobaldo	PTB	PmdbPpPtBpscPhsPer
163 - Zeca Cavalcanti	PTB	PmdbPpPtBpscPhsPer
Presentes Pernambuco: 10		
ALAGOAS		
165 - Cícero Almeida	PRTB	PrbPtnPmnPrpPsdCPrT
166 - Givaldo Carimbão	PROS	
167 - JHC	Solidaried	
169 - Marx Beltrão	PMDB	PmdbPpPtBpscPhsPer
172 - Pedro Vilela	PSDB	
173 - Ronaldo Lessa	PDT	
Presentes Alagoas: 6		
SERGIPE		
175 - Adelson Barreto	PTB	PmdbPpPtBpscPhsPer
174 - Andre Moura	PSC	PmdbPpPtBpscPhsPer
176 - Laercio Oliveira	Solidaried	
183 - Valadares Filho	PSB	
Presentes Sergipe: 4		
BAHIA		
189 - Antonio Brito	PTB	PmdbPpPtBpscPhsPer
191 - Antonio Imbassahy	PSDB	
185 - Bebeto	PSB	
190 - Benito Gama	PTB	PmdbPpPtBpscPhsPer
196 - Caetano	PT	



Congresso Nacional
Secretaria Geral da Mesa
Lista de Presença

Data: 14/07/2015
 Hora: 19:26

	Partido	Bloco
BAHIA		
186 - Claudio Cajado	DEM	
198 - Elmar Nascimento	DEM	
200 - João Gualberto	PSDB	
207 - José Carlos Aleluia	DEM	
201 - José Nunes	PSD	
215 - Paulo Azi	DEM	
Presentes Bahia: 11		
MINAS GERAIS		
520 - Ademir Camilo	PROS	
226 - Carlos Melles	DEM	
227 - Dâmina Pereira	PMN	PrbPtnPmnPrpPsdCPr
233 - Domingos Sávio	PSDB	
230 - Eduardo Barbosa	PSDB	
242 - Eros Biondini	PTB	PmdbPpPtBPscPhsPen
240 - Jaime Martins	PSD	
250 - Júlio Delgado	PSB	
234 - Laudívio Carvalho	PMDB	PmdbPpPtBPscPhsPen
236 - Marcelo Aro	PHS	PmdbPpPtBPscPhsPen
254 - Marcus Pestana	PSDB	
239 - Mário Heringer	PDT	
245 - Misael Varella	DEM	
248 - Odelmo Leão	PP	PmdbPpPtBPscPhsPen
259 - Padre João	PT	
258 - Raquel Muniz	PSC	PmdbPpPtBPscPhsPen
272 - Reginaldo Lopes	PT	
265 - Saraiva Felipe	PMDB	PmdbPpPtBPscPhsPen
266 - Tenente Lúcio	PSB	
271 - Zé Silva	Solidaried	
Presentes Minas Gerais: 20		
ESPÍRITO SANTO		
275 - Carlos Manato	Solidaried	
278 - Dr. Jorge Silva	PROS	
274 - Evair de Melo	PV	
277 - Lelo Coimbra	PMDB	PmdbPpPtBPscPhsPen
282 - Max Filho	PSDB	
280 - Paulo Foletto	PSB	
283 - Sergio Vidigal	PDT	
Presentes Espírito Santo: 7		
RIO DE JANEIRO		
290 - Aureo	Solidaried	
537 - Celso Jacob	PMDB	PmdbPpPtBPscPhsPen
292 - Celso Panseira	PMDB	PmdbPpPtBPscPhsPen
296 - Cristiane Brasil	PTB	PmdbPpPtBPscPhsPen
310 - Fernando Jordão	PMDB	PmdbPpPtBPscPhsPen
307 - Jean Wyllys	PSOL	



Congresso Nacional
Secretaria Geral da Mesa
Lista de Presença

Data: 14/07/2015
 Hora: 19:26

	Partido	Bloco	
RIO DE JANEIRO			
312 - Leonardo Picciani	PMDB	PmdbPpPtbPscPhsPen	
316 - Otavio Leite	PSDB		
322 - Rodrigo Maia	DEM		
327 - Simão Sessim	PP		
328 - Soraya Santos	PMDB		
535 - Walney Rocha	PTB	PmdbPpPtbPscPhsPen	
326 - Washington Reis	PMDB	PmdbPpPtbPscPhsPen	
Presentes Rio de Janeiro: 13			
SÃO PAULO			
331 - Alex Manente	PPS	PmdbPpPtbPscPhsPen	
334 - Alexandre Leite	DEM		
337 - Arnaldo Faria de Sá	PTB		
339 - Arnaldo Jardim	PPS		
342 - Baleia Rossi	PMDB		
335 - Bruna Furlan	PSDB	PmdbPpPtbPscPhsPen	
343 - Bruno Covas	PSDB		
350 - Duarte Nogueira	PSDB		
353 - Eduardo Cury	PSDB		
345 - Eli Corrêa Filho	DEM		
357 - Flavinho	PSB	PmdbPpPtbPscPhsPen	
358 - Floriano Pesaro	PSDB		
359 - Ivan Valente	PSOL		
364 - João Paulo Papa	PSDB		
356 - Keiko Ota	PSB		
365 - Luiz Lauro Filho	PSB	PmdbPpPtbPscPhsPen	
371 - Luiza Erundina	PSB		
368 - Major Olimpio	PDT		
366 - Mara Gabrilli	PSDB		
377 - Miguel Haddad	PSDB		
374 - Milton Monti	PR	PmdbPpPtbPscPhsPen	
375 - Missionário José Olimpio	PP		
551 - Penna	PV		
379 - Pr. Marco Feliciano	PSC		
330 - Renata Abreu	PTN		
384 - Ricardo Tripoli	PSDB	PmdbPpPtbPscPhsPen	
388 - Rodrigo Garcia	DEM		
389 - Samuel Moreira	PSDB		
391 - Silvio Torres	PSDB		
392 - Tiririca	PR		
399 - Vitor Lippi	PSDB	PmdbPpPtbPscPhsPen	
Presentes São Paulo: 31			
MATO GROSSO			
406 - Professor Victório Galli	PSC		PmdbPpPtbPscPhsPen
Presentes Mato Grosso: 1			
DISTRITO FEDERAL			



Congresso Nacional
Secretaria Geral da Mesa
Lista de Presença

Data: 14/07/2015
 Hora: 19:26

	Partido	Bloco
DISTRITO FEDERAL		
411 - Augusto Carvalho	Solidaried	
408 - Izalci	PSDB	
Presentes Distrito Federal: 2		
GOIÁS		
416 - Alexandre Baldy	PSDB	
420 - Daniel Vilela	PMDB	PmdbPpPtbPscPhsPen
421 - Delegado Waldir	PSDB	
426 - Fábio Sousa	PSDB	
422 - Flávia Moraes	PDT	
423 - Heuler Cruvinel	PSD	
418 - João Campos	PSDB	
419 - Jovair Arantes	PTB	PmdbPpPtbPscPhsPen
430 - Lucas Vergílio	Solidaried	
432 - Marcos Abrão	PPS	
428 - Pedro Chaves	PMDB	PmdbPpPtbPscPhsPen
427 - Roberto Balestra	PP	PmdbPpPtbPscPhsPen
Presentes Goiás: 12		
MATO GROSSO DO SUL		
434 - Dagoberto	PDT	
Presentes Mato Grosso do Sul: 1		
PARANÁ		
451 - Alfredo Kaefer	PSDB	
447 - Diego Garcia	PHS	PmdbPpPtbPscPhsPen
444 - Dilceu Sperafico	PP	PmdbPpPtbPscPhsPen
456 - Leopoldo Meyer	PSB	
457 - Luciano Ducci	PSB	
454 - Luiz Carlos Hauly	PSDB	
461 - Marcelo Belinati	PP	PmdbPpPtbPscPhsPen
458 - Nelson Meurer	PP	PmdbPpPtbPscPhsPen
464 - Rossoni	PSDB	
460 - Rubens Bueno	PPS	
465 - Sandro Alex	PPS	
Presentes Paraná: 11		
SANTA CATARINA		
477 - Carmen Zanotto	PPS	
472 - Celso Maldaner	PMDB	PmdbPpPtbPscPhsPen
532 - Edinho Bez	PMDB	PmdbPpPtbPscPhsPen
482 - Geovania de Sá	PSDB	
480 - Mauro Mariani	PMDB	PmdbPpPtbPscPhsPen
483 - Rogério Peninha Mendonça	PMDB	PmdbPpPtbPscPhsPen
489 - Valdir Colatto	PMDB	PmdbPpPtbPscPhsPen
Presentes Santa Catarina: 7		
RIO GRANDE DO SUL		
502 - Giovani Cherini	PDT	



Congresso Nacional
Secretaria Geral da Mesa
Lista de Presença

Data: 14/07/2015

Hora: 19:26

	Partido	Bloco
RIO GRANDE DO SUL		
504 - Heitor Schuch	PSB	
500 - Luis Carlos Heinze	PP	PmdbPpPtbpScPhsPen
540 - Mauro Pereira	PMDB	PmdbPpPtbpScPhsPen
509 - Nelson Marchezan Junior	PSDB	
510 - Onyx Lorenzoni	DEM	
516 - Pompeo de Mattos	PDT	
511 - Renato Molling	PP	PmdbPpPtbpScPhsPen
517 - Ronaldo Nogueira	PTB	PmdbPpPtbpScPhsPen
512 - Sérgio Moraes	PTB	PmdbPpPtbpScPhsPen
Presentes Rio Grande do Sul: 10		

O SR. PRESIDENTE (Waldir Maranhão. Bloco/PP-MA) - Não havendo quórum para deliberar sobre o Item 1 da pauta e ultrapassado o prazo de 30 minutos, declaro encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 14 horas e 2 minutos.)

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES MISTAS

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

(Resolução nº 1, de 2006-CN)

Finalidade: Examinar e emitir parecer, nos termos do § 1º, do art. 166 da Constituição Federal de 1988.

Número de membros: 10 Senadores e 30 Deputados

PRESIDENTE: Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES)

1º VICE-PRESIDENTE: Deputado Jaime Martins (PSD-MG)

2ª VICE-PRESIDENTE: Deputado Giuseppe Vecci (PSDB-GO)

3º VICE-PRESIDENTE: Senador Walter Pinheiro (PT-BA)

Relator do PLDO: Deputado Ricardo Teobaldo (PTB-PE)

Relator do PLOA: Deputado Ricardo Barros (PP-PR)

Relator da Receita: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)

Relator do PPPA: Deputado Zeca Dirceu (PT-PR)

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Rose de Freitas - PMDB/ES	1. Dário Berger - PMDB/SC ⁽⁴⁾
Raimundo Lira - PMDB/PB	2. Hélio José - PSD/DF
Valdir Raupp - PMDB/RO	3. Lúcia Vânia - S/Partido/GO ⁽⁵⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT, PP)	
Acir Gurgacz - PDT/RO	1. Gleisi Hoffmann - PT/PR
Walter Pinheiro - PT/BA	2. Angela Portela - PT/RR
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Paulo Bauer - PSDB/SC	1. Davi Alcolumbre - DEM/AP
Wilder Morais - DEM/GO	2. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, PSOL)	
Roberto Rocha - PSB/MA	1. Lídice da Mata - PSB/BA
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	
Eduardo Amorim - PSC/SE	1. Elmano Férrer - PTB/PI
PP	
Benedito de Lira - AL	1. Ivo Cassol - RO

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTE
PMDB, PP, PTB, DEM, PRB, SD, PSC, PHS, PTN, PMN, PRP, PSDC, PEN, PRTB	
Edmar Arruda - PSC/PR	1. Danilo Forte - PMDB/CE
Carlos Henrique Gaguim - PMDB/TO	2. Professora Dorinha Seabra Rezende - DEM/TO
César Halum - PRB/TO	3. Expedito Netto - SD/RO
Genecias Noronha - SD/CE	4. Jhonatan de Jesus - PRB/RR
Hildo Rocha - PMDB/MA	5. Kaio Maniçoba - PHS/PE
João Arruda - PMDB/PR	6. Luiz Carlos Busato - PTB/RS
Lelo Coimbra - PMDB/ES	7. Mauro Lopes - PMDB/MG
Marcelo Aro - PHS/MG	8. Paes Landim - PTB/PI
Nilton Capixaba - PTB/RO	9. Vitor Valim - PMDB/CE
Ricardo Teobaldo - PTB/PE	10. Washington Reis - PMDB/RJ
Lázaro Botelho - PP/TO	11. Cacá Leão - PP/BA
Ricardo Barros - PP/PR	12. Julio Lopes - PP/RJ ⁽²⁾
Elmar Nascimento - DEM/BA	13. Pedro Fernandes - PTB/MA
PT, PSD, PR, PROS, PCdoB	
José Rocha - PR/BA	1. Gorete Pereira - PR/CE
Nilton Tatto - PT/SP	2. João Carlos Bacelar - PR/BA
Paulo Pimenta - PT/RS	3. Jorge Solla - PT/BA
Hugo Leal - PROS/RJ	4. José Aírton Cirilo - PT/CE
Wadson Ribeiro	5. Leo de Brito - PT/AC
Wellington Roberto - PR/PB	6. Orlando Silva - PCdoB/SP
Zé Geraldo - PT/PA	7. Valtênir Pereira - PROS/MT
Zeca Dirceu - PT/PR	8. VAGO ⁽⁶⁾
Jaime Martins - PSD/MG	9. VAGO ⁽¹⁾
Walter Ihoshi - PSD/SP	10. Átila Lins - PSD/AM
PSDB, PSB, PPS, PV	
Caio Narcio - PSDB/MG	1. César Messias - PSB/AC
Giuseppe Vecci - PSDB/GO	2. Leopoldo Meyer - PSB/PR
Gonzaga Patriota - PSB/PE	3. Evair de Melo - PV/ES ⁽³⁾
Hissa Abrahão - PPS/AM	4. Domingos Sávio - PSDB/MG
João Fernando Coutinho - PSB/PE	5. Izalci - PSDB/DF
Samuel Moreira - PSDB/SP	6. Raimundo Gomes de Matos - PSDB/CE
PDT	
Flávia Moraes - GO	1. Pompeo de Mattos - RS
PSOL	
Edmilson Rodrigues - PA	1. Cabo Daciolo - S/Partido/RJ

Notas:

1. Tornada sem efeito a indicação do Deputado Rômulo Gouveia (PSD/PB), em 7/5/2015, conforme Ofício nº 302, de 2015, da Liderança do PSD na Câmara dos Deputados.
2. Designado, como membro suplente, o Deputado Julio Lopes, em substituição ao Deputado Sandes Júnior, em 22-5-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 273, de 2015, da Liderança do PP.
3. Designado, como membro suplente, o Deputado Evair de Melo, em substituição ao Deputado William Woo, em 25-5-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 136, de 2015, da Liderança do PPS/PV.
4. Designado, como membro suplente, o Senador Dário Berger, em vaga existente, em 27-5-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 168, de 2015, da Liderança do Bloco da Maioria.
5. Designada, como membro suplente, a Senadora Lúcia Vânia, em vaga existente, em 1-6-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 169, de 2015, da Liderança do Líder do PMDB e do Bloco da Maioria.

6. O Deputado Weliton Prado deixou de fazer parte da CMO, conforme Ofício nº 435/2015, da Liderança do PT.

Secretário: Walbinson Tavares de Araújo

Telefone(s): (61) 3216-6892

E-mail: cmo.decom@camara.leg.br

Local: Câmara dos Deputados, Plenário 2

Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas

(Criada pela Resolução nº 4/2008-CN)

Finalidade: Acompanhar, monitorar e fiscalizar, de modo contínuo, as ações referentes às mudanças climáticas no Brasil

Número de membros: 11 Senadores e 11 Deputados

PRESIDENTE: Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)

VICE-PRESIDENTE: Deputado Sarney Filho (PV-MA)

RELATOR: Deputado Sergio Souza (PMDB-PR)

Designação: 19/03/2015

Instalação: 25/03/2015

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
VAGO ⁽⁴⁾	1. VAGO
Sandra Braga - PMDB/AM	2. VAGO
Roberto Rocha - PSB/MA ⁽⁹⁾	3. VAGO
Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT, PP)	
Jorge Viana - PT/AC ⁽²⁾	1. VAGO
Donizeti Nogueira - PT/TO ⁽²⁾	2. VAGO
Cristovam Buarque - PDT/DF ⁽²⁾	3. Ivo Cassol - PP/RO ⁽²⁾
Gladson Cameli - PP/AC ⁽²⁾	4. VAGO
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro - PSDB/PA	1. Aloysio Nunes Ferreira - PSDB/SP
Maria do Carmo Alves - DEM/SE ⁽⁵⁾	2. Ronaldo Caiado - DEM/GO ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, PSOL)	
Fernando Bezerra Coelho - PSB/PE	1. Vanessa Grazziotin - PCdoB/AM
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	
Douglas Cintra - PTB/PE	1. VAGO

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTE
PMDB, PP, PTB, DEM, PRB, SD, PSC, PHS, PTN, PMN, PRP, PSDC, PEN, PRTB	
Eros Biondini - PTB/MG	1. Carlos Henrique Gaguim - PMDB/TO
VAGO ⁽¹²⁾	2. Luiz Carlos Busato - PTB/RS
Roberto Balestra - PP/GO	3. Valdir Colatto - PMDB/SC ⁽⁶⁾
Sergio Souza - PMDB/PR	4. Marcus Vicente - PP/ES ⁽¹²⁾
Jony Marcos - PRB/SE ⁽⁸⁾	5. Rômulo Gouveia - PSD/PB ⁽¹³⁾
PT, PSD, PR, PROS, PCdoB	
Angelim - PT/AC	1. Alessandro Molon - PT/RJ
Leônidas Cristino - PROS/CE	2. Átila Lins - PSD/AM ⁽³⁾
Jaime Martins - PSD/MG ⁽³⁾	3. Ivan Valente - PSOL/SP ⁽¹¹⁾
Leonardo Monteiro - PT/MG ⁽¹⁰⁾	4. VAGO
PSDB, PSB, PPS, PV	
Ricardo Tripoli - PSDB/SP	1. Antonio Carlos Mendes Thame - PV/MA
Sarney Filho - PV/MA	2. Janete Capiberibe - PSB/AP
PDT ⁽¹⁾	
Giovani Cherini - RS	1. Daniel Coelho - PSDB/PE ⁽⁷⁾

Notas:

1. Rodízio nos termos no art. 10-A do Regimento Comum.

2. Designados, como membros titulares, os Senadores Jorge Viana, Donizeti Nogueira, Cristovam Buarque, em vagas existentes, e o Senador Gladson Cameli, em substituição ao Senador Ivo Cassol; e, como membro suplente, o Senador Ivo Cassol, em substituição ao Senador Gladson Cameli, em 24-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 41, de 2015, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.

3. Designado, como membro titular, o Deputado Jaime Martins, em vaga existente, e, como membro suplente, o Deputado Átila Lins, em vaga existente, em 25-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 181, de 2015, da Liderança do PSD.

4. O Senador Waldemir Moka declinou da indicação para compor a comissão, em 25/03/2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 93, de 2015, da Liderança do Bloco de Maioria.

5. Designada, como membro titular, a Senadora Maria do Carmo, em vaga existente, e, como membro suplente, o Senador Ronaldo Caiado, em vaga existente, em 25-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 22, de 2015, da Liderança do DEM.

6. Designado, como membro suplente, o Deputado Valdir Colatto, em vaga existente, em 08-04-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 567, de 2015, da Liderança do Bloco PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.

7. Designado, como membro suplente, o Deputado Daniel Coelho, em vaga existente, em 9-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 127, de 2015, da Liderança do PDT.

8. Designado, como membro titular, o Deputado Jony Marcos, em vaga existente, em 20-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 111, de 2015, da Liderança do Bloco PRB/PTN/PMN/PRP/PSDC/PTC/PRTB/PSL e PTdoB.

9. Designado, como membro titular, em vaga cedida, o Senador Roberto Rocha, conforme Ofício nº 52, de 2015, da Bloco Socialismo e Democracia (Sessão do Senado Federal, de 29/04/2015).

10. Designado, como membro titular, o Deputado Leonardo Monteiro (PT/MG), em vaga existente, em 11-6-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 249, de 2015, da Liderança do PR.

11. Designado, como membro suplente, o Deputado Ivan Valente (PSOL/SP), em vaga existente, em 11-6-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 153, de 2015, da Liderança do PROS.

12. Designado, como membro suplente, o Deputado Marcus Vicente, em vaga existente, em 1-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 318, de 2015, da Liderança do PP.

13. Designado, como membro suplente, o Deputado Rômulo Gouveia (PTB/PB), em vaga existente, em 2-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 257, de 2015, da Liderança do Democratas.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 61 3303-3122

E-mail: mudancasclimaticas@senado.gov.br

Comissão Mista Representativa do Congresso Nacional no Fórum Interparlamentar das Américas

(Criada pela Resolução nº 2/2007-CN)

Finalidade: A Comissão Mista representará o Congresso Nacional no Fórum Interparlamentar das Américas (FIPA), cabendo-lhe exercer os direitos e cumprir os deveres inerentes à participação nesta organização.

Número de membros: 10 Senadores e 10 Deputados

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
------------------	------------------

Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência

(Resolução nº 2, de 2013-CN - Art. 6º da Lei nº 9.883/1999)

Finalidade: A atividade da CCAI tem por principal objetivo, dentre outros, a fiscalização e o controle externos das atividades de inteligência e contrainteligência e de outras a elas relacionadas, no Brasil ou no exterior.

Número de membros: 6 Senadores e 6 Deputados

PRESIDENTE: Deputada Jô Moraes (PCdoB-MG)

VICE-PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Deputada Jô Moraes (PCdoB/MG)	Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)
Líder da Maioria Deputado Leonardo Picciani (PMDB/RJ)	Líder do Bloco Parlamentar da Maioria Senador Eunício Oliveira (PMDB/CE)
Líder da Minoria Deputado Bruno Araújo (PSDB/PE)	Líder do Bloco Parlamentar Minoria Senador Alvaro Dias (PSDB/PR)
Deputado indicado pela Liderança da Maioria Deputado Benito Gama (PTB/BA) ⁽²⁾	Senador indicado pela Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria VAGO
Deputado indicado pela Liderança da Minoria Deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB/PR) ⁽¹⁾	Senador indicado pela Liderança do Bloco Parlamentar Minoria Senador Cássio Cunha Lima (PSDB/PB) ⁽⁴⁾
Deputado indicado pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional Deputado Heráclito Fortes (PSB/PI) ⁽³⁾	Senador indicado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Senadora Marta Suplicy (S/Partido/SP) ⁽⁵⁾

Notas:

1. Designado, em razão da indicação da Liderança da Minoria, o Deputado Luiz Carlos Jorge Hauly para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 65/2015/GABMIN, despachado na sessão do Senado Federal de 05/03/2015.
2. Designado, em razão da indicação da Liderança da Maioria, o Deputado Benito Gama para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 452/2015/Líder do Bloco da Maioria, despachado na sessão do Senado Federal de 25/03/2015.
3. Designado, em razão da indicação da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, o Deputado Heráclito Fortes para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 17/2015/CREDN, despachado na sessão do Senado Federal de 30/03/2015.
4. Designado, em razão da indicação da Liderança da Minoria no Senado Federal, o Senador Cássio Cunha Lima, para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 88/2015, da Liderança do Bloco da Oposição, despachado na sessão do Senado Federal de 31/03/2015.
5. Designada, em razão da indicação da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, a Senadora Marta Suplicy para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 10/2015/CREDN, despachado na sessão do Senado Federal de 08/04/2015.

Secretário: Thiago Nascimento C. Silva

Telefone(s): 61 3303-3502

E-mail: cocm@senado.leg.br

**Comissão Mista do Congresso Nacional de Assuntos
Relacionados à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa**

(Resolução nº 2, de 2014-CN)

Finalidade: A Comissão Mista é órgão de ligação entre o Congresso Nacional e a Assembleia Parlamentar da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (AP-CPLP)

Número de membros: 2 Senadores e 4 Deputados

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário: Clarissa Kiwa Scarton Hayashi

Telefone(s): 61 3303-3503

E-mail: cocm@senado.leg.br

Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher

(Resolução nº 1, de 2014-CN)

Finalidade: Dispõe sobre a criação da Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher.

Número de membros: 10 Senadores e 27 Deputados

PRESIDENTE: Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)

VICE-PRESIDENTE: Deputada Keiko Ota (PSB-SP)

RELATOR: Deputada Luizianne Lins (PT-CE)

Designação: 05/03/2015

Instalação: 10/03/2015

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Simone Tebet - PMDB/MS	1. VAGO
Rose de Freitas - PMDB/ES	2. VAGO
Sandra Braga - PMDB/AM	3. VAGO
Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT, PP)	
Angela Portela - PT/RR	1. Fátima Bezerra - PT/RN
Marta Suplicy - S/Partido/SP	2. Regina Sousa - PT/PI
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Lúcia Vânia - S/Partido/GO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, PSOL)	
Vanessa Grazziotin - PCdoB/AM	1. Lídice da Mata - PSB/BA
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	
Magno Malta - PR/ES	1. Eduardo Amorim - PSC/SE (14)
PP	
Ana Amélia - RS	1. VAGO

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTE
PMDB, PP, PTB, DEM, PRB, SD, PSC, PHS, PTN, PMN, PRP, PSDC, PEN, PRTB	
Conceição Sampaio - PP/AM	1. Cristiane Brasil - PTB/RJ
Dulce Miranda - PMDB/TO	2. Josi Nunes - PMDB/TO
Elcione Barbalho - PMDB/PA	3. Raquel Muniz - PSC/MG
Jéssica Sales - PMDB/AC	4. Rosangela Gomes - PRB/RJ
Jozi Rocha - PTB/AP	5. Simone Morgado - PMDB/PA
Júlia Marinho - PSC/PA	6. Soraya Santos - PMDB/RJ
VAGO	7. Delegado Edson Moreira - PTN/MG (7)
Tia Eron - PRB/BA (11)	8. VAGO
Ezequiel Teixeira - SD/RJ (2)	9. VAGO
Professora Dorinha Seabra Rezende - DEM/TO (3)	10. VAGO
Christiane de Souza Yared - PTN/PR (7)	11. VAGO
Iracema Portella - PP/PI (8)	12. VAGO
PT, PSD, PR, PROS, PCdoB	
Clarissa Garotinho - PR/RJ	1. José Rocha - PR/BA
VAGO (12)	2. VAGO (12)
Erika Kokay - PT/DF (4)	3. VAGO
Luizianne Lins - PT/CE (4)	4. VAGO
Moema Gramacho - PT/BA (4)	5. VAGO
Rogério Rosso - PSD/DF (5)	6. VAGO
Alice Portugal - PCdoB/BA (6)	7. VAGO
VAGO	8. VAGO
PSDB, PSB, PPS, PV	
Bruna Furlan - PSDB/SP	1. Arnaldo Jordy - PPS/PA
Carmen Zanotto - PPS/SC	2. VAGO
Janete Capiberibe - PSB/AP	3. VAGO
Keiko Ota - PSB/SP	4. VAGO
VAGO (13)	5. VAGO
Mariana Carvalho - PSDB/RO (10)	6. VAGO
PDT	
Flávia Moraes - GO (9)	1. VAGO
PSOL (1)	
Jean Wyllys - RJ	1. VAGO

Notas:

1. Rodízio nos termos no art. 10-A do Regimento Comum.
2. Designado, como membro titular, o Deputado Ezequiel Teixeira, em vaga existente, em 9-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 56, de 2015, da Liderança do SD.
3. Designada, como membro titular, a Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 21, de 2015, da Liderança do DEM.
4. Designadas, como membros titulares, as Deputadas Erika Kokay, Luizianne Lins e Moema Gramacho, em vagas existentes, em 10-03-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 21, de 2015, da Liderança do PT.
5. Designado, como membro titular, o Deputado Rogério Rosso, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 70, de 2015, da Liderança do PSD.
6. Designada, como membro titular, a Deputada Alice Portugal, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 75, de 2015, da Liderança do PSD.
7. Designada, como membro titular, a Deputada Christiane de Souza Yared, em vaga existente, e, como membro suplente, o Delegado Edson Moreira, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 45, de 2015, da Liderança do PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.

8. Designada, como membro titular, a Deputada Iracema Portella, em vaga existente, em 11-3-2015 (Sessão do Congresso Nacional), conforme Ofício nº 250, de 2015, da Liderança do PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
9. Designada, como membro titular, a Deputada Flávia Moraes, em vaga existente, em 19-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 17, de 2015, da Liderança do PDT.
10. Designada, como membro titular, a Deputada Mariana Carvalho, em vaga existente, em 19-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 277, de 2015, da Liderança do PSDB.
11. A Deputada Marinha Raupp deixou de integrar a comissão, em 26/03/2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 481, de 2015, da Liderança do Bloco de PMDB, PP, PTB, PSC, PHS, PEN.
12. Os Deputados Dr. Jorge Silva e Ronaldo Fonceca deixaram de integrar a comissão, em 01/04/2015 (Sessão do Senado Federal), nos termos do Ofício nº 87, de 2015, da Liderança do PROS.
13. A Deputada Shéridan deixou de fazer parte da comissão em razão de seu desligamento, conforme Ofício nº 648, de 2015, da Liderança do PSDB.
14. Designado, como membro suplente, o Senador Eduardo Amorim, em vaga existente, em 1º-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 45, de 2015, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força.

Secretário: Gigliola Ansiliero

Telefone(s): 61 3303-3504

E-mail: cocm@senado.leg.br

COMISSÕES MISTAS ESPECIAIS**ATN nº 1, de 2015 - CMCLF**

Finalidade: Comissão mista destinada à consolidação da legislação federal, à regulamentação dos dispositivos da Constituição Federal, a modernização e o fortalecimento econômico e social do País.

Número de membros: 7 Senadores e 7 Deputados

PRESIDENTE: Deputado Luiz Sérgio (PT-RJ)

VICE-PRESIDENTE: Deputado Sergio Souza (PMDB-PR)

RELATOR: Senador Romero Jucá (PMDB-RR)

CÂMARA DOS DEPUTADOS
Deputado Luiz Sérgio (PT/RJ)
Deputado Sergio Souza (PMDB/PR)
Deputado Sergio Zveiter (PSD/RJ)
Deputado Miro Teixeira (PROS/RJ)
Deputado Sandro Alex (PPS/PR)
Deputado Bruno Araújo (PSDB/PE)
VAGO

SENADO FEDERAL
Senador Romero Jucá (PMDB/RR)
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)
Senadora Lídice da Mata (PSB/BA)
Senador Jorge Viana (PT/AC)
Senador Walter Pinheiro (PT/BA)
Senador Blairo Maggi (PR/MT)
VAGO

ATN nº 3, de 2015 - CMLRE

Finalidade: Comissão mista destinada a apresentar Projeto de Lei de Responsabilidade das Estatais

Número de membros: 5 Senadores e 5 Deputados

PRESIDENTE: Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Otto Alencar (PSD-BA)

RELATOR: Deputado Arthur Oliveira Maia (SD-BA)

Instalação: 18/06/2015

CÂMARA DOS DEPUTADOS
Deputado Arthur Oliveira Maia (SD/BA)
Deputado Danilo Forte (PMDB/CE)
Deputado Andre Moura (PSC/SE)
Deputado Rogério Rosso (PSD/DF)
Deputado Leonardo Picciani (PMDB/RJ) ⁽²⁾

SENADO FEDERAL
Senador Romero Jucá (PMDB/RR)
Senador Otto Alencar (PSD/BA)
Senador José Serra (PSDB/SP)
Senador Walter Pinheiro (PT/BA)
Senador Tasso Jereissati (PSDB/CE) ⁽²⁾

Notas:

1. Substituição do Senador Romero Jucá na Presidência da Comissão pelo Senador Tasso Jereissati, conforme ATN nº 4/2015.
2. Vaga criada em decorrência do ATN nº4, de 2015

CONSELHOS E ÓRGÃOS

Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul

COMPOSIÇÃO

Número de membros: 10 Senadores e 27 Deputados

PRESIDENTE: Senador Roberto Requião (PMDB-PR)

1º VICE-PRESIDENTE: Deputado Edio Lopes (PMDB-RR)

2ª VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Bauer (PSDB-SC)

Designação: 07/04/2015

CÂMARA DOS DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTE
PMDB, PP, PTB, DEM, PRB, SD, PSC, PHS, PTN, PMN, PRP, PSDC, PEN, PRTB	
Arthur Oliveira Maia - SD/BA	1. Afonso Hamm - PP/RS
Carlos Henrique Gaguim - PMDB/TO	2. Carlos Andrade - PHS/RR
Celso Russomanno - PRB/SP	3. Carlos Gomes - PRB/RS
Dilceu Sperafico - PP/PR	4. Edmar Arruda - PSC/PR
Edio Lopes - PMDB/RR	5. Elizeu Dionizio - SD/MS
José Fogaça - PMDB/RS	6. Fernando Monteiro - PP/PE
Luiz Carlos Busato - PTB/RS	7. Osmar Serraglio - PMDB/PR
Marcelo Aro - PHS/MG	8. Paes Landim - PTB/PI
Renato Molling - PP/RS	9. Ronaldo Benedet - PMDB/SC (4)
Takayama - PSC/PR	10. Wilson Filho - PTB/PB (10)
Mandetta - DEM/MS (5)	11. VAGO
PT, PSD, PR, PDT, PROS, PCdoB	
Arlindo Chinaglia - PT/SP	1. Givaldo Vieira - PT/ES
Benedita da Silva - PT/RJ	2. VAGO (3)
Danrlei de Deus Hinterholz - PSD/RS	3. Hugo Leal - PROS/RJ
Domingos Neto - PROS/CE	4. Jorginho Mello - PR/SC
Fernando Marroni - PT/RS	5. Remídio Monai - PR/RR
Rômulo Gouveia - PSD/PB (6)	6. Jaime Martins - PSD/MG (6)
Luiz Cláudio - PR/RO	7. Ságuas Moraes - PT/MT
Maurício Quintella Lessa - PR/AL	8. Zeca do Pt - PT/MS (9)
PSDB, PSB, PPS, PV	
Eduardo Barbosa - PSDB/MG	1. Moses Rodrigues - PPS/CE
Geovania de Sá - PSDB/SC	2. Tereza Cristina - PSB/MS (1)
Roberto Freire	3. Vicentinho Júnior - PSB/TO (1)
Rocha - PSDB/AC	4. VAGO
Jose Stédile - PSB/RS (1)	5. VAGO
Heráclito Fortes - PSB/PI (1)	6. VAGO
PDT	

TITULARES	SUPLENTE
Damião Feliciano - PB	1. Weverton Rocha - MA
PSOL	
Jean Wyllys - RJ	1. VAGO

SENADO FEDERAL

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo	
Humberto Costa - PT/PE	1. Acir Gurgacz - PDT/RO ⁽²⁾
Fátima Bezerra - PT/RN	2. Angela Portela - PT/RR
Lindbergh Farias - PT/RJ ⁽²⁾	3. Gladson Cameli - PP/AC
Bloco da Maioria	
VAGO ⁽⁸⁾	1. Waldemir Moka - PMDB/MS
Roberto Requião - PMDB/PR	2. Dário Berger - PMDB/SC
Valdir Raupp - PMDB/RO	3. VAGO
Bloco Parlamentar da Oposição	
Paulo Bauer - PSDB/SC	1. VAGO
Davi Alcolumbre - DEM/AP ⁽⁷⁾	2. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia	
Antonio Carlos Valadares - PSB/SE	1. Lídice da Mata - PSB/BA
Bloco Parlamentar União e Força	
Blairo Maggi - PR/MT	1. Eduardo Amorim - PSC/SE

Notas:

- Designados, como membros titulares, os Deputados José Stédile e Heráclito Fortes, e, como membros suplentes, os Deputados Vicentinho Júnior e Tereza Cristina, conforme Ofício nº 87, da Liderança do PSB (Sessão do Senado Federal de 08/04/2015).
- Designado, como membro titular, o Senador Lindbergh Farias, em substituição ao Senador Acir Gurgacz, e, como membro suplente, o Senador Acir Gurgacz, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann, em 9-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 56, de 2015, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.
- O Deputado Herculano Passos declinou da indicação para compor a comissão, em 25/03/2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 212, de 2015, da Liderança do PSD.
- Designado, como membro suplente, o Deputado Ronaldo Benedet, em vaga existente, em 15-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 592, de 2015, da Liderança do Bloco PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
- Designado, como membro titular, o Deputado Mandetta, em vaga existente, em 20-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 154, de 2015, da Liderança do Democratas.
- Designado, como membro titular, o Deputado Rômulo Gouveia, em substituição ao Deputado Jaime Martins, e, como membro suplente, o Deputado Jaime Martins, em substituição ao Deputado Rômulo Gouveia, em 28-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 261, de 2015, da Liderança do PSD.
- Designado, como membro titular, o Senador Davi Alcolumbre, em vaga existente, em 29-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 29, de 2015, da Liderança do DEM.
- Vago em razão do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10 de maio de 2015.
- Designado, como membro suplente, o Deputado Zeca do PT, em vaga existente, em 12-5-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 340, de 2015, da Liderança do PT.
- Designado, como membro suplente, o Deputado Wilson Filho, em vaga existente, em 20-5-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 164, de 2015, da Liderança do DEM, com aquiescência da Liderança do PTB.

Conselho da Ordem do Congresso Nacional

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70/1972)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato nº 1/1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal
Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

Eleição Geral: 04/02/2015

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS
Presidente Deputado Eduardo Cunha (PMDB/RJ)
1º Vice-Presidente Deputado Waldir Maranhão (PP/MA)
2º Vice-Presidente Deputado Giacobbo (PR/PR)
1º Secretário Deputado Beto Mansur (PRB/SP)
2º Secretário Deputado Felipe Bornier (PSD/RJ)
3º Secretário Deputada Mara Gabrilli (PSDB/SP)
4º Secretário Deputado Alex Canziani (PTB/PR)
Líder da Maioria VAGO
Líder da Minoria Deputado Bruno Araújo (PSDB/PE)
Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania Deputado Arthur Lira (PP/AL)
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional Deputada Jô Moraes (PCdoB/MG)

MESA DO SENADO FEDERAL
Presidente Senador Renan Calheiros (PMDB/AL)
1º Vice-Presidente Senador Jorge Viana (PT/AC)
2º Vice-Presidente Senador Romero Jucá (PMDB/RR)
1º Secretário Senador Vicentinho Alves (PR/TO)
2º Secretário Senador Zeze Perrella (PDT/MG)
3º Secretário Senador Gladson Cameli (PP/AC)
4º Secretário Senadora Angela Portela (PT/RR)
Líder do Bloco Parlamentar da Maioria VAGO
Líder do Bloco Parlamentar Minoria Senador Alvaro Dias (PSDB/PR)
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Senador José Maranhão (PMDB/PB)
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)

Atualização: 08/04/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)
Telefone(s): 3303-5255/ 3303-5256
Fax: 3303-5260
saop@senado.leg.br

Conselho de Comunicação Social

Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991
Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2013

COMPOSIÇÃO

Número de membros: 13 titulares e 13 suplentes.

Eleição Geral: 05/06/2002

Eleição Geral: 22/12/2004

Eleição Geral: 17/07/2012

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	VAGO	VAGO
Representante das empresas de televisão (inciso II)	VAGO	VAGO
Representante das empresas de imprensa escrita (inciso III)	VAGO	VAGO
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	VAGO	VAGO
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	VAGO	VAGO
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	VAGO	VAGO
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	VAGO	VAGO
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	VAGO	VAGO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	VAGO	VAGO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	VAGO	VAGO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	VAGO	VAGO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	VAGO	VAGO

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTE
Representante da sociedade civil (inciso IX)	VAGO	VAGO

Atualização: 07/08/2014

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)
Telefone(s): 3303-5255
Fax: 3303-5260
CCSCN@senado.leg.br

COMPOSIÇÃO DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL**PRESIDENTE**

Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)

1º VICE-PRESIDENTE

Deputado Waldir Maranhão (PP-MA)

2º VICE-PRESIDENTE

Senador Romero Jucá (PMDB-RR)

1º SECRETÁRIO

Deputado Beto Mansur (PRB-SP)

2º SECRETÁRIO

Senador Zeze Perrella (PDT-MG)

3ª SECRETÁRIA

Deputada Mara Gabrilli (PSDB-SP)

4ª SECRETÁRIA

Senadora Angela Portela (PT-RR)

LIDERANÇAS E VICE-LIDERANÇAS NO CONGRESSO NACIONAL**Líder do Governo**

Senador José Pimentel - PT / CE

Vice-Líderes

Senador Walter Pinheiro - PT / BA

Deputado Paulo Pimenta - PT / RS

Líder da Minoria

Deputado Pauderney Avelino - DEM / AM

Vice-Líderes

Deputado Alberto Fraga - DEM / DF

Deputado Carlos Melles - DEM / MG

Senador Ronaldo Caiado - DEM / GO

Senador Ataídes Oliveira - PSDB / TO

Edição de hoje: 100 páginas
(O.S. 12877/2015)

Secretaria de Editoração
e Publicações – SEGRAF

SENADO
FEDERAL

